

Silvia Teixeira Barroso Rebello

**Sobre a identidade do plágio em uma perspectiva
wittgensteiniana de linguagem**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Franco Martins

Rio de Janeiro, 27 de março de 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Silvia Teixeira Barroso Rebello

**Sobre a identidade do plágio em uma
perspectiva wittgensteiniana de linguagem**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Dra. Helena Franco Martins
Orientadora
Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Dra. Vanise Medeiros
Departamento de Letras – UERJ

Prof. Paulo Fernando Henriques Britto
Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Coordenador Setorial do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 27 de março de 2006

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Silvia Teixeira Barroso Rebello

Graduou-se em Letras na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2001 e em Design Gráfico na UNESA (Universidade Estácio de Sá) em 2002.

Ficha catalográfica

Rebello, Silvia Teixeira Barroso

Sobre a identidade do plágio em uma perspectiva wittgensteiniana de linguagem / Silvia Teixeira Barroso Rebello ; orientadora: Helena Franco Martins. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de Letras, 2006.

106 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Plágio textual. 3. Critérios. 4. Anti-representacionismo. 6. Wittgenstein, Ludwig. I. Martins, Helena Franco. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Para minha família.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Helena Franco Martins, pela paciência e pela parceria para a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Marina e Aurélio, que sempre me apoiaram.

A Carolina e Frida, que acompanharam cada minuto, cada conquista e cada desânimo, sempre cuidando de me incentivar.

À minha querida Tia Augusta, representante em terra da torcida de muitos que não estão mais tão perto, mas que certamente enviam suas forças, muito bem repassadas por essa pessoa tão especial.

A Cindy Leopoldo pela leitura atenta e pelas ótimas sugestões.

Aos meus irmãos, Dimitri e Fernando, por toda a torcida e por todo o afeto que me são tão fundamentais.

À Professora Vanise Medeiros, sem quem este trabalho não teria dado nem sequer seus primeiros passos.

A Cristina e Mariana Warth que contribuíram com solidariedade, carinho, afeto e torcida, sem o que eu não teria cumprido nenhuma das etapas deste processo.

A todos os meus amigos, pela paciência e pelo amor que me fazem ser feliz e forte.

Aos meus companheiros de Áporo, Ana Paula Grillo El-Jaick, Carolina Alfaro de Carvalho, Clarissa Soares dos Santos e os professores Maria Paula Frota e Paulo Henriques Britto, pelas contribuições sempre bem-vindas.

Ao CNPq e à PUC-Rio pelos auxílios concedidos, sem os quais esse trabalho não poderia ter sido realizado.

Resumo

Rebello, Silvia Teixeira Barroso; Martins, Helena Franco. **Sobre a identidade do plágio em uma perspectiva wittgensteiniana de linguagem.** Rio de Janeiro, 2006. 106p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho se debruça sobre o fenômeno do *plágio*, prática que, amplamente facilitada pelo advento da Internet, desperta hoje forte interesse, não raro apreensão. Oscilando histórica e contemporaneamente entre as posições de crime desprezível e recurso constitutivo da escritura, tal prática suscita interrogações quanto a seus próprios limites e critérios de identidade. A presente dissertação situa o debate sobre o plágio em um outro, mais amplo, acerca da natureza da significação lingüística, tendo em vista especialmente a proliferação contemporânea de visões que se contrapõem à tradição imanentista. Nosso objetivo aqui é mostrar de que maneira um determinado entendimento do sentido na linguagem – a saber, a perspectiva anti-imanentista de L. Wittgenstein – fornece rico instrumental para se repensar a questão dos limites do plágio textual. Para tanto, identificam-se na concepção de linguagem do autor elementos importantes para o tema em debate, com destaque para a sua discussão em torno da noção de *critério*. Exploram-se as implicações de se adotar tal perspectiva em relação ao objeto de estudo aqui investigado, demonstrando-se que a renúncia à tese tradicional de que os sentidos habitam a letra de forma fixa e imanente não leva necessariamente a conclusões céticas quanto aos limites e à identidade do plágio.

Palavras-chave

Plágio textual; critérios; anti-representacionismo; Wittgenstein.

Abstract

Rebello, Silvia Teixeira Barroso; Martins, Helena Franco (Advisor). **On the identity of plagiarism under a Wittgensteinian view of language.** Rio de Janeiro, 2006. 106p. MSc. Dissertation – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work addresses the phenomenon of *plagiarism*, an activity that, made easier with the appearance of the Internet, is today the object of increasing interest, and often concern. Oscillating between the positions of despicable crime and constitutive element in the act of writing, plagiarism provokes questions about its own limits and identity criteria. This study examines the issue of plagiarism against the backdrop of the wider debate on the nature of linguistic meaning, with special attention to the contemporary spread of views opposed to the immanentist tradition. The specific goal here is to show how a certain understanding of language and meaning, namely the anti-immanentist view of L. Wittgenstein, provides a rich means to rethinking the questions concerning the boundaries of plagiarism. Relevant elements for this discussion are identified in Wittgenstein's thought, with an emphasis on his reflections on the notion of *criteria*. The implications of his perspective to the subject under exam are explored, and it is demonstrated that renouncing the traditional thesis that meaning inhabits the words in a fixed and immanent manner does not necessarily lead to skeptical conclusions regarding the limits and the identity of plagiarism.

Key words

Plagiarism; criteria; anti-representationalism; Wittgenstein.

Sumário

1	Introdução	9
2	Sobre o significado na linguagem	14
2.1	Realismo, mentalismo e pragmatismo	15
2.2	Um antagonismo milenar em torno do sentido	18
2.3	A renúncia à imanência do sentido no pensamento de Wittgenstein	26
3	Plágio Textual	36
3.1	O fenômeno do plágio	36
3.1.1	A palavra <i>plágio</i>	38
3.1.2	Um pouco mais de História	41
3.1.3	Sobre o autor	44
3.1.4	O plágio na lei	49
4	Sobre a noção de <i>critério</i> em Wittgenstein (ou como lidar com a ameaça cética)	61
4.1	Do conceito de <i>critério</i>	61
4.1.1	A mesma dor?	74
4.1.2	O mesmo texto?	82
5	Sobre a identidade do plágio textual	85
5.1	Situações para um exercício descritivo	85
5.2	Tornando evidentes os nossos critérios	89
5.3	Plágio e ceticismo	96
6	Considerações finais	99
	Referências bibliográficas	103

Introdução

*Meus livros dispensam alguém que te acuse ou te julgue.
Tua página se ergue contra ti e diz: “és um ladrão”.*
Marcus Valerius Martialis

What is originality? Plagiarism undetected.
William R. Inge

Este trabalho se debruça sobre o fenômeno do plágio e tem por motivação um interesse em conciliar os elementos de bom senso que reconhecemos haver nas duas posições aparentemente antagônicas emblemáticas nas epígrafes acima.

De um lado, identificamo-nos com o espírito de indignação condensado nos versos do poeta epigramático romano, em uma das mais antigas alusões documentadas à prática de roubar palavras alheias. De outro, reconhecemos sensatez nos dizeres do escritor britânico, que aqui representa uma tendência de força nos debates acerca de questões de autoria e propriedade intelectual – a de sublinhar a impossibilidade última da originalidade e a conseqüente necessidade da cópia na escrita.

Podemos reconhecer pelo menos dois fenômenos contemporâneos importantes que reforçam respectivamente as duas posições epigrafadas acima, acentuando com vigor renovado a tensão de larga história que vêm manifestando entre si.

Por um lado, o advento da Internet tem aberto espaço para uma crescente apreensão quanto a possíveis deslimites na reutilização daquilo que foi dito por outra pessoa. A facilitação da circulação e de disponibilização de informações promovida pelo largo alcance da rede mundial de computadores tem de fato ampliado os debates acerca da propriedade intelectual e dos direitos autorais, bem como sobre procedimentos de referência e citação que garantiriam uma certa proteção aos autores dos textos disponibilizados na Internet. Esse cenário já se vê

refletido, por exemplo, em instituições de ensino que, como veremos, têm investido maciçamente na elaboração de mecanismos de prevenção e de detecção, com o intuito de reduzir o crescente índice de casos de plágio envolvendo seus alunos.

Por outro lado, assistimos hoje, sobretudo no circuito intelectual pós “virada lingüística”, à disseminação de visões acerca da natureza da linguagem que em muito contribuem para desestabilizar teoricamente noções tradicionais importantes para uma identidade estável do plágio, entre elas *significado*, *interpretação*, *autor*. Trata-se de perspectivas que se caracterizam, entre outras coisas, por renunciar à tese milenar de que as línguas funcionam como sistemas de representação, nos quais os sentidos habitam as palavras de forma imanente e objetiva. A disseminação dessa visada *não-imanentista* alimenta em certa medida a propensão representada nas palavras de William Inge: se o significado não habita a letra, se os efeitos de sentido que as palavras alcançam não são fixos, sendo antes função exclusiva de circunstâncias as mais voláteis (históricas, culturais, biográficas etc.), então abre-se espaço para a idéia de que o que quer que um texto signifique não será aquilo que algum autor terá ali “inoculado” de forma permanente e recuperável. Toda leitura que um autor faz de outro é, sob esse ângulo, uma apropriação, uma releitura, não havendo ali propriamente um sentido *original* que pudesse ser – devida ou indevidamente – apropriado. A página, contrariamente à sugestão de Marcial, não é capaz de dizer nada por si; ela não traz a marca do seu autor. Como veremos, em versões mais extremadas desse tipo de abordagem, o plágio tem de fato sido encarado como uma espécie de “mito”, em uma atitude francamente cética quanto à possibilidade de haver critérios que respondam por sua identidade.

Nossa **hipótese** aqui, contudo, é a de que, ao recusarmos a tese de que o sentido é imanente à letra, o que nos parece pertinente, não temos necessariamente de adotar uma postura cética quanto à identidade do plágio, postura esta que nos parece, sob certos aspectos importantes, indesejável.

Apóiam centralmente a nossa hipótese as reflexões de um importante filósofo de inclinação anti-imanentista, L. Wittgenstein, cuja perspectiva de linguagem norteia este trabalho. Desenvolveremos nosso estudo com o **objetivo** de buscar no pensamento de Wittgenstein – em especial nas reflexões identificadas com a segunda fase de sua filosofia – elementos que nos indiquem

um caminho em que seja possível a convivência entre a descrença em uma visão de originalidade que prevê como atores centrais um gênio criador (o autor) e uma relação objetiva entre palavra e sentido, por um lado, e a legitimidade da identificação do plágio como prática diferenciada (e condenável), por outro.

Para tal, identificaremos elementos relevantes para o debate acerca da identidade do plágio nos escritos do autor e na literatura que se produziu em torno desses escritos, com ênfase nas leituras de Hans Johann-Glock, Stanley Cavell e Newton Garver. Na busca pelo instrumental necessário à reflexão aqui proposta, terá destaque a noção wittgensteiniana de *critério*, de grande utilidade para investigarmos de que maneira podemos admitir a flutuação do significado de expressões lingüísticas e, ainda assim, reconhecer que o plágio tem uma identidade. Conforme veremos, a discussão sobre a noção de critério figura na economia do pensamento de Wittgenstein em íntima associação com o seu investimento contra o ceticismo, atitude por ele considerada como um outro sintoma da mesma “doença filosófica” que move o impulso metafísico essencialista. Suas considerações sobre o ceticismo serão, portanto, também centralmente aproveitadas na reflexão que desenvolveremos sobre plágio, campo em que, como vimos, há espaço para a manifestação da atitude cética.

Assim delimitado e orientado, este estudo se organiza da seguinte forma.

O capítulo 2 se dedica a uma discussão teórica preliminar sobre a questão do sentido na linguagem. A título de erguer um pano de fundo para a discussão que se segue, apresentamos ali de forma sucinta os paradigmas mais relevantes na história das reflexões sobre o sentido, com destaque para o antagonismo, já manifesto no pensamento grego clássico, entre concepções imanentistas e anti-imanentistas. O capítulo tem como um segundo objetivo igualmente importante apresentar introdutoriamente a perspectiva wittgensteiniana de linguagem que norteia o trabalho, identificando e discutindo ali os conceitos mais relevantes para a investigação aqui proposta.

O capítulo 3 será dedicado à caracterização de nosso objeto de estudo, com a apresentação e discussão de aspectos associáveis ao jogo entre os planos lingüístico, histórico e jurídico. Destacaremos e discutiremos ali a oscilação entre duas compreensões básicas do plágio – como crime desprezível e como pré-requisito da escritura. Situaremos, além disso, o debate sobre o plágio textual

dentro de um embate teórico maior, buscando avaliar de que maneira as macrovertentes de que tratamos no capítulo 2 se encontram representadas nessa discussão específica. Veremos ali já anunciada a força da ameaça cética, que será centralmente discutida no capítulo 4.

Nesse capítulo, o conceito wittgensteiniano de *critério* será apresentado e discutido, a partir de uma análise das reflexões que o autor desenvolveu especificamente sobre o tema, bem como do exame de leituras feitas por alguns de seus principais comentadores. Buscaremos indicar de que forma a discussão wittgensteiniana sobre esse tópico pode lançar luz sobre a questão da identidade do plágio, considerando, sobretudo, a discussão em torno daquilo que conta como *o mesmo* em nossas práticas lingüístico-culturais. Experimentaremos, ali, diferentes argumentos que podem de algum modo acalmar a propensão a uma atitude cética, sem que seja necessário, para isso, abrir mão da adesão a uma perspectiva não-imanentista da linguagem.

Por fim, o capítulo 5 apresentará um exercício descritivo, no qual analisaremos situações associáveis ao fenômeno do plágio, o que, espera-se, propiciará uma apreensão mais concreta do debate teórico desenvolvido ao longo de nossa pesquisa, bem como das virtudes das considerações wittgensteinianas. Analisaremos as situações descritas retomando as características da noção de critério apresentadas no capítulo anterior, e explicitando como podem ser convocadas no debate acerca da identidade do plágio. Ainda à luz do exame das situações concretas consideradas, concluiremos o exercício mostrando de que modo a abordagem não-imanentista de Wittgenstein nos permite lidar com a ameaça cética no campo específico do plágio.

O capítulo 6 traz as nossas considerações finais, com a retomada do trajeto percorrido, o destaque dos nossos resultados investigativos e a indicação de alguns aspectos que mereceriam ser trabalhados em pesquisas futuras.

Pretendemos com este estudo contribuir para os debates sobre o plágio, deixando claro, desde já, no entanto, que em momento algum será nosso objetivo inventariar parâmetros para a condenação ou absolvição de um suposto plagiário. Nossa contribuição se encaminha em direção ao esclarecimento conceitual do fenômeno do plágio, à soma de um instrumental que, respeitando a densidade dos questionamentos aí envolvidos, deixe claras as virtudes da perspectiva de

linguagem adotada no momento em que nos deparamos com a pergunta *O que conta como plágio?*

2

Sobre o significado na linguagem

2.0

Como indicamos na Introdução, a presente interessa-se em investigar possíveis conseqüências que reflexões sobre a flutuação dos significados de expressões lingüísticas podem promover nos debates acerca do objeto desta dissertação – o plágio textual. Tal enquadramento parece deixar bastante clara a importância destinada à noção *significado de uma expressão lingüística* no universo aqui investigado. Protagonista nesse universo, o significado conta com uma longa trajetória, marcada por grandes e complexas polêmicas, que, por serem parte fundamental para o desenvolvimento de nossa hipótese, serão neste capítulo sucintamente inventariadas.

Além de servir como pano de fundo para a discussão que se segue, este capítulo tem outro propósito igualmente importante: explicitar a perspectiva de linguagem a que este trabalho adere – o ponto de vista que orientará a análise aqui empreendida, a saber, o pragmatismo de inspiração wittgensteiniana.

O capítulo se divide, portanto, em duas partes: na primeira, apresentamos e discutimos a tensão entre diferentes ângulos pelos quais se pode compreender o significado das expressões lingüísticas; na segunda, fazemos uma apresentação preliminar da visão wittgensteiniana da linguagem, que servirá de norte para a discussão posterior.

2.1

Realismo, mentalismo e pragmatismo

A larga trajetória a que nos referimos pode ter seu embrião identificado ainda na Grécia Antiga (por volta do século VI a.C.), muito antes, portanto, da afirmação dos estudos da linguagem como uma ciência reconhecida. Por isso, ao nos referirmos às polêmicas que cercam o significado lingüístico, falaremos de uma “filosofia da linguagem”, que deve ser entendida de modo amplo, abarcando diversos tipos de abordagem do fenômeno lingüístico, encontrados muitas vezes, como no caso específico dos gregos, como instrumentos de discussões que tinham por foco objetos outros, que não propriamente a linguagem: a questão da existência de essências fixas e verdades eternas, a possibilidade de o homem ser sede de conhecimentos universalmente válidos etc.¹ Ampliadas para além da ciência da linguagem as áreas de conhecimento envolvidas no debate sobre a questão do sentido na linguagem, o recurso à filosofia de fato surge como indispensável, pois muitas das teses defendidas sobre o fenômeno da significação lingüística tiveram suas origens em debates entre filósofos (e não entre estudiosos da linguagem, ou lingüistas), ainda que as linhas mestras que guiam tais discussões possam ser verificadas ao longo de toda a História, tendo chegado com força ao centro das discussões da recente ciência Lingüística.²

Lancemos olhar então sobre as tais linhas mestras desse universo teórico. De que maneira podemos, da forma resumida proposta, apresentar quais crenças identificam alguns teóricos com essa ou aquela linha de reflexão acerca do significado?

Um bom começo parece ser a identificação da densidade do centro dessas discussões e do peso histórico e filosófico que cada uma das visões que apresentaremos têm na cultura ocidental. Sempre que são expostos diferentes caminhos, tendemos a crer que, no fim da narrativa, será identificado o caminho *certo*, o *melhor*. Desde já, podemos adiantar que o descarte de qualquer dos

¹ Cf. Harris & Taylor, 1989; Marcondes, 1994; Martins, 2004; Nef, 1995.

² Michel Pêcheux abre o seu *Semântica e discurso* com uma “simples nota prévia”, na qual, ao discorrer sobre os termos “semântica” e “semiótica”, identifica que o que aquela primeira “designa remete tanto às preocupações mais antigas dos filósofos e gramáticos quanto às pesquisas lingüísticas recentes” (1997, p.12-13).

percursos reflexivos que conhecemos acerca do fenômeno da significação não é tarefa trivial e nem, portanto, objetivo nosso aqui.

À questão central *O que é o significado de uma expressão lingüística?* apresentam-se então diversas opções de rotas a serem seguidas. De uma forma geral, podemos adotar uma nomenclatura de certa fama na literatura sobre o tema e dividir os caminhos percorridos pelos que tentaram e tentam entender como o significado de uma expressão lingüística é capaz de ser estável, de ser reconhecido, em diferentes ocasiões como *o mesmo* significado de um *mesmo* signo. Assim, agruparemos sob o nome de *realistas*, aqueles que crêem que a significação se dá pela identificação lingüística de parcelas da realidade; como *mentalistas* reconheceremos aqueles que defendem que o signo é a representação de entidades mentais compartilhadas pelos usuários da linguagem; e, finalmente, como *pragmáticos* aqueles que atrelam a significação não a entidades fixas, mas ao fluxo das práticas e dos costumes de uma comunidade lingüística, histórica e culturalmente determinada (cf. Martins, 2004).

As três caracterizações são, é claro, muito gerais e acomodam, em cada caso, os mais diferentes discursos teóricos. É historicamente plausível, no entanto, reduzir essa tripartição a uma bipartição, tornando nosso quadro um pouco mais simplificado. Isso porque, como veremos, são identificáveis entre as duas primeiras correntes – realista e mentalista – crenças que as aproximam, opondo-as, em conjunto, ao viés pragmático. Tais crenças comuns possivelmente têm algo a ver com o fato de que modelos mentalistas e realistas são hoje com frequência reconhecidos como um só macrogrupo, recebendo denominações comuns, como, por exemplo, *imanentistas*, *objetivistas*, *representacionistas*. Por oposição, os pragmáticos são freqüentemente chamados de *não-imanentistas*, *não-representacionistas*.

O entendimento dessa nomenclatura parece se dar concomitantemente à compreensão das bases gerais dos argumentos defendidos por cada uma das correntes e subcorrentes que comparecem no contexto dos debates teóricos que nos interessam aqui.

Começemos então pela compreensão do macrogrupo historicamente predominante, aquele que compreende modelos que recebem, entre outras, as alcunhas de *imanentistas*, *objetivistas* e *representacionistas*. Nesse grupo encontram-se visões em que se tem a definição do fenômeno lingüístico e em

especial da significação como um processo entitativo, no qual a palavra é pensada como um nome que substitui ou **representa** uma entidade – daí receberem por vezes o rótulo de *representacionistas*. Em abordagens mentalistas, a tal entidade essencial que o nome representa na linguagem seria uma entidade mental, acessível por meio da capacidade racional humana; já em modelos realistas, essa entidade seria uma parcela da realidade identificada por uma expressão lingüística. De acordo com esse tipo de encaminhamento teórico, o significado teria sua estabilidade garantida por ser a significação um processo de conexão **objetiva** – geralmente universal – entre palavra e coisa, entre uma expressão lingüística e o seu correspondente essencial (na realidade ou na mente). Daí chamarmos os adeptos dessa linha de argumentação de *objetivistas*. Entende-se também com essa contextualização a denominação *immanentista* uma vez que, de acordo com esses teóricos, como vimos, o significado pertenceria à letra, seria portanto **imane**nte à palavra³.

A adoção de uma visão immanentista tem potentes conseqüências para a análise do fenômeno lingüístico como um todo. Ao creditar a estabilidade da significação a uma relação objetiva entre palavra e significado, o filósofo apresenta uma solução para a questão de origem desse polêmico debate. No entanto, a solução está longe de ser pacífica, no mínimo porque o teórico esbarra em um grande problema: o acesso a essas entidades, se existe, é tudo menos trivial⁴. A solução do filósofo então – a tal ligação objetiva entre nome e essência – se daria pela promessa de uma ponte sobre um grande abismo; e até hoje a linha traçada por essa ponte jamais foi propriamente apresentada ao grande público, que só vê (quando muito) um grande fosso que se perde no horizonte antes que possamos avistar a terra firme dos sentidos objetivos.

A magnitude da dificuldade de acesso às supostas essências imanentes às palavras renova hoje a tensão entre a perspectiva immanentista, historicamente preponderante, e a pragmática, em que se nega justamente a idéia tradicional de que há entidades essenciais que habitam a letra, respondendo pelo funcionamento

³ No presente trabalho, utilizaremos prioritariamente o adjetivo *immanentista* ao nos referirmos a esse tipo de abordagem tradicional, valendo-nos ocasionalmente também dos outros dois, *objetivistas* e *representacionistas*.

⁴ Tal dificuldade é bem resumida por S. Cavell, ao nos dizer que “se alguém pudesse de fato apresentar a fórmula [...] capaz de gerar por si o esquema das ocorrências de uma palavra”, então teríamos aquilo que não temos e que “caberia chamar de uma ciência do significado” (1996, p.42).

estável da linguagem⁵. Essa tensão tem se apresentado ao longo da História em diferentes versões, tendo raízes já verificáveis na Antiguidade grega, como veremos a seguir.

2.2

Um antagonismo milenar em torno do sentido

A cena grega nos dá elementos suficientes para caracterizar o antagonismo em torno do fenômeno da significação que serve como pano de fundo para a discussão empreendida neste trabalho.

Na presente seção, veremos que a oposição entre os *sofistas* e os filósofos *socráticos*, como Platão e Aristóteles, em torno da questão da verdade, se estende para o plano da linguagem, o que estabelece as bases para uma oposição paralela, a saber, o já aludido antagonismo entre perspectivas não-imanentistas e imanentistas. Vejamos, para começar, a propensão imanentista, em suas versões *realista* e *mentalista*.

Como já se disse, podemos entender que, tanto para realistas quanto para mentalistas, a significação se daria por meio de uma ligação objetiva entre um nome e uma entidade. No entanto, apesar dessa base comum, a estrutura utilizada para erguer tais teorias apresenta diferenças, já manifestas em suas versões embrionárias na Antiguidade.

Platão abre uma promessa de solução para a inegável flutuação que verificamos ao fazermos uso da linguagem, por meio da sua Teoria das *Formas*, em que se biparte o real entre o mundo sensível e o mundo inteligível. Residiriam, como se sabe, no mundo inteligível as essências, as “coisas em si”, imutáveis e perfeitas, ao passo que, no mundo sensível, seriam encontradas cópias dessas essências, imperfeitas e mutáveis. No que tange à linguagem, como explica Nef (1995, p.14), Platão introduz um conceito de “nome ideal”, que é “solidário da teoria das formas”⁶.

⁵ A esse respeito, v. Rorty (1991, *Introduction*).

⁶ É preciso ressaltar que a linguagem não é objeto central na filosofia platônica; ela ganha importância por conta do papel que desempenha nas instituições democráticas na Atenas daquela época, contra as quais o filósofo se insurgia, privilegiando a verdade acima dos consensos.

Ao considerar a linguagem em seu *Crátilo*, Platão não nega que uma mesma “coisa em si” possa receber diferentes nomes. Referindo-se à figura mítica do “fazedor de nomes”, o *legislador*, “de todos os artistas o mais raro”, Sócrates nos diz:

Logo, meu excelente amigo, o nosso legislador deverá saber formar com os sons e as sílabas o nome por natureza apropriado para cada objeto, compondo todos os nomes e aplicando-os com os olhos sempre fixos **no que é o nome em si**, caso queira ser tido na conta de verdadeiro criador de nomes. O fato de não empregarem os legisladores as mesmas sílabas, não nos deve induzir a erro. Os ferreiros, também, não trabalham com o mesmo ferro, embora todos eles façam iguais instrumentos para idêntica finalidade. Seja como for, uma vez que lhe imprima **a mesma forma**, ainda que em ferro diferente não deixará por isso, o instrumento de ser bom, **quer seja fabricado aqui, quer o seja entre os bárbaros** (390 a, grifos nossos).

Tal caracterização do nome vem, na voz de Sócrates, reforçar a tentativa platônica de restrição da mutabilidade ao plano exclusivo do sensível: enfatiza-se a idéia de que há instrumentos específicos para a realização de cada atividade e de que não importa que cada artífice forje, para tais atividades, instrumentos superficialmente variáveis; o que importa sim é que o instrumento tenha *forma* equivalente à Forma essencial da coisa, que respeite a vocação do *instrumento em si*⁷. E qual seria, nesse âmbito, a vocação do *nome ideal*?

De acordo com Harris & Taylor, a função do nome no *Crátilo* (1989, p.6) seria “dividir a realidade para nós; distinguir uma coisa da outra, uma pessoa da outra” – o que, de fato, ganha expressão explícita na seguinte passagem do diálogo, em que Sócrates nos diz que o nome “é instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las, tal como a lançadeira separa os fios da teia” (388c)⁸.

⁷ Observe-se naturalmente a diferença entre a *forma* (lingüística) e a *Forma* (platônica), conforme explicitada no *Dicionário Houaiss*: “Rubrica: filosofia. No *platonismo*, cada uma das realidades transcendentais que contêm a essência imaterial dos objetos concretos, captáveis somente pelo intelecto que supera as impressões sensíveis; arquétipo, idéia.” e “Rubrica: lingüística. Caracterização das relações que constituem uma estrutura, abstraído-se o conteúdo (fonético e semântico).”

⁸ Segundo a interpretação de Marcondes, o nome teria no *Crátilo* uma *dupla* função: “a *referencial*, deve designar uma coisa na realidade, é a forma por excelência de se classificar o real, de recortá-lo; e a *cognitiva*, deve ensinar-nos sobre a natureza das coisas que designa” (1986, p.84). A noção de *correção* do nome seria para ele estabelecida com esta dupla função. Interessamos aqui, no entanto, sublinhar a função referencial.

Para que possa desempenhar a contento essa função referencial, “o nome deve ser projetado da maneira certa, assim como a lançadeira deve ser projetada de forma a adequar-se à função de tecer” (Harris & Taylor, 1989, p.6). Sugere-se, assim, que um nome é tanto melhor quanto melhor serve à função de identificar parcelas da realidade.

Sob o ângulo platônico, a variação na linguagem seria algo dado no nível da imperfeição do mundo sensível; as palavras que utilizamos seriam instrumentos de representação – sempre imperfeitos, porque cópias do *nome em si*. A estabilidade última do sentido estaria, no entanto, acima dessas variações, garantida pelo real, de quem a linguagem seria função. Essa idéia se associa naturalmente à tese mais geral da prevalência da verdade sobre os consensos, defendida por Platão contra os sofistas: faz parte do seu investimento contra esses rivais garantir de alguma forma que “os nomes respondem não à comunidade, mas à realidade” (Harris & Taylor, 1989, p.19), sobretudo considerando-se o papel central que a linguagem desempenhava nos tribunais e assembléias da Atenas democrática.

As passagens do *Crátilo* acima citadas ratificam a defesa dessa idéia de que o nome deve ser um meio de distinção, de que deve ser, portanto, o instrumento ideal para o falar, sendo a função essencial da linguagem dizer o real. Que a linguagem tenha *essa* vocação é algo apresentado no diálogo como patente: a analogia com o tear, desenvolvida entre as passagens 386a e 391a, insinua que, assim como este instrumento, o nome teria sido “inventado” com *um* propósito racional definido e auto-evidente: representar a realidade (cf. Harris & Taylor, 1989, p.6-7). E aos poucos vai se delimitando uma concepção de linguagem que tem o nome e o ato de nomear como base estrutural. A discussão acima evidencia, enfim, o caminho que o pensamento platônico abre para pensarmos nos significados como *entidades* representadas pelas palavras – mais especificamente entidades *essenciais* do real, entidades *universais*, conforme se viu na passagem 390a, em que se sugere que os nomes funcionarão igualmente bem em terras gregas ou bárbaras, contanto que honrem sua vocação essencial de representar o real.

Se podemos, como vimos, identificar na filosofia platônica um embrião de uma perspectiva realista de linguagem (que tem, como dissemos larga tradição no histórico de debates e estudos sobre a significação), tem sido considerado

igualmente plausível reconhecer em Aristóteles uma das fontes importantes para uma visão *mentalista* do funcionamento da linguagem (cf. Harris & Taylor, 1989, p.20-35). Assim como ocorre no caso de Platão, as sugestões de Aristóteles sobre a linguagem são solidárias às suas teses filosóficas mais gerais. Como se sabe, Aristóteles não vê com bons olhos a estratégia de bipartição do real utilizada por Platão em sua *Teoria das Formas*; o ponto central de sua crítica àquele modelo “diz respeito às dificuldades de se explicar a relação entre o mundo inteligível, ou das idéias, e o mundo sensível, ou material” (Marcondes, 1997, p.70). A partir da verificação desses problemas na teoria platônica, Aristóteles vê-se impulsionado a partir de uma outra perspectiva para a criação de sua metafísica. Aristóteles rejeitava a tese de que formas ideais pudessem existir para além daquilo que percebemos pelos sentidos; recusava a existência do conceito arquetípico acima das instâncias particulares (cf. Martins, 2004, p.463; Harris & Taylor, 1989, p.22). Seria, antes, o intelecto humano que, em contato com os particulares, conseguiria abstrair as essências universais (cf. Nef, 1995, p.20-28). Com efeito, o lugar que o intelecto passa a ocupar no pensamento aristotélico articula-se ao embrião de uma filosofia *mentalista* da linguagem, que tem sido emblematicamente associada à seguinte passagem de *De Interpretatione*:

Os itens na elocução são símbolos das afecções na alma, e os itens escritos são símbolos dos itens na elocução. E assim como os caracteres escritos não são os mesmos para todos, tampouco as elocuições são as mesmas. Entretanto, os itens primeiros dos quais estas elocuições são sinais – as afecções da alma – são os mesmos para todos, assim como são as mesmas as coisas, das quais estas afecções são semelhanças (*De Interpretatione*, 16a3).

Sem pretender fazer justiça à complexidade e à riqueza dessa passagem, podemos, no entanto, identificar aqui um novo formato apresentado para as tais essências universais imanentes às palavras – essências que não estão mais em um mundo das formas, sendo antes *afecções da alma*, entidades que são, como as coisas, *as mesmas para todos*. Aristóteles então transfere a garantia de estabilidade do significado de uma expressão da identificação de uma parcela do real (como defendido por Platão) para a representação de algo que se apresenta à alma de quem fala. A entidade envolvida nessa teoria é uma entidade interna ao sujeito, diferentemente da entidade externa apresentada pela filosofia platônica. Há em Aristóteles, portanto, a inserção do sujeito no mecanismo da significação

(um sujeito, é bem verdade, universal) . A alma é afetada de uma dada maneira pelo real e esse processo se dá de modo homogêneo e universal, como também podemos ver na passagem citada acima.

O instrumento disponível ao sujeito para a extração das essências a partir daquilo que existe é a sua faculdade racional. Em Aristóteles, como observam Harris & Taylor (1989, p.22), a linguagem passa a ser encarada “simplesmente como uma manifestação do *logos*”, entendido como “a faculdade mental distintiva que faz do homem ‘o animal racional’”.

Essa abordagem mentalista nasce no bojo do privilégio dado por Aristóteles à *Lógica*, disciplina que analisa o funcionamento de nossa faculdade racional, o *Organon*. Tal priorização do *logos* tem pelo menos uma fortíssima consequência para os estudos do fenômeno lingüístico, que é a definição da função lógica da linguagem como a mais nobre de suas funções. O filósofo chega a reconhecer que a linguagem não existe somente para servir à faculdade racional, mas, por ser esta aquilo que nos distingue nuclearmente dos demais animais, é também atribuída ao “núcleo” da linguagem a função de representar os movimentos lógicos do pensamento.

Essa preocupação com a lógica, somada a uma visão instrumentalista da linguagem – isto é, a compreensão de que a linguagem é um instrumento para falar das *afecções da alma* –, faz com que Aristóteles privilegie explicitamente apenas um determinado tipo de sentenças: as sentenças declarativas⁹. Como vimos, Aristóteles se aproxima de Platão, que também via a linguagem como um instrumento de representação, só que, para este, se tratava de um instrumento para falar diretamente do real¹⁰.

Em resumo, tanto para Platão quanto para Aristóteles, o significado de uma expressão lingüística é uma entidade (mental e interna para este e real e externa

⁹ “Toda frase tem sentido [...]; nem todas, contudo, apresentam algo, mas sim apenas aquelas que podem ser verdadeiras ou falsas. [...] Uma prece, por exemplo, é uma frase, mas não é verdadeira nem falsa. A presente investigação trata apenas das frases declarativas; sejam deixadas de lado todas as outras, pois seu exame cabe ao estudo da retórica ou da poética” (*De Interpretatione*, 17a1-5).

¹⁰ Embora as “afecções da alma” aristotélicas sejam, elas mesmas, “semelhanças das coisas” do real, é para representar tais afecções que a linguagem serve *em primeiro lugar*.

para aquele) fixa e estável. Vê-se por que, então, podemos atribuir às duas perspectivas por eles representadas no presente capítulo os adjetivos *entitativas*, *immanentistas*, *objetivistas*, *representacionistas*.

Mas, como anunciamos no início desta exposição, há uma alternativa de trajetória igualmente longa e com início também identificável na Antiguidade Clássica: trata-se de uma perspectiva *pragmatista* da linguagem, associável aos rivais declarados de pensadores socráticos como Platão e Aristóteles, os assim conhecidos sofistas.

Para esses filósofos, de fama marginal, o significado não é uma entidade; não é algo fixo e imutável; é algo que resulta das práticas de uma determinada comunidade lingüística. Eles adotam, como veremos, uma visão radicalmente pragmática, que coloca o homem como a única medida e leva o debate sobre a verdade e, portanto, também sobre a linguagem, para uma outra perspectiva.

Como vimos, os filósofos aqui identificados como immanentistas sustentam uma forte e inabalável relação de estabilidade entre nome e entidade designada, congruente com a crença em que a verdade tem um caráter essencial e portanto prevalece sobre qualquer consenso ou clima de opiniões. Os sofistas, como se sabe, invertem, por assim dizer, a relação entre consenso e verdade, sobrepondo aquele a esta, apresentando portanto uma visão relativista da verdade (cf. Marcondes, 1997, p.40-44). A adoção dessa perspectiva tem como consequência o deslocamento da linguagem para o centro das atenções dos assuntos humanos: esta passa a ser o lugar onde se formam os consensos, fornecendo, como sugeriria Nietzsche bem mais tarde, “as primeiras leis da verdade”¹¹.

Sendo instáveis os consensos, igualmente voláteis são as supostas “verdades” instituídas na linguagem, que deixa de ser função de um *real* “em si mesmo”. No pensamento sofista, sugere-se haver um grande abismo entre o real e a linguagem, o que fica claro na seguinte passagem de Górgias: “Assim como o visível não pode tornar-se audível, ou o contrário, assim também o ser que subsiste exteriormente a nós não poderia tornar-se nosso discurso” (Fragmento B, III apud Martins, 2004, p.450).

¹¹ “[...] e a linguagem dá também as primeiras leis da verdade: pois surge aqui pela primeira vez o contraste entre verdade e mentira” (Nietzsche, 1974, p.46).

Ao identificarem o fosso entre as naturezas do discurso e do real – e, a rigor, a impossibilidade de acesso ao real como plano independente¹² –, os sofistas deixam para trás a concepção instrumentalista de linguagem (presente no pensamento platônico-aristotélico) e passam a vê-la como um espaço de formação, de cristalização de consensos – não sendo estes nem absolutos nem totalmente definidos. A linguagem, de instrumento relativamente inflexível, passa a ser vista como um espaço que deve ser suficientemente elástico para abrigar diferentes crenças e opiniões. A medida de transparência da linguagem passa a ser a da transparência das práticas e dos consensos humanos (cf. Martins, 2004, p.453).

Entende-se assim por que se pode atribuir aos sofistas o embrião de uma perspectiva radicalmente pragmática da linguagem, em que se recusa enxergar a linguagem como um simples artefato para a decodificação de algo que está em outro plano (mental ou real). Sob a perspectiva ali oferecida, o sentido deixa de ser uma entidade *imane*nte que a palavra *representa* de forma fixa e *objetiva*. Nas palavras de Martins (2004, p.453):

Os sofistas abrem o caminho para pensarmos que as expressões *significam*, não porque representam algo por si sós, mas antes porque, jamais dissociando-se dos assuntos humanos de que tomam parte, inscrevem-se circunstanciadamente no fluxo dessas práticas, com efeitos possíveis muito variados, efeitos que podem talvez ser *estimados* mas nunca *garantidos* de antemão.

De tudo o que vimos até aqui, parece ficar claro que a maneira como entendemos a significação exerce forte influência na forma como encaramos uma série de questões que se nos apresentam quando lidamos com a linguagem. A breve apresentação feita nesta seção deverá ter servido para ilustrar a tensão entre abordagens imanentistas e anti-imanentistas do sentido, um antagonismo que, hoje renovado e diretamente ligado ao estudo sobre o plágio que se pretende desenvolver aqui, servirá de pano de fundo para a discussão dos próximos capítulos.

¹² Conforme observa Martins (2004, p.450), o fato de o homem ser, na célebre máxima de Protágoras, “a medida de todas as coisas” o impediria de ter sobre as coisas uma medida única – excluiria de forma irreversível a possibilidade de uma apreensão final e verdadeira da realidade tal como ela é *em si mesma*”.

Este trabalho adota uma perspectiva de linguagem não-imanentista, alinhada à linhagem do pragmatismo, que tem, entre seus ancestrais mais remotos, como vimos, o pensamento sofista. Antes de passarmos à próxima seção, em que apresentaremos a versão específica de pragmatismo que nos servirá de norte, são oportunas, no entanto, algumas considerações finais.

A visão imanentista da linguagem, como um sistema objetivo de representação tem tido grande penetração no campo da ciência da linguagem, ao longo de sua história relativamente curta. A aqui descrita união entre linguagem e lógica promovida no interior do pensamento aristotélico, por exemplo, teve conseqüências perceptíveis até os nossos dias, o que é verificável, por exemplo, pela larga hegemonia de estudos realizados em torno de sentenças declarativas.

De certo modo, podemos dizer que a preponderância histórica da perspectiva imanentista do sentido nos estudos lingüísticos, mesmo em face de obstáculos que ela confronta desde cedo, deve-se em boa parte à estratégia de se estabelecer uma dicotomia entre forma e significado, algo que é possível se pensamos a linguagem como um sistema abstrato, dissociável, pois, das atividades humanas cotidianas, mas possivelmente mais manipulável do ponto de vista das generalizações de ambição científica¹³. No entanto, a adoção desse posicionamento analítico é acompanhada de um certo desconforto, que pode ser representado pela complexidade da relação entre os tais dois eixos (forma e significado) e pela dificuldade concreta de serem estabelecidas fronteiras que demarquem o espaço de cada um deles; em outras palavras, pela não-trivialidade da tarefa de que se estabeleça um real isolamento do componente semântico.

Nos próximos capítulos tentaremos ver se a predominância da perspectiva imanentista nos estudos da linguagem como um todo se verifica também nos debates acerca de nosso objeto – o plágio textual. Mais que conhecermos o universo de discussões teóricas sobre o tema, tentaremos experimentar as possíveis conseqüências trazidas para nosso objeto caso adotemos uma perspectiva não-imanentista de linguagem, isto é, se virmos significado, palavras e práticas humanas como entretecidos de forma indissociável.

¹³ A separação da linguagem nesses dois eixos é, por exemplo, um princípio explícito da teoria gerativista chomskiana.

Para que isso seja possível, no entanto, cabe aqui destacarmos que, apesar da mencionada hegemonia da vertente imanentista nos estudos da linguagem, entendimentos não-representacionistas do fenômeno da significação lingüística têm hoje também bastante expressão, sendo a assim chamada *virada lingüística* um marco no crescimento de estudos questionadores da relação objetiva entre palavra e coisa¹⁴.

Para a presente investigação, elegemos o pensamento não-imanentista do filósofo Ludwig Wittgenstein como o ponto de vista sobre a linguagem e a significação a ser adotado. A seção seguinte cuidará de apresentar preliminarmente alguns aspectos centrais dessa perspectiva.

2.3

A renúncia à imanência do sentido no pensamento de Wittgenstein

Em função da abrangência do tema, fazem-se necessárias indicações preliminares, referentes ao escopo de nossas considerações. Tomaremos por base principal a obra póstuma *Investigações Filosóficas*¹⁵, fundamentalmente associada à filosofia do assim chamado “segundo Wittgenstein”. Assim delimitada, esta seção visa não a uma apresentação geral do pensamento maduro de Wittgenstein, mas antes a um levantamento de pontos significativos para o presente trabalho, em uma perspectiva de linguagem que, em muito, rompe com uma visão do fenômeno lingüístico de grande tradição na história do pensamento ocidental. Os conceitos nucleares da perspectiva wittgensteiniana que buscaremos especificamente esclarecer agora são os seguintes: *jogos de linguagem, formas de vida, gramática, regras de uso, semelhança de família, explicação*.

Frédéric Nef (1995, p.148), ao introduzir sinteticamente uma contraposição entre a “primeira” e a “segunda” fases da filosofia wittgensteiniana, diz o seguinte:

¹⁴ Trata-se, como se sabe, de um “importante desenvolvimento no pensamento ocidental do século 20, cuja característica mais importante é o foco dado pela filosofia, e, por conseguinte, pelas humanidades, à linguagem como um fator de construção da realidade” (Wikipedia, verbete *Linguistic Turn*, 2006).

¹⁵ Doravante *IF* ou *Investigações*.

Enquanto no *Tractatus* a significação da linguagem provém da ligação entre ela e a realidade, segundo uma teoria representacional, Wittgenstein, desde os anos 30, concebe a estreiteza desse ponto de vista, considerando-se a variedade dos modos de significação da linguagem corrente. Pode-se analisar atos – como dar ordens, interrogar, dar o endereço – nos termos da teoria representacional? Wittgenstein propõe substituir a equivalência entre significação e verdade (a significação de uma expressão consiste em que condições ela é verdadeira, isto é, em que condições ela exerce a sua função de referência) por uma nova equivalência: a da significação e do uso, segundo o slogan bem conhecido “a significação é o uso”¹⁶.

Em sintonia com um movimento que, como vimos, já se prenunciava desde a Antiguidade, o segundo Wittgenstein apresenta uma perspectiva de linguagem em que se renuncia a uma visão do significado como entidade, em benefício de uma abordagem radicalmente pragmática. Conforme esclarece Glock (1998, p.359), para Wittgenstein,

o significado de um signo não é um corpo de significado, uma entidade que determina o seu uso. Um signo não adquire significado por estar associado a um objeto, mas sim por ter um uso governado por regras. Se é ou não dotado de significado é algo que depende da existência de um uso estabelecido, da possibilidade de ele ser empregado na realidade, em atos lingüísticos dotados de significado; e o significado que possui depende de como ele pode ser usado.

Na base filosófica dessa nova equivalência entre significação e uso a que Nef (1993) e Glock (1998) se referem está um dos principais conceitos apresentados nas *Investigações*: o de “**jogos de linguagem**”. O filósofo apresenta o termo no §7 da citada obra: “[...] Chamarei também ‘jogos de linguagem’ o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está ligada”. O termo jogo de linguagem (*Sprachspiel*), em verdade, surge mais cedo, quando, conforme nos informa Glock, “a partir de 1932, Wittgenstein passa a estender a analogia do jogo à linguagem como um todo”. De acordo com Glock (1998, p.225), a função principal do termo, sobretudo nas *IF*, é “chamar atenção para as várias semelhanças entre linguagem e jogos, do mesmo modo que a analogia com o cálculo sublinhava semelhanças entre linguagem e sistemas formais”.

O conceito parece tomar corpo no momento em que Wittgenstein o retoma, mais adiante no célebre §23 das *IF*:

¹⁶ Cf. §43 das *IF*: “Pode-se, para uma *grande* classe de casos de utilização da palavra *significação* – se não para *todos* os casos de sua utilização –, explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem”.

Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de “signo”, “palavras”, “frases”. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos. (Uma imagem aproximada disto pode nos dar as modificações da matemática.)

O termo “jogo de linguagem” deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida.

Imagine a multiplicidade dos jogos de linguagem por meio destes exemplos e outros:

Comandar, e agir segundo comandos –

Descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas –

Produzir um objeto segundo uma descrição (desenho) –

Relatar um acontecimento –

Conjeturar sobre o acontecimento –

Expor uma hipótese e prová-la –

Apresentar os resultados de um experimento por meio de tabelas e diagramas –

Inventar uma história; ler –

Representar teatro –

Cantar uma cantiga de roda –

Resolver enigmas –

Fazer uma anedota; contar –

Resolver um exemplo de cálculo aplicado –

Traduzir de uma língua para outra –

Pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar.

– É interessante comparar a multiplicidade das ferramentas da linguagem e seus modos de emprego, a multiplicidade das espécies de palavras e frases com aquilo que os lógicos disseram sobre a estrutura da linguagem. (E também o autor do *Tractatus Logico-philosophicus*.)

Dessas duas passagens (§7 e §23), vemos que, com a noção de jogos de linguagem, Wittgenstein enfatiza a irreduzível multiplicidade da linguagem, seu dinamismo, atrelando tais características à indissociabilidade entre o plano lingüístico e o plano das práticas humanas. Assim como essas práticas, a significação é, sob esse ângulo, algo volátil, deslizante, resultado de “uma pluralidade” que “não é nada fixo, um dado para sempre”. Especialmente no §23, vemos um destaque para o fato de que a função representativo-descritiva da linguagem, tida como a sua principal função pelos imanentistas, é aqui vista apenas como *um* dos jogos de linguagem existentes. Conforme esclarecem Baker & Hacker (1980, p.68-69), Wittgenstein enfatiza o absurdo da crença tradicional segundo a qual “as sentenças funcionam todas de modo *uniforme*, a saber, como descrições”. Falar uma língua não é, para Wittgenstein, o resultado de um impulso de representar o mundo, de falar *sobre* as coisas; é antes, “uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”.

Com a relativamente misteriosa e polêmica noção de **forma de vida**, Wittgenstein salienta de modo mais amplo “o entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem”: em uma de suas acepções mais consensuais, uma forma de vida “é uma formação cultural ou social, a totalidade das atividades comunitárias em que estão imersos os nossos jogos de linguagem”. É nesses “padrões cambiáveis de atividade comunitária”, e não em “átomos metafísicos” que a linguagem se funda (Glock, 1998, p.174)¹⁷.

Cabe, no entanto, lembrarmos que essa associação ao uso, múltiplo e deslizante, não torna a significação algo de totalmente indeterminado. O fato de uma mesma expressão poder ter diferentes significações em função do contexto em que seja aplicada não representa, de modo algum, que *qualquer* significação lhe possa ser atribuída. A linguagem continua aqui a ser um fenômeno regido por **regras**. Nesse espírito, Marcondes (1997, p.271) salienta que

Os jogos de linguagem se constituem a partir das regras de uso – de caráter convencional e pragmático – que determinam nos contextos dados o significado que as expressões lingüísticas têm (§§224, 372). A linguagem não é privada; não é a subjetividade, a estrutura da nossa mente, que constitui o significado, mas as práticas, as formas de vida.

Nas palavras de Wittgenstein, oportunamente citadas por Marcondes:

E, portanto, “seguir uma regra” é uma prática. E pensar que se está seguindo uma regra não é segui-la. Portanto, não é possível seguir a regra “privadamente”: caso contrário, pensar que se está seguindo uma regra seria o mesmo que segui-la (*IF* §202).

Wittgenstein investe, com efeito, na idéia de que as regras que constituem nossos jogos de linguagem respondem à comunidade, não estando sob o controle subjetivo dos indivíduos¹⁸. Segundo a leitura de Nef, Wittgenstein nos ensina que a crença na possibilidade de as regras da linguagem estarem à mercê dos indivíduos repousa sobre dois erros “capitais e complementares”, que se referem “respectivamente à experiência e à linguagem”. Em suas palavras,

O erro quanto à experiência é acreditar que ela é privada, ou mais exatamente que há uma experiência privada. O erro quanto à natureza da linguagem é acreditar que se adquire a linguagem pelo jogo da demonstração ostensiva. [...] Não se deve

¹⁷ Sobre o conceito de *forma de vida*, ver Glock (1998, p.173-178); Garver (1994); Cavell (1996, p.31-45).

¹⁸ Veja-se a esse respeito o célebre *argumento da linguagem privada* (Glock, 1998, p.230-235).

imaginar duas etapas, uma privada, em que nomeio, na solidão da minha vida interior, tal ou tal acontecimento psíquico, que assinalo com uma demonstração interna associando-lhe um nome, que em uma segunda etapa, eu expressaria publicamente (1995, p.148).

As palavras de Nef reforçam a já aludida conexão fundamental estabelecida pelos jogos de linguagem: o entretencimento de linguagem e atividades humanas. A idéia destacada na passagem é a de que não há um processo, cognitivo, que anteceda um outro, lingüístico, isto é, não há um momento logicamente primeiro em que entendemos as essências das coisas, que se seguiria então a um segundo momento, em que nomearíamos e expressaríamos “para os outros” tais essências previamente apreendidas. Sob essa ótica, não adquirimos a linguagem estabelecendo solitariamente conexões objetivas entre palavras e representações mentais, mas antes aprendendo a tomar parte em práticas humanas reguladas, sendo justamente essas práticas reguladas o que responde pela (relativa, porém inegável) estabilidade do significado.

O entendimento da significação como um fenômeno regulado implica a existência de regras e de uma organização destas: trata-se de *condições para o sentido*, estabelecidas em um processo que Wittgenstein descreve como **gramatical**¹⁹. No entanto, é necessário que se compreenda o conceito de gramática de um modo diferente do que habitualmente empregamos. Sob o ângulo wittgensteiniano, a gramática de uma língua continua a ser um conjunto de regras: de acordo com Glock, ela é “o sistema global de regras gramaticais, das regras constitutivas que definem [a língua], pela determinação daquilo que faz sentido dizer ao usá-la” (1998, p.193). No entanto, tais regras não são de modo algum fixas. Ainda segundo Glock (1998, p.55),

a gramática, o conjunto de regras lingüísticas que constituem nosso esquema conceitual, é arbitrária, no sentido de que não leva em conta uma pretensa essência ou forma da realidade, não podendo ser vista como correta ou incorreta de um modo filosoficamente relevante.

A existência incontornável das regras não faz com que elas sejam decretadas aprioristicamente: nós as aprendemos enquanto participamos dos jogos de linguagem; e é *somente nestes* que elas existem. À totalidade desses jogos não nos é facultado o sobrevôo, isto é, não podemos estar em momento algum de fora de

¹⁹ Cf. Glock (1998, p.193-198).

todos os jogos, de maneira a enxergá-los “de cima”, apreendermos suas regras e estruturas, para aí sim fazermos parte deles, agindo de acordo com elas. Nós só aprendemos o funcionamento das regras e dos jogos fazendo (novos) lances. Nas palavras de Wittgenstein (1979, p.9), “Aprendemos as palavras em certos contextos e, em seguida, espera-se que saibamos quando utilizá-las apropriadamente em outros contextos”.²⁰

Nesse sentido, aprender a gramática de uma palavra é, conforme esclarece S. Cavell, “poder continuar com ela em novos contextos – contextos que aceitamos como corretos para ela”. E isso pode ser feito, o autor acrescenta, “sem que se saiba, por assim dizer, a fórmula que determina cada nova ocorrência, isto é, sem que possamos articular os critérios em torno dos quais ela se aplica” (Wittgenstein, 1996, p.42).

Por meio de regras não-apriorísticas e relativamente difusas, portanto, passamos a ser capazes de identificar uma expressão, aprendida em certos contextos, e a projetá-la ou reconhecê-la em diferentes contextos. São esses recursos gramaticais que fixam os sentidos, que nos permitem usar ou não uma dada expressão em um determinado contexto. Nas palavras de Glock, “as ‘regras gramaticais’ são padrões para o uso correto de uma expressão, que ‘determinam’ seu significado; dar o significado de uma palavra é especificar sua gramática”, vale dizer, descrever o seu uso (1998, p.193).

É importante para nós aqui salientar, no entanto, que a especificação da gramática de uma expressão – *plágio*, por exemplo – não corresponde jamais à explicitação de uma essência que lhe corresponda. Cabe, nesse âmbito, apresentarmos mais um conceito wittgensteiniano central, a saber, o de **semelhança de família** (*Familienähnlichkeit*). Conforme esclarece Glock (1998, p.324), essa noção é

crucial para o ataque de Wittgenstein ao essencialismo, a visão de que é necessário haver algo comum a todas as instâncias de um conceito que explique por que elas caem sob esse conceito (PG 74-5), e de que a única explicação adequada ou legítima para uma palavra é uma definição analítica que estabeleça condições necessárias e suficientes para sua aplicação, o que implica que, por exemplo, as explicações com base em exemplos são inadequadas. Wittgenstein condena essa

²⁰ We learn words in certain contexts and after a while we are expected to know when they are appropriately used in further contexts” (Wittgenstein, 1979, p.9).

atitude de “desprezo para com o caso particular”, indicando que se baseia em um “desejo de generalidade” mal orientado.

Contra esse desejo equivocado, Wittgenstein nos convida a perceber que os mais simples dos jogos de linguagem encontram-se já indissolúvelmente ligados a uma práxis (cf. célebre jogo com as lajotas e tijolos, *IF*§2) – o mesmo acontecendo com os mais complicados. Quando, tendo em vista um desses jogos mais complicados, nos perguntamos coisas como *o que é o significado da palavra belo?*, por exemplo, e ansiamos por uma definição *geral* e englobante, é porque nos esquecemos de que o significado de *belo* nada mais é do que o lugar que essa palavra ocupa nas nossas atividades, em relação às quais, como já se disse, jamais temos uma visão *geral*, de *sobrevôo*. Como nos diz Wittgenstein, no *Livro Azul*:

Quando examinamos essas formas simples de linguagem, a névoa mental que parece encobrir o uso habitual da linguagem desaparece. Descobrimos actividades, reacções, que são nítidas e transparentes. Por outro lado, reconhecemos, nestes processos simples, formas de linguagem que não diferem essencialmente das nossas formas mais complicadas. Apercebemo-nos da possibilidade de construir as formas complicadas pela adição gradual de novas formas a partir das formas primitivas.

O que torna difícil seguir esta linha de investigação é o nosso desejo de generalidade.²¹ (Wittgenstein, 1992, p. 47)

E é no lugar de explicações fixas, únicas, completas, idealizadas na busca equivocada pela generalidade, que Wittgenstein sugere a adoção do termo *semelhança de família*, salientando não uma essência única e geral que uniria um grupo de propriedades sob um dado conceito, mas sim a existência de parentescos entre os diversos usos de uma palavra. Ilustrando a tal ânsia de generalidade no que tange ao próprio conceito de linguagem, Wittgenstein antecipa objeções de um interlocutor virtual e nos diz:

§65 (...) Pois poderiam objetar-me: “Você simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é o essencial do jogo de linguagem, e portanto da própria linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna linguagem ou partes da linguagem?”.

²¹ [...] When we look at such simple forms of language the mental mist which seems to enshroud our ordinary use of language disappears. We see activities, reactions, which are clear-cut and transparent. On the other hand we recognize in these simple processes forms of language not separated by a break from our more complicated ones. We see that we can build up the complicated forms from the primitive ones by gradually adding new forms.

Now what makes it difficult for us to take this line of investigation is our craving for generality. This craving for generality is the resultant of a number of tendencies connected with particular philosophical confusions. (Wittgenstein, 1979, p.17).

Reforçando sua aposta na irreduzibilidade da linguagem a qualquer essência única, ele responde:

E isso é verdade. – Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra – mas sim que estão *aparentados* uns com os outros de muitos modos diferentes. E por causa desse parentesco ou desses parentescos, chamamo-los de “linguagens”.

Aqui também Wittgenstein confirma a descrença na tradicional visão essencial e universal do significado e da linguagem, mas sem negar a existência de traços de ligação (mais fracos ou mais fortes), entre as diversas instâncias de um conceito, no caso *linguagem*, para que as chamemos por uma mesma palavra. Além de referir-se à própria linguagem, para elucidar a noção de *semelhança de família*, o autor recorre também centralmente à metáfora do jogo:

Considere, por exemplo, os processos que chamamos de “jogos”. Refiro-me a jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, torneios esportivos etc. O que é comum a todos eles? Não diga: – “Algo deve ser comum a todos eles, senão não se chamariam jogos”, – mas *veja* se algo é comum a eles todos. – Pois, se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a *todos*, mas verá semelhanças, parentescos, e até toda uma série deles (*IF* § 66).

Para Wittgenstein a expressão *semelhança de família* caracteriza bem esse tipo de parentesco, pois “assim se envolvem e se cruzam as diferentes semelhanças que existem entre os membros de uma família: estatura, traços fisionômicos, cor dos olhos, o andar, o temperamento etc. etc.” (*IF* §67). Sob essa perspectiva, para usar uma metáfora feliz de Glock (1998, p.327), o “que sustenta o conceito, conferindo-lhe sua unidade, não é um ‘fio único’ que percorre todos os casos, mas, por assim dizer, uma sobreposição de diferentes fibras, como em uma corda”.

Um último conceito, ainda associado ao incômodo de Wittgenstein com relação à ânsia de generalidade, e já anteriormente aludida, merece ser incluído e explicitado nesta seção: o conceito de *explicação*, aplicado ao sentido das palavras. Todo investimento anti-essencialista de Wittgenstein, seu esforço em sublinhar a impossibilidade de se apreender o significado essencial de uma palavra, poderia talvez nos levar a questionar a legitimidade de qualquer explicação a ser oferecida sobre o sentido de uma palavra, o que, na verdade, contrariaria o espírito wittgensteiniano. Segundo Martins (2005, p.5),

“explicações, são elas mesmas, *sempre*, lances nos jogos de linguagem”, não podendo, portanto, existir “fora ou acima do domínio das práticas humanas”. Não sendo mais do que lances nos jogos relevantes, jamais podem fornecer “elucidações que lancem luz sobre regras que determinem o jogo, por assim dizer, ‘de fora’, jamais podem prover ‘a fórmula que explica *por que* um termo é usado em uma dada ocasião””. No entanto, para Wittgenstein, o sentido de uma expressão lingüística jamais ultrapassa, por outro lado, a nossa capacidade de *explicá-la* (IF §75). O que significa dizer que o objeto da explicação, o sentido de uma expressão verbal, “não é nada de mais profundo ou mais teórico do que aquilo que pode comparecer em nossas práticas aceitáveis de explicação”.

Assim sendo, o fato de nossas explicações de sentido serem sempre parciais – de serem sempre contingenciadas pelos interesses particulares dos jogos de linguagem em que comparecem – de modo algum faz com que sejam ilegítimas. Na verdade, há para Wittgenstein uma relação interna entre o sentido de uma palavra e as nossas formas habituais de *explicá-la*: tais explicações não podem ser consideradas “incompletas” em função de um parâmetro de completude absoluta ao qual se deseja justamente renunciar em uma visada wittgensteiniana.

Como este trabalho envolve de alguma forma explicações sobre o sentido de uma palavra, a palavra *plágio*, é importante ter em mente o conceito de explicação que se está adotando.

Como esperamos ter ficado claro, os conceitos apresentados nesta seção – jogos de linguagem, forma de vida, gramática, regra, semelhança de família e explicação –, enfatizam, sob vários aspectos, a investida anti-essencialista de Wittgenstein. O autor reforça recorrentemente o seu convite para que saíamos da “dieta unilateral”²² a que nos submetemos tradicionalmente ao adotarmos visões representacionistas e imanentistas da linguagem, segundo as quais palavras seriam representações de entidades mentais extralingüísticas. Orienta este trabalho a sua alternativa radicalmente pragmática, que foi acima muito brevemente introduzida e será retomada no capítulo 4.

²² Cf. IF §593: “Uma causa principal das doenças filosóficas – dieta unilateral: alimentamos nosso pensamento apenas com uma espécie de exemplos”.

Com a apresentação da tensão entre imanentismo e anti-imanentismo em possíveis abordagens do significado, erguemos, nas seções 2.1 e 2.2, o pano de fundo mais geral para a discussão que se segue. Tendo, na seção 2.3, explicitado a perspectiva de linguagem a que este trabalho adere, podemos agora passar ao próximo capítulo, em que nos debruçamos diretamente sobre o objeto que anima este estudo, o plágio textual.

3

Plágio textual

3.0

Este capítulo se divide em duas partes. Na primeira parte, cuidaremos de apresentar características gerais do nosso objeto de estudos, atentando para a delimitação do tipo específico de plágio que é foco de nossas investigações, a saber, o **plágio textual**. Nessa seção, interessa-nos, além disso, mapear os tipos de questionamentos que costumam freqüentar discussões acerca do nosso tema.

Conhecidos os traços gerais de nosso objeto, a segunda etapa do presente capítulo terá por objetivo central situar o plágio textual e os questionamentos mais comumente relacionados ao tema dentro de um embate teórico maior, tentando avaliar de que maneira as macrovertentes de que tratamos no capítulo 2 se encontram representadas nessa discussão específica e até que ponto cada uma delas nos leva a diferentes avaliações sobre o plágio.

3.1

O fenômeno do plágio

Como se disse, trata-se nesta seção de apresentar o objeto da presente dissertação: o **plágio textual**. Uma leitura mais atenta da pequena introdução acima terá talvez despertado no leitor uma certa curiosidade: por que se fala em *caracterização, apresentação de traços gerais* e não simplesmente em *definição*?

Ora, há muitas explicações para esse “rodopio terminológico”. Por ora, podemos atribuí-la ao fato de que a natureza do plágio e das questões práticas, teóricas e conceituais que habitam o seu universo – marcado por um histórico de fronteiras fluidas – não torna fácil (e talvez nem mesmo viável) uma definição. Este trabalho se situa, com efeito, no âmbito dessa resistência à delimitação. Christofe (1996, p.9), em trabalho dedicado ao assunto, indica com propriedade:

“o tema apresenta-se como algo incômodo, principalmente por que não são muito claros os limites ou os contornos do que seja plágio”.

A confirmação dessa dificuldade de definir nosso objeto poderá ser obtida a partir da observação de dois aspectos salientes nas abordagens do plágio textual que apresentaremos nesta seção:

- (a) a considerável abertura das definições positivas oferecidas em diferentes *instrumentos institucionais*, notadamente nos dicionários e nos textos legais; e
- (b) a oscilação histórica entre duas formas antagônicas de se compreender o plágio: um clima de opinião que tende a encará-lo como crime baixo – e, por conseqüência, o plagiário como criminoso desprezível – e uma outra propensão, em que tal prática é vista como recurso legítimo do processo de escritura.

A fluidez dos limites entre outros conceitos envolvidos nos debates acerca do nosso tema poderá ser também vista por meio de diferentes ângulos nesta etapa da nossa investigação. Quanto à busca por uma definição única, podemos desde já dizer que ela não foi em nenhum momento objetivo deste trabalho, uma vez que, como vimos no capítulo anterior, adotou-se aqui um posicionamento teórico acerca da linguagem que não prevê a existência de definições imutáveis, fixas e absolutas, aplicáveis a qualquer contexto.

O que faremos aqui, com o intuito de apresentar algumas das várias faces do plágio textual, passará pela identificação de nosso objeto em instrumentos institucionais, por um breve levantamento de histórias da práxis em torno do plágio, chegando finalmente à investigação de alguns aspectos legais do tema. Nesse percurso, nos depararemos com conceitos que gravitam em torno da noção de plágio, chegando mesmo por vezes a constituí-la (a determinação da localização desses conceitos em relação ao de plágio é também imprecisa), como por exemplo (só para citarmos alguns) os conceitos de origem, originalidade, propriedade, autoria.

Um primeiro passo para a caracterização de nosso objeto pode passar então pelo recurso aos dicionários, considerando-se que, conforme indicado no capítulo anterior, adotamos aqui uma perspectiva de linguagem dentro da qual o significado de uma palavra, não sendo uma entidade oculta a ela subjacente, não pode ser, portanto, “nada de tão distinto ou distante daquilo que os falantes da

língua poderiam dizer caso lhes pedissem para explicar a palavra, ou, em todo caso, reconhecer como uma explicação adequada” (Martins, 2001, p.33). O que quer que *plágio* signifique terá algo a ver com as explicações que somos capazes de dar sobre a palavra; é útil considerarmos em primeiro lugar, então, os dicionários, instrumentos institucionais emblemáticos para a explicação dos sentidos.

3.1.1

A palavra *plágio*

Começamos o nosso exame dos dicionários pela via etimológica¹: um caminho para desenharmos alguns contornos de nosso objeto pode passar pela trajetória da palavra *plágio*, da qual nos fala Schneider (1990, p.129):

Originalmente, a palavra *plágio* e o verbo plagiar designavam o crime de quem transviava os filhos dos outros, aliciava seus escravos ou deles se apropriava, a venda de uma pessoa por quem dela não dispunha. Foi só mais tarde que passou a designar a apropriação por um outro – e a apresentação como próprios – de fragmentos de livros ou pensamentos escritos. A palavra deriva do baixo latim, *plagium*, que, por sua vez, seria uma deformação grega, *plágios* (oblíquo, trapaceiro).

Christofe nos confirma a origem anunciada por Schneider, adicionando interessantes dados:

A palavra *plagium* aparece no Direito Romano, no século II a.C., em uma lei que se tornou conhecida como *Lex Fabia de Parigriis*. O *plagium* era um crime que se consumava por algum tipo de fraude sobre as questões de propriedade referentes à escravidão. Seqüestro, ocultação, doação, compra, venda ou encarceramento de um homem livre ou de escravo alheio, sem a autorização do dono, eram algumas das formas de realização do *plagium* (Vieira Manso, 1987 apud Christofe, 1996, p. 17).

Nesse contexto,

Era punido por *plagium* o escravo que se deixasse aprisionar sem que o seu dono soubesse, bem como o proprietário que instigasse escravo alheio a fugir ou lhe facilitasse a fuga (Saglio e Pottier, 1916). Também era punido o homem livre que se fizesse vender por um cúmplice, para depois repartirem o produto da venda (Cretella Junior, 1993 apud Christofe, 1996, p.21).

¹ Para uma revisão etimológica mais detalhada, ver Christofe (1996, p.17-31).

Somemos às observações feitas até aqui, as caracterizações etimológicas encontradas em recentes versões dos dicionários² *Houaiss* e *Aurélio*, além do etimológico de Geraldo Cunha, remetendo-nos, antes, a interessante enumeração apresentada por Christofe (1996, p. 22):

A etimologia de *plagium* aponta para o grego *plágios* ou *plágion*. Em Saglio e Pottier (1916), encontramos a palavra grega com o significado de tortuoso, oblíquo e astucioso. Em Bally (1950), oblíquo, sinuoso, transversal. Le Robert (1985) registra -plágio- como elemento de palavras didáticas, como *plagioclase*, *plagiocéphale*, *plagiostome*. [...] Aparece, ainda, nos dicionários de grego, o sentido de astucioso, enquanto no dicionário etimológico de latim, sedução e indução aparecem como procedimentos usuais para a realização do plágio.

As observações etimológicas descritas por Christofe encontram eco em nossos dicionários. (Curiosamente, é no dicionário etimológico de Cunha que encontramos a definição menos elucidativa quanto à trajetória que levou a palavra plágio à sua acepção atual):

Geraldo Cunha: plágio *sm.* ‘ato ou efeito de imitar, de apresentar, como sua, obra de outra pessoa’ 1813. Do lat. *plagium -ii*, deriv. Do gr. *plágion* ||

Houaiss: gr. *plágios, a, on* ‘oblíquo, que não está em linha reta, que está de lado; transversal, inclinado, *p.ext.* que usa meios oblíquos; equívoco, velhaco’, pelo lat. *plagium, ii* ‘crime do plagiário’; ver ¹*plagi(o)-*; f.hist. 1789 *plagio*, 1813 *plágio* (2005).

Aurélio: Do gr. *Plágios*, ‘oblíquo’, pelo lat. *Plagiu*. (1986, p.1343)

A observação dessas informações históricas nos indica uma origem etimológica que tende a associar o plágio a algo de negativo, “oblíquo”, tendo, antes mesmo de receber a clássica definição de “roubo de palavras”, já sido relacionado a um crime.

Quando passamos às definições sincrônicas, encontramos caracterizações como as seguintes, bastante semelhantes entre si,

Houaiss:

1 ato ou efeito de plagiar

2 *jur.* apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzido por outrem (2005).

Aurélio:

² Faremos referência aqui aos citados dicionários da língua portuguesa. Vale contudo destaque para o fato de que as definições encontradas em dicionários de outras línguas parecem seguir caminho semelhante (cf. Christofe, 1996, p.22-3).

[.] *S. m.* Ato ou efeito de plagiar; plagiato. [Cf. *plágio*, do v. plagiar] (1986, p.1343)

No verbete *plagiar*, encontram-se, nos mesmos dicionários, as seguintes definições:

Houaiss:

1 apresentar como da própria autoria (obra artística, científica etc. que pertence a outrem). Ex.: plagiou todas as suas canções de sucesso
2 fazer imitação de (trabalho alheio) (2005).

Aurélio³:

1 Assinar ou apresentar como seu obra artística ou científica de outrem.
2 Imitar (trabalho alheio) (1986, p.1343).

O exame dos dicionários aponta enfim para uma conexão da palavra *plágio* a atos moralmente condenáveis, um traço ao que parece constante nas diferentes acepções que a palavra ganhou ao longo dos tempos. Suas acepções contemporâneas específicas, assim como registradas nos dicionários vernáculos, voltam-se igualmente para um ato sem ética – o roubo de palavras/idéias alheias, mas silenciam sobre as dificuldades de aplicação das definições gerais ali fornecidas a casos concretos, às situações em relação às quais cabe decidir se há ou não plágio. Essa é naturalmente a própria vocação dos dicionários, mas é razoável dizer que, em palavras como *plágio*, bem como em outras que se dobram sobre a própria linguagem e o sentido, essas dificuldades se fazem sentir de forma particularmente aguda. Pois a pergunta *há aqui um plágio?* ocupa em nossa vida um lugar mais delicado do que, por exemplo, uma pergunta como *há aqui um pâncreas?* É razoável dizer que o recurso ao dicionário tem chances de nos deixar mais órfãos no primeiro caso do que no segundo. O dicionário parece, pois, como é sua vocação, insinuar no caso da palavra *plágio* (assim como no caso das demais palavras que inclui) a auto-evidência da descrição oferecida na definição – o que, para qualquer palavra, é ponto pouquíssimo pacífico, sobretudo se adotamos uma perspectiva não-immanentista do sentido. No caso da palavra *plágio* a abertura constitutiva das definições lexicográficas se manifesta, enfim, de forma particularmente sensível.

³ O *Aurélio* consigna ainda a expressão como elemento de composição: **Plagi(o)-** [Do gr. Plágios, a, on.] *El. com.* = ‘oblíquo’, ‘transversal’: *plagiocéfalo, plagióstomo; plagiedro* (1986, p.1343) .

Seria interessante, nesse âmbito, descobrirmos como a palavra *plágio* se distanciou da sua acepção original e aproximou-se daquilo a que hoje se associa: o “roubo de palavras”. Vemos em Schneider (1990, p.49) que, “embora existisse há muito tempo, a palavra plágio, pelo menos em seu sentido moderno, aparece em francês tardiamente (o adjetivo em 1584, o substantivo em 1679, o verbo em 1801)”. No português, a datação apresentada por Houaiss (2005) é de 1789. E o registro relativamente recente da acepção de *plágio* como apropriação indevida de obra alheia se compreende melhor, se, sublinhando os laços que constituem mutuamente as palavras e os assuntos humanos, detemo-nos um pouco mais sobre alguns aspectos da História que respondem pela identidade dessa palavra.

3.1.2

Um pouco mais de História

Como vimos, a identificação mais remota da prática do plágio com a apropriação indevida de textos alheios remonta ao tempo em que tal prática correspondia ainda a fraudes envolvendo questões de propriedade referentes à escravidão.

O epigrama 52 do livro I do poeta Marcus Valerius Marcialis (40 a.C. – 104 d.C.) “teria sido o responsável pela associação do *plagium*, cunhado como crime no Direito Romano, ao roubo de textos escritos” (Christofe, 1996, p.24). Vejamos a tradução do referido texto:

Recomendo a ti, Quintiliano, os meus
se meus ainda posso chamar os versos
que teu poeta recita
se por tão desejados para escravos
(encaminhe-os) aproxime o adsertor do pretor⁴
para que, chamando (o pretor) pelo proprietário
diga (o adsertor) que são meus os escritos.
Clamando isto mil vezes,
Imporás a vergonha ao plagiário (apud Cristofe, 1996, p. 25).

⁴ No Direito Romano o problema da liberdade de uma pessoa era objeto de um processo, que se chamava *vindicatio in libertatem* ou *vindicatio in servitute*. Os envolvidos em um caso que visasse a declaração da liberdade de uma pessoa que servia como escravo eram: um cidadão romano, capaz, chamado defensor da liberdade (*adsertor libertatis*), o dono (que alegava ser escrava a pessoa envolvida) e o juiz a quem o pretor (espécie de “administrador” de Justiça), remetia o caso para decisão.

O referido texto é peça de grande interesse uma vez que o poeta, como se vê claramente, faz uso figurativo da palavra *plágio*, em relação ao sentido em vigor na época da composição do epigrama, vindo o uso metafórico a tornar-se posteriormente o uso literal da palavra.

A despeito dessa antiga conexão, a caracterização do plágio como apropriação indevida da obra alheia só se firma de fato muito posteriormente, explicando-se, entre outras coisas, por um movimento mais geral em torno da escritura e do surgimento, por exemplo, da tipografia após a invenção da prensa mecânica por Gutenberg⁵. Como esclarece G. Perissé, durante boa parte da história do Ocidente, o empréstimo textual era não só admitido como incentivado:

O conceito de plágio é um conceito relativamente novo. Na Idade Média, as “leis da imitação” permitiam e estimulavam a busca de um *exemplum*, de um modelo do passado que servisse de base para fazer algo de novo com o antigo, mesmo que depois todos pudessem perceber ali, na obra realizada, mais o antigo do que o novo.

De modelo de boa escrita na Idade Média, o empréstimo textual ganha, na modernidade, o aspecto de crime repulsivo. Sobre o momento em que se passou “da necessidade da imitação à infâmia do plágio”, Schneider (1990, p.42) nos esclarece que

[...] A despeito da imprecisão de critérios, pode-se tentar datar a aparição, nas Letras, do plágio como objeto específico de disputa. Remonta ao começo do século dezenove, por volta de 1810-1830, a passagem do “plágio” em sentido amplo, prática difundida (comunidade de temas, obrigatoriedade de formas, legado da tradição), ao plágio em sentido estrito (roubo de um texto): o plagiário aparece na cena literária. O que até então fora um expediente inquestionável da escritura torna-se doravante um problema.

A preocupação com a originalidade e mais necessariamente com a propriedade de um texto é, portanto, um fenômeno que ganha forças na articulação entre idade clássica e época moderna. Conforme salienta ainda Schneider (1990, p.55):

⁵ A enciclopédia virtual Wikipedia indica em seu verbete sobre Gutenberg que “em 1450, todos os livros eram copiados a mão e não somavam mais do que algumas centenas” (Wikipedia, verbete *A revolução de Gutenberg*, 2006). Em 1500, após a difusão das máquinas impressoras, a indústria editorial já atingia os milhares de exemplares produzidos. A este respeito, ler *A Revolução de Gutenberg*, de John Man. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

[...] não viria à cabeça de ninguém a idéia de acusar La Fontaine de ter plagiado Esopo, quando, no mais das vezes, ele não fez senão pôr em versos franceses do século dezessete as fábulas que todo mundo aprendia de cor na escola.

Em todo caso,

até que significasse prejuízo econômico, *plágio* não passou de uma palavra para designar furto intelectual, algo reprovável mas sempre presente na vida literária. No Direito, o *plágio* aparece no século XIX, quando se torna necessário defini-lo para enquadramento legal (Christofe, 1996, p. 31).

Citamos anteriormente o impacto da invenção da prensa sobre a prática do plágio. Não podemos deixar de registrar um outro acontecimento, bem mais recente, que vem revolucionando a relação da escrita com suas referências e influências, a saber, o surgimento e a ampla difusão da Internet. Em reportagem publicada em 28 de janeiro de 2006 no periódico virtual *No mínimo*, Bruno Garschagen (2006) resume uma preocupação que transparece em comentários, publicações e providências que vêm sendo notadas especialmente no meio acadêmico:

Plagiar nunca foi tão fácil e freqüente nas universidades brasileiras, principalmente depois da popularização da internet. Os professores universitários são obrigados a duvidar de todos os trabalhos entregues pelos alunos. “O plágio nas universidades se tornou uma pandemia”, lamenta Lécio Augusto Ramos, professor de metodologia da pesquisa do curso de Comunicação Social da Universidade Estácio de Sá e orientador de trabalho de conclusão de curso da cadeira de Cinema e Vídeo da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Na mesma reportagem, um professor de uma universidade particular enumera os motivos a que, para ele, se atribui o crescimento do plágio textual – e aqui mais uma vez a Internet é citada:

- 1- A deformação na formação educacional e intelectual de alunos, professores e demais profissionais da área;
- 2- A diluição ética do que é e do que não é lícito fazer;
- 3- A facilidade trazida pela internet, que coloca à disposição, em escala geométrica, muitos textos para quem quiser copiar;
- 4- A falta de tempo e pressão para produzir trabalhos (Garschagen, 2006).

Nesse contexto, destacamos uma tentativa contemporânea de definição da acepção de plágio como roubo que confirma o vetor do processo histórico brevemente recapitulado acima:

Plágio se refere ao uso de informação, linguagem ou escrita alheia, quando feito sem reconhecimento apropriado da fonte original. É essencial para um ato de

plágio um elemento de desonestidade na tentativa de fazer a obra plagiada passar-se por original. Plágio não é necessariamente o mesmo que infração de direito autoral, que ocorre quando alguém viola a lei do direito autoral. Como a maioria dos termos da área de propriedade intelectual, o *plágio* é um conceito da idade moderna e não é realmente aplicável a obras medievais ou antigas. Um exemplo de plágio seria copiar esta definição e colar diretamente em um relatório. (Wikipedia, verbete, *Plagiarism*, 2006).

Temos nesse verbete enciclopédico reunidos muitos dos elementos que constituem aquilo a que, senso comum, costumamos chamar de plágio. Vemos nele também a introdução de termos como o *copyright*, o que já dá indícios da entrada da ordem jurídica no debate sobre o plágio e na decisão de casos de suspeita ou acusação de empréstimo indevido do texto alheio (mais adiante veremos um pouco do aparato jurídico disponível nas leis referentes ao plágio). Destaca-se na passagem, por fim, a importância da noção de *fonte original*, de *autoria*.

Com efeito, nesse cenário em que se testemunha a mudança de posição do empréstimo ou roubo textual (de pré-requisito da escritura a ato condenável) encontra-se um ator central, o *autor*, sobre o qual passamos a falar agora.

3.1.3

Sobre o autor

O conceito de *autor*, “esse curioso personagem, que às vezes se apresenta como o centro do mundo literário, outras vezes como a sombra de uma visão ultrapassada” (Christofe, 1996, p.79), é, como o de *plágio*, problemático.

Como bem nos lembra M. Foucault, em seu *O que é um autor?*, o peso da figura do autor tem variado (e muito) ao longo da História. Em suas palavras:

a função do autor não é universal e constante em todos os discursos. Mesmo na nossa civilização, os mesmos tipos de textos nem sempre exigiram autores; houve um tempo em que textos que chamamos de “literários” (lendas, épicos e tragédias) circulavam, aceitos e valorizados, sem que fosse feito qualquer questionamento acerca da identidade de seus autores. Sua anonimidade não causava polêmica uma vez que suas idades (reais ou fictícias) eram garantia suficiente à sua autenticidade⁶.

⁶ “the ‘author-function’ is not universal or constant in all discourse. Even within our civilization[0], the same types of texts have not always required authors; there was a time when those texts which we now call “literary” (stories, folk tales, epics and tragedies) were accepted, circulated and

Àquele autor clássico, acostumado à tradição oral, que, a cada repetição de uma “mesma” narrativa, acrescenta-lhe elementos, “melhorava” a história “original”, dando-lhe mais charme e proporcionando maior entretenimento aos seus espectadores, contrapõe-se o autor moderno, que tem de lidar com um outro panorama, que inclui:

o culto da originalidade (só escrever o que é novo de medo de plagiar), o tormento da influência (plágio não consumado), o partido da imitação (onde é antes admitido e superado), a tentação da melancolia (nada mais a dizer, calemo-nos), a crença na citação (plágio civilizado) (Schneider, 1990, p.40).

Essa visão moderna da autoria é igualmente recente. Seu surgimento é associado a poetas românticos, tais como Herder, Goethe e Wordsworth. O autor passa, na era moderna, a ser visto como fonte única de originalidade, sendo o resultado de seu trabalho, portanto, obra de sua propriedade. De acordo com verbete criado por Martha Woodmansee et al. (2003) em projeto da Case Western Reserve University sobre poetas românticos:

Na ideologia romântica um autor é tido como a fonte das idéias originais, transformando o mundo a seu redor através de seu próprio gênio. Goethe expressa esta visão, descrevendo o ato de escrever como “a reprodução do mundo a meu redor por meio do mundo interior que pega tudo, combina, cria novamente, amassa e põe tudo de volta à sua própria maneira, forma” (Carta a Jacobi 116).

Roland Barthes (1987), em seu famoso *A morte do autor*, atribui a noção de autoria igualmente à idade moderna, mas articulada a outras formações ideológicas. Como vemos a seguir:

O *autor* é uma personagem moderna, produzida sem dúvida pela nossa sociedade, na medida em que, ao terminar a Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio pessoal do indivíduo, ou como se diz mais nobremente, da “pessoa humana”. É pois lógico que, em matéria de literatura, tenha sido o positivismo, resumo e desfecho da ideologia capitalista, a conceder a maior importância à “pessoa” do autor.

As discussões em torno da autoria são inúmeras e muito ricas para serem abordadas nesse breve espaço. Nos restringiremos então a trazer desses debates informações básicas que se façam úteis ao nosso tema específico. Do que foi visto

valorized without any questions about the identity of their author. Their anonymity was ignored because their real or supposed age was a sufficient guarantee of their authenticity” (1992).

até aqui, as mutações da figura do autor interessam e interligam-se à questão do plágio por configurarem uma transformação radical em relação à origem do texto: de conhecimento a ser compartilhado e propagado, o texto passa na modernidade a **pertencer** a quem o **cria**, deixando de estar disponível para ser tomado de empréstimo, transformado e difundido.

Essa transformação representa para o escritor não só uma abertura para obtenção de reconhecimento e glória; representa, antes, a necessidade de saber ele lidar com a ameaça do plágio. A partir do momento em que a originalidade passa a ser pré-requisito da escritura, o autor passa a ter de confrontar a angústia da influência, o medo de, tentando ser escritor, ser não mais que um copista.

Revigora-se também, com a intensificação da angústia da influência, uma outra angústia, que se manifesta na crença, de larga história, na impossibilidade da originalidade – uma espécie de “angústia do *Tudo já foi dito*” (cf. Schneider, 1990, p.91-106). Esse debate, que certamente já fez com que se aposentassem diversas penas (talentosas ou não), pode levar sim à imobilidade, mas certamente dela são também tributárias novas visões acerca do relacionamento entre escritor e conhecimento prévio.

Declarações como a feita pelo escritor norte-americano Mark Twain – “Adão tinha muita sorte; quando dizia alguma coisa interessante sabia que ninguém tinha dito antes.” (apud Sanvito, 2003) – parecem de uma melancolia aparentada à que verificamos nos dizeres com que La Bruyère abre seus *Caracteres*: “Tudo está dito, e chegamos tarde demais, há mais de sete mil anos que há homens e que pensam” (Bruyère apud Schneider, 1990, p.95).

A relação de cada autor com a possibilidade do esgotamento das coisas a serem ditas será determinante para o convívio da escrita com essa “ameaça”. Assim, vemos em Pascal, por exemplo, uma resistência maior à “tentação da melancolia” a que se referia Schneider, conforme vimos acima:

Que não me digam que nada disse de novo: a disposição dos assuntos é nova; quando se joga e devolve, batendo com a palma da mão, é uma mesma bola que jogam um e outro, mas um deles a coloca melhor. Preferiria que me dissessem que me servi de palavras antigas. E como se os mesmos pensamentos formassem um outro corpo de discurso, mediante uma disposição diferente, do mesmo modo que as palavras também formam outros pensamentos, em virtude de uma disposição diversa (Pascal apud Schneider, 1990, p.96).

Em outra passagem, esse mesmo pensador afirma: “Um mesmo sentido muda segundo as palavras que o exprimem. Os sentidos recebem sua dignidade das palavras, ao invés de dar-lhes” (Pascal apud Schneider, 1990, p.96).

As palavras de Pascal nos dois trechos transcritos nos trazem mais uma vez de volta a um dos pontos centrais dos debates sobre o plágio textual e, conseqüentemente, de grande interesse para nossa investigação: o que identificaria um texto como *o mesmo* que outro? Se se esgotaram, como indica La Bruyère os assuntos de que falar, a escrita já deveria ter deixado de existir? Toda a literatura produzida depois de decretado esse esgotamento teria sido mera repetição?

Pascal insere nesse debate uma questão muito significativa: ainda que se esgotem os temas, ainda que “batamos a mesma bola”, há de ser considerado o modo como o fazemos. Vemos aqui o destaque dado por ele ao modo da escritura: dois escritores que falem de uma *mesma* coisa, não dirão uma *mesma* coisa. Afora o juízo de valor expresso pelo pensador ao dizer que um fará o *mesmo* de modo melhor que outro, o que surge nessas falas é o destaque para o fato de que as escrituras são diferentes e que, como contemporaneamente se costuma aceitar, toda escritura é de segundo grau (cf. Schneider, 1990), cada nova escritura é uma escritura diferente.

O outro ponto que podemos extrair das citadas palavras de Pascal é uma primeira indicação de que a questão da significação tem nesse debate papel de destaque; a relação entre palavra e sentido vem à luz nesses dizeres e não sem razão.

Vimos salientado em textos como os de Barthes e Foucault que a função do autor mudou de figura ao longo da História, do autor clássico ao contemporâneo, passando pelo moderno. No entanto, a despeito de tal oscilação, sejam quais forem os movimentos pós-modernos, não testemunhamos contemporaneamente um apagamento da figura do autor nos assuntos humanos. Segundo Christofe (1996, p.11), as noções de consciência e intenção, fundamentais para qualquer discussão sobre autoria e sobre plágio, podem bem ser

resultantes do sistema jurídico-político de poder, que vê o sujeito como a fonte de seu discurso, como o seu responsável. Não importa que esse sujeito responsável pelo discurso seja apenas uma necessidade desse sistema de poder. Importa é que essa noção atravessa os discursos que vivemos.

É porque se acredita que somos fonte do que dizemos que se fazem interrogatórios, juramentos, declarações. Somos condenados ou absolvidos, considerados loucos ou

sãos, graças à crença de que somos responsáveis totalmente pelos discursos, dos quais seríamos a fonte, o autor.

É certo que, se aderimos a um clima de opinião de grande força em teorias contemporâneas sobre o funcionamento da linguagem humana segundo o qual toda escritura é uma reescritura, podemos recair sobre um impasse tão imobilizador quanto a crença no esgotamento da matéria-prima da escritura. Referimo-nos ao risco de que se gere assim um desinteresse sobre qualquer tema uma vez que a associação de um texto a outro, a conexão de conhecimentos ou mesmo uma investigação como esta que aqui desempenhamos sobre o plágio perderiam seu sentido em função da flexibilização total dos critérios – critérios para o reconhecimento de um texto como texto, passível num contexto de comparação com outros, em outro, de citação e assim por diante. Sobre os possíveis posicionamentos em relação a isso, veremos na seção 3.2 e no capítulo 4 os impactos da adoção de diferentes perspectivas sobre a significação lingüística.

Neste ponto do nosso percurso, o que há de relevante nos impactos e nas possíveis formas de lidar com a questão do “tudo já foi dito” é justamente a questão da introdução de um ponto muito importante para o plágio: para reconhecermos um texto como cópia do outro, como apropriação espúria da produção de um autor, o que deverá ser levado em conta? Sua forma? Seus sentidos?

Não se trata de uma questão trivial, e aqui se justifica mais uma vez a dificuldade em se definir o plágio textual: identificar um texto como cópia do outro exige critérios para a identificação de o que seja *o mesmo* dentro de um dado contexto. Em primeira instância, temos a questão que acabamos de apresentar: um texto é o mesmo que outro quando toma emprestado sua forma, seus caracteres? Ou ser *o mesmo* texto que outro é referir-se ao mesmo tema, com argumentos ou idéias semelhantes?

Não é pretensão deste trabalho responder em definitivo a esses questionamentos, nem tampouco é função desta seção entrar mais a fundo na investigação de parâmetros para o estabelecimento desses critérios. Queremos neste momento simplesmente indicar que aqui se fazem presentes a questão da identidade e a da identificação e que, nelas, estão embutidas discussões que passam pela coincidência ou não de forma e sentido.

Podemos, ainda assim, rapidamente ver um exemplo, apontado por Schneider, que indica por si a complexidade dessa questão. Considerando o critério da coincidência formal, o crítico inglês Malone procurou comprovar que Shakespeare seria um grande plagiário:

O crítico inglês Malone, apelidado de *Minutius*, contou minuciosamente, com efeito, os plágios do autor de *Ricardo III*. Em 6.043 versos, 1.771 foram escritos por algum autor anterior, 2.373 foram refeitos e, do resto, 1.899 pertencem a Shakespeare. [...] Dentre os autores plagiados figuram Robert Greene, Marlowe, Lodge, Peele etc. Ao ponto que seu talento de plagiário valeu a Shakespeare o apelido de John Factótum (Schneider, 1990, p.50).

Sobre a eficiência ou aplicabilidade desse e de outros critérios discutiremos mais adiante em nossa investigação. Retomemos, agora que já experimentamos a profundidade e o longo trajeto do nosso tema e dos conceitos que com ele se relacionam (notadamente o de autor), nosso caminho em busca de mais elementos para essa caracterização geral do plágio.

Como vimos, a transição da produção textual para a ordem do privado, da posse, traz conseqüências de toda ordem. Uma delas é a necessidade de estruturação de um aparato jurídico que tente dar conta da defesa dos agora “direitos do autor”, direitos de posse, de propriedade. Aproveitamos essa indicação para o plano jurídico para investigar se nele, instrumento de julgamento, absolvição ou condenação dos supostos plagiários, podemos encontrar ferramentas objetivas para o delineamento de nosso objeto⁷.

3.1.4

O plágio na lei

Iniciemos nosso breve passeio por elementos que dão suporte ao Direito do Autor por interessante compilação de textos legais sobre o plágio apresentada por Christofe (1996, p.32-33). Vejamos alguns trechos:

[...] É a apropriação de pensamentos ou trabalhos alheios para desfrutá-los em trabalhos próprios; apropriação que para ser tal há de efetuar-se em condições de

⁷ Concentramo-nos aqui na legislação brasileira; uma muito breve pesquisa nos deu indícios de que a questão não é mais bem resolvida em outras legislações.

grau e extensão que ponham seriamente em perigo a propriedade alheia, até o ponto de tornar possível um verdadeiro lucro indevido (Tribunal de Justiça de Milão, em sentença proferida em 30 de julho de 1887, apud Teixeira Gomes, 185, p.120).

[...] a contrafação é o aproveitamento econômico ilícito escancarado, é a reprodução fraudulenta da obra alheia, tal qual, sem preocupação de esconder a paternidade da mesma, cuidando apenas de dela retirar os proventos econômicos que de direito caberiam ao autor; – o plágio é mais sutil: apresenta o trabalho alheio como próprio, mediante o aproveitamento disfarçado, mascarado, diluído, oblíquo, de frases, idéias, personagens, situações, roteiros e demais elementos das criações alheias (Chaves, 1983, p.406).

Haverá plágio sempre que a obra alheia for apresentada como própria, seja total ou parcialmente, desde que a obra assim fraudulentamente apresentada se manifeste na mesma forma de expressão da obra plagiada. Assim, por exemplo, haverá plágio quando alguém faz publicar como sua a obra de outrem, ainda que a modifique formalmente, para disfarçar o servilismo da cópia. O disfarce é, mesmo, o meio mais usado pelo plagiário, para tentar enganar não apenas o público em geral, mas, principalmente, o titular dos direitos autorais sobre a obra plagiada. No entanto, o plágio se apura muito mais em função das semelhanças, do que das diferenças, de modo que o próprio disfarce termina sendo a melhor demonstração do dolo, no plágio. O disfarce deixa à vista, claramente, a intenção de fraudar (Viera Mando, 1987, p.86).

No Brasil, a lei nº. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, é a que atualmente regulamenta os direitos autorais. Nela, encontramos passagens como as citadas no trecho a seguir:

A Lei nº. 9610/98 considera obras intelectuais protegidas “**as criações do espírito**, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte”(art. 7º). No artigo 8º da Lei nº. 9610/98, está dito que **não são objeto de proteção como direitos autorais “as idéias [...] ou o aproveitamento industrial ou comercial das idéias contidas nas obras”** (incisos I e IV) (Castro, 2005, grifos nossos).

De acordo com o artigo 7º da citada lei, temos que obras intelectuais são “as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro” (Presidente da República, 1998).

A leitura de trechos como o último que citamos desfaz de imediato qualquer esperança de que encontrássemos, no texto jurídico que regulamenta os direitos do autor, definições sólidas e claras que contribuíssem fortemente para a delimitação do plágio. Se temos – como vimos no verbete da enciclopédia que citamos mais cedo neste capítulo e confirmamos por diversas vezes ao longo da nossa discussão – que, contemporaneamente, o plágio é o crime de apropriar-se de obra alheia e apresentá-la como própria, aquilo que a lei considera como obra protegida haveria

de ser alvo de uma delimitação no mínimo um pouco menos imprecisa do que a que encontramos no texto da lei nº. 9.610/98.

Vemos aqui também a aplicação do termo “criações do espírito”, que parece a um só tempo ser tributária daquela visão do autor como fonte do conhecimento original e da crença na criação intelectual como um fenômeno sobrenatural ou divino de iluminação do autor, gênio criador.

Há ainda um ponto curioso e igualmente controverso; referimo-nos ao conteúdo do artigo 8º da citada lei, que retira do universo por ela protegido as idéias. Essa providência parece antes ser uma tentativa de deixar à lei brechas para um estudo caso a caso em acusações de plágio, indicando uma pressuposição de que tal manobra seria menos onerosa (ou leviana) que a de definir claramente o objeto que pretende proteger. Não vemos outro motivo que justifique tal procedimento, uma vez que não nos parece possível que o apoio do texto da lei em objetos tão obviamente obscuros tenha passado despercebido pelos responsáveis por sua redação.

Não nos cabe aqui julgar essa decisão (consciente ou não) de transferir a avaliação da ocorrência ou não de violação dos direitos autorais (e mesmo daquilo que pode ou não ser visto como um “direito do autor”) ao juiz responsável por cada caso. Colaboramos mais, antes, reconhecendo a extrema e real dificuldade de delimitação do objeto “obra intelectual”; dificuldade esta que temos visto refletida aqui ao longo de toda esta seção no caso específico do texto e das noções a ele relacionadas. Essa dificuldade torna-se ainda mais clara e intensa quando nos deparamos com os cada vez mais numerosos impasses surgidos em torno da propriedade intelectual, principalmente a partir da difusão do acesso à Internet.

À lei e aos verbetes que tentavam tratar do *copyright*, hoje se colocam como verdadeiras interrogações termos recentes como o *copyleft* (jogo de palavras que a um só tempo marca oposição clara ao termo de defesa dos direitos autorais e significa literalmente *deixemos copiar*), a noção de *creative commons* (criativos comuns) e muitos outros conceitos que têm surgido em defesa da livre circulação do conhecimento e da desburocratização das normas de citação⁸.

⁸ O debate acerca do funcionamento dos parâmetros que regulamentam a propriedade intelectual é interessantíssimo e extenso, merecendo, pois, ser analisado detidamente em espaço a ele dedicado, o que, no momento, não podemos oferecer com a devida atenção. Sobre esta discussão, ler Dorigatti, Bruno. **Pelo fim da propriedade intelectual.** URL =

Vimos ao longo da seção 3.1, em diferentes ocasiões, que os pensamentos e opiniões sobre o plágio textual oscilam historicamente entre a condenação e a caracterização do empréstimo textual como ferramenta básica da escritura. Recapitulam essa tensão entre detratores e entusiastas do plágio as posições de Praxedes e Montoya (1996 e 1998):

Para Praxedes (2003) o plágio seria “o pecado capital do mundo do conhecimento”;

“[...]um incesto que realizamos com um irmão ou irmã de ofício, que nos seduziu através de seu texto”; “vulgar crime motivado pela falta de ética, ou [...] um ato passional, e até mesmo um incesto”; “tentação demoníaca”. O plagiário, por conseguinte, seria “pobre vítima de uma tentação demoníaca”.

Já para Montoya (1996), o plágio seria “uma cumplicidade amorosa, reverente, devota”; “um dos gêneros literários mais respeitáveis”; “consagratório.”. Nesse espírito, o plagiário “é um herói de infinita humildade”, “é pessoa inocente”. O autor diz ainda a respeito de quem toma de empréstimo texto de outrem:

Não é, como se pensa, alguém que tanto deseja a glória que a rouba. É sim um herói que rende sincera homenagem a quem já a possui ou a quem reverencia com sua ação. É como o invejoso que cai humildemente rendido de admiração pelo seu invejado (Montoya, 1996).

Sua defesa é finalizada com o seguinte argumento:

Se alguém nos elogia, não sabemos se o faz por oportunismo, para lograr alguma vantagem, ou por mera e gratuita bajulação, pois há gente assim. Mas se alguém nos inveja temos a firme e radical evidência de que nos admira. Nenhum escritor pode alcançar glória maior que a de ser plagiado (Montoya, 1996).

Outra marca muito forte do que aqui foi visto é a abertura e a ambivalência das “definições” disponíveis do nosso objeto. Quando dissemos que o problema da tentativa da definição do plágio textual poderia ser relacionado à natureza do fenômeno, pretendíamos apontar para o que vemos como núcleo desse debate teórico: todos os conceitos envolvidos nesse universo estão ligados de um modo

<<http://portalliteral.terra.com.br/Literal/calandra.nsf/0/57914382B6C8521E03256FB900537436?OpenDocument&pub=T&proj=Literal&sec=Especial>>. Data de consulta: 20 nov. 2005. Ou, ainda, Wikipedia. **Copyleft**. URL = <http://en.wikipedia.org/wiki/Copyleft>. Data de consulta: 20 nov. 2005.

ou de outro, à questão da significação lingüística, uma vez que estamos tratando de textos, do uso da linguagem na sua forma escrita e, mais que isso, estamos buscando elementos que possam de alguma maneira viabilizar a identificação de um texto como *o mesmo* que outro, em especial no plano dos significados.

Na próxima seção, buscaremos inserir nosso aqui apresentado objeto na discussão teórica maior que apresentamos no capítulo 2. De que modo a crença ou não na existência de uma relação fixa, estável e objetiva entre palavra e coisa, forma e significado, interfere no modo como encaramos a questão do plágio textual? Há critérios para determinar o que conta como plágio? E, se eles existem, são diferentes se encaramos o fenômeno da significação lingüística de um modo ou de outro? Até que ponto diferentes vertentes dos estudos da linguagem se distanciam na explicação da dificuldade que verificamos nesta seção de definição do plágio textual?

3.2

Discussão teórica (imanentismo vs. não-imanentismo na história das reflexões sobre o plágio)

Essa primeira investigação sobre a questão da definição do plágio textual parece já apontar para algumas das questões centrais que cercam os debates sobre o tema. A atribuição da criação escrita a um único gênio criador, o autor, o questionamento sobre a possibilidade de originalidade, as noções de propriedade intelectual, de imitação, cópia, pirataria são apenas alguns dos pontos de polêmica que percorrem o universo de que tratamos.

No entanto, entre opiniões que condenam o plagiário, e outras que o reverenciam, e mesmo na patente dificuldade de delimitação de parâmetros jurídicos claros que orientem o encaminhamento de um processo de investigação de plágio, encontra-se uma questão que talvez possa guiar o “julgador” para um lado ou para outro e, ao mesmo tempo, justificar a inexatidão das definições que encontramos nos verbetes dos dicionários pesquisados e, principalmente, na delimitação legal do objeto, como na lei número 9.610/98. Reside portanto no coração desse debate o fenômeno da significação lingüística e diferentes leituras de seu funcionamento apontarão para um posicionamento ou outro em relação ao plágio.

Ao situarmos as discussões sobre o plágio textual no plano teórico da significação, a “confusão” e a multiplicidade que encontramos em nossa busca por parâmetros para uma definição do nosso objeto parecem também se mitigar.

No capítulo 2, vimos um panorama geral de duas grandes linhas de debate sobre a ligação entre palavra e significação, a saber, aquela que pressupõe a existência de uma conexão objetiva e fixa entre uma e outra – que chamamos de tese objetivista ou representacionista – e outra segundo a qual essa conexão não comparece. Como já se antecipou, tentaremos agora avaliar de que maneira as macrovertentes de que tratamos no capítulo 2 se encontram representadas nessa discussão específica e até que ponto cada uma delas nos leva a uma avaliação ou outra sobre o plágio.

Para tanto, comecemos pensando, de forma um tanto generalizante, em um caso bastante contemporâneo que nos parece extremamente rico para a presente investigação: o crescente surgimento de mecanismos de combate ao plágio elaborados por instituições de ensino, que se vêem de mãos atadas diante dos cada vez mais ricos e acessíveis meios de pesquisa virtual. A alegação mais comum entre escolas e universidades de todo o mundo é a de que a grande maioria dos alunos simplesmente entrega cópias de textos alheios a seus professores.

Retomando o que vimos a respeito da tese objetivista, podemos notar que, segundo ela, qualquer mecanismo de comparação entre a forma de um texto com a de outro, identificaria um texto copiado e permitiria a conseqüente punição do plagiário. Se o significado é imanente à forma lingüística, se é, no que tem de mais essencial, logicamente anterior às circunstâncias particulares em que ela é posta em uso, então a repetição da forma equivale à repetição do conteúdo. E a grande maioria dos recursos de detecção de plágio desenvolvidos até o momento se baseia mesmo exclusivamente na coincidência de caracteres entre dois textos. Em alguns casos, os softwares comparam o texto do aluno a um banco de dados, mas os de maior sucesso comparam o texto investigado a todo o material disponível na Internet.

Embora a configuração dos critérios desses softwares tenha alguma flexibilidade – é possível determinarmos o número de caracteres a serem comparados, entre outros recursos –, em momento algum esses programas parecem levar em conta a possibilidade da inexistência de uma relação direta e fixa entre palavra e sentido. A adesão ao ideário objetivista se traduz nos critérios

utilizados pelo software, ainda que, no mais das vezes, ela não se dê de forma explícita.

Nota-se, no caso dos softwares, pois, retratada a prevalência da visão imanentista na cultura ocidental e a sua penetração não apenas entre os produtores destes detectores automáticos de plágio, mas também no senso comum (ainda largamente “grego” – cf. Martins, 2004, p.443) e nas instituições legais, escolares, na tradição lexicográfica etc. A confecção das leis e dicionários se dá também sob a égide dessa hegemonia. A confiança tácita na estabilidade da relação palavra-significado é, no entanto, constantemente desafiada pela resistência da linguagem em se deixar capturar por esse modelo. As dúvidas em torno do que configura o plágio são um exemplo dos mais notáveis desse tipo de resistência desafiadora.

E não há só os softwares: as escolas estão desenvolvendo verdadeiros manuais, os “códigos de honra”, que pretendem informar o aluno sobre os riscos do plágio, exemplificando a melhor maneira de fazer uma pesquisa e citar as fontes utilizadas. O curioso desses manuais é o material fornecido como exemplo, que pretende indicar o que separaria uma “paráfrase razoável” de um “plágio”. Vejamos um caso:

1.1. O texto original

A vinda do Anticristo deu lugar a uma tensão ainda maior. Sucessivas gerações viveram numa constante expectativa do demônio destruidor, cujo reino seria de fato um caos sem lei, uma era votada à rapina e ao saque, à tortura e ao massacre, mas também o prelúdio de um termo ansiado, a Segunda Vinda e o Reino dos Santos. As pessoas estavam sempre alerta, atentas aos “sinais” que, segundo a tradição profética, anunciariam e acompanhariam o último “período de desordem”; e, já que os “sinais” incluía(m) maus governantes, discórdia civil, guerra, fome, carestia, peste, cometas, mortes imprevistas de pessoas eminentes e uma crescente pecaminosidade geral, nunca houve dificuldade em detectá-los (Eco, 1995).

1.2. Uma paráfrase honesta

A esse respeito, Cohn (1) é bastante explícito. Debruça-se sobre a situação de tensão típica desse período, em que a expectativa do Anticristo é, ao mesmo tempo, a do reino do demônio, inspirado na dor e na desordem, mas também prelúdio da chamada Segunda Vinda, a Parúsia (2), a volta do Cristo triunfante. Numa época dominada por acontecimentos sombrios, saques, rapinas, carestia e pestes, não faltavam às pessoas os “sinais” correspondentes aos sintomas que os textos proféticos haviam sempre anunciado como típicos da vinda do Anticristo (Eco, 1995).

(1) COHN, Norman. *I fanatici dell'Apocalipse*. Milano: Comunità, 1965, p. 128.

(2) Normalmente, entre nós, teólogos/as e pastoras/es, empregamos a forma transliterada do grego parúsia; todavia, no dicionário Aurélio a forma de se grafar esse vocábulo é parúsia. Em atenção à perfeita tradução e revisão do texto, ora compilador, mantivemos a grafia original do texto. [Nota do Compilador]

1.3. Uma falsa paráfrase (PLÁGIO)

Segundo Cohn... [segue-se uma lista de opiniões expressas pelo autor em outros capítulos]. Por outro lado, cumpre não esquecer que a vinda do Anticristo deu lugar a uma tensão ainda maior. As gerações viviam na constante expectativa do demônio destruidor, cujo reino seria de fato um caos sem lei, uma era consagrada à rapina e ao saque, à tortura e ao massacre, mas também o prelúdio à Segunda Vinda ou ao Reino dos Santos. As pessoas estavam sempre alerta, atentas aos sinais que, segundo os profetas, acompanhariam e anunciariam o último “período de desordem”: e, já que esses “sinais” incluíam os maus governantes, a discórdia civil, a guerra, a seca, a fome, a carestia, as pestes e os cometas, além das mortes imprevistas de pessoas importantes (e uma crescente pecaminosidade geral), nunca houve dificuldade em detectá-los (Eco, 1995).

1.4. Uma paráfrase quase textual que evita o plágio

O próprio Cohn, já citado, recorda ainda que “a vinda do Anticristo deu lugar a uma tensão ainda maior”. As diversas gerações viviam em constante expectativa do demônio destruidor, “cujo reino seria de fato um caos sem lei, uma era consagrada à rapina e ao saque, à tortura e ao massacre, mas também o prelúdio de um termo ansiado, a Segunda Vinda e o Reino dos Santos (Eco, 1995).

O próprio exemplo oferecido por um manual que pretende mostrar ao aluno um bom caminho para evitar o plágio parece evidenciar que os limites entre paráfrase e cópia são muito pouco claros. Como vimos, uma “paráfrase quase textual que evita o plágio” é algo que se vale quase exclusivamente da utilização de aspas e de algumas poucas alterações vocabulares. A “paráfrase honesta”, modo indicado pelas instituições como exemplo a ser seguido, parece bem próxima da “textual”, contando apenas com a inclusão de notas de referência. O problema do plágio para uma instituição de ensino como a que oferece o exemplo transcrito acima se resolveria pela mera inclusão de aspas e referências; em um outro espaço caberia perguntar se de fato o objetivo de uma pesquisa escolar (levar o aluno a pesquisar diferentes fontes, refletir sobre o tema e redigir um texto, resultado dessa reflexão) estaria mais bem contemplado por um trabalho que tivesse simplesmente tido o cuidado de incluir as referências de acordo com a norma adotada pela instituição de ensino. No entanto, apesar de esse nos parecer um questionamento bastante importante, não podemos perder de vista o ponto da nossa investigação, que, nesse momento, é o de identificar nesse tipo de orientação e de criação de mecanismos para detecção de plágio uma plataforma teórica que, nos estudos da linguagem, associa-se a uma visão do funcionamento da significação lingüística como algo que pressupõe que a identificação do significado de uma expressão lingüística como *o mesmo* que de outra se resume à ligação de um objeto a uma palavra de forma inequívoca e invariável.

Como vimos no capítulo 2, a crença nessa conexão estável entre palavra e sentido sempre sofreu oposição ao longo da história do pensamento ocidental, tendo esse conflito se acirrado contemporaneamente, notadamente após a assim chamada “virada lingüística”. No caso do plágio, em especial, a perda dessa ligação entre significação e letra gera um sério e instigante redirecionamento: se não podemos mais acreditar na previsibilidade da linguagem, se deixamos de poder buscar por verdades universais ou por absolutos metafísicos, se nem mesmo podemos crer que a coincidência absoluta entre caracteres de dois textos estabeleceria com nitidez um caso de cópia e de coincidência semântica absoluta, estaríamos então fadados ao ceticismo? Deveríamos então crer apenas na impossibilidade de uma resposta para perguntas como “este texto é *o mesmo* que aquele?”, “este texto significa *o mesmo* que aquele?”?

A celebrada “morte do autor”, já aludida, vem em sintonia com essa reação à perspectiva objetivista sobre a linguagem. Se o sentido não está na letra, tampouco tem o indivíduo controle sobre o seu discurso, tampouco é o autor a fonte do sentido. Como diz Christofe (1996, p.14-15):

Defender a noção de autoria na efervescência de teorias tão sofisticadas é uma atitude incômoda e desinteressante para o intelectual em geral. A literatura de nosso século registra os conflitos e os impasses do autor face à relativização de seu lugar no universo de escritos, onde nada pertence a ninguém e a noção de plágio torna-se, em tese, impossível.

Em uma indicação de que a tentação do ceticismo não se dá sem contradições e impasses, Schneider (1990, p.41) diz que “todos concordam em denunciar (sobretudo nos outros) o mito de um autor proprietário de suas obras, mas reivindicam a pertinência íntima de seus escritos”.

De fato, temos de reconhecer que a tese cética, nessas circunstâncias, torna-se tentadora, uma vez que até mesmo o terreno aparentemente sólido em que, por exemplo, os softwares de detecção de plágio se alicerçam – a coincidência de caracteres –, de acordo com visões não-entitativas da linguagem, começa a mostrar grandes e profundas rachaduras.

Vemos no que foi dito até aqui que o clima de opiniões que envolve a temática do plágio parece dividir-se em algumas direções gerais, a saber: uma que acredita na estabilidade da correspondência entre forma e sentido e outra que, diante da descrença em um plano extralingüístico que manteria com o lingüístico

conexão direta, fixa e objetiva, tenderia a uma versão de ceticismo, segundo a qual a identificação da coincidência de sentido entre dois textos – mesmo havendo coincidência formal absoluta⁹ – beiraria o inatingível.

Diante desse quadro, a nossa investigação parece encurralada entre o ideal dos mecanismos objetivos, eficientes e inquestionáveis para o julgamento do plagiário e o abandono total de qualquer reflexão sobre o tema, uma vez que a busca pela identificação do *mesmo* significado teria se mostrado impossível. Seria então, o momento de abandonarmos nossa pesquisa, por estarmos na verdade tratando de um tema que ou já está resolvido ou cuja solução já se mostrou inexistente?

A nosso ver, esse não parece o fim da linha. Apostar em mecanismos supostamente objetivos de detecção do plágio sem problematizá-los ou ver o roubo de palavras como um questionamento que de tão absurdo nem deveria existir seria dar ao nosso tema um tratamento que nos parece raso. No capítulo 4, veremos que uma visada não-entitativa do sentido pode nos guiar por caminhos que não levam ao ceticismo, muito pelo contrário. Buscaremos no próximo capítulo visitar algumas das vias paralelas que podem nos levar a localidades mais iluminadas desse aparente grande labirinto em que estamos caminhando.

Mas, antes de tentarmos descobrir que visão acerca do funcionamento da linguagem serviria de base a uma terceira perspectiva sobre nosso tema, há ainda pontos a considerar. Todo esse questionamento sobre o plágio que aqui desenvolvemos sobre softwares como o *Plagiarism finder* parece ainda precisar de um exemplo mais concreto de que a coincidência absoluta de forma pode não representar uma coincidência absoluta de significado.

Um bom instrumento para isso parece ser o genial texto de Jorge Luis Borges *Pierre Menard – o autor de Quixote*. Bem sinteticamente, o conto enumera as obras criadas por Menard ao longo da sua vida, e destaca a sua tentativa de escrever Dom Quixote; o Quixote de Cervantes; letra a letra, palavra por palavra.

Para muitos, seu intento será visto como algo que de tão absurdo nem poderia ser levado a sério. No entanto, o narrador do conto, comentador da obra

⁹ A questão da coincidência formal absoluta poderá ser mais bem discutida quando comentarmos o texto *Pierre Menard*, de Borges.

de Menard, aponta ao longo do texto, diferenças de ordem semântica, chegando inclusive a diferenças de ordem estilística entre o Quixote escrito por Cervantes e o que Menard escreve séculos depois. Ele diz:

Constitui uma revelação cotejar o *Dom Quixote* de Menard com o de Cervantes. Este, por exemplo, escreveu (*Dom Quixote*, primeira parte, nono capítulo):

...a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

Redigida no século XVII, redigida pelo "engenho leigo" Cervantes, essa enumeração é mero elogio retórico da história. Menard, em compensação, escreve:

...a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

A história, *mãe* da verdade; a idéia é assombrosa, Menard, contemporâneo de William James, não define a história como uma indagação da realidade, mas como como sua origem. A verdade histórica, para ele, não é o que aconteceu; é o que julgamos que aconteceu (Borges, 1998).

E em outro ponto:

Também é vívido o contraste dos estilos. O estilo arcaizante de Menard - no fundo estrangeiro - padece de alguma afetação. Não assim o do precursor, que emprega com desenvoltura o espanhol corrente de sua época (Borges, 1998).

A provocação de Borges nessas duas passagens nos leva a pensar, portanto, na relativa precariedade da coincidência formal como critério, sublinhando a possibilidade de haver diferenças de significado e de estilo em dois textos com coincidência total de forma. As diferentes leituras aqui parecem prever essa possibilidade, e a explicam basicamente pelos séculos que separam o Quixote de Cervantes do de Menard; séculos esses que se compõem de fatos históricos, acontecimentos sociais, políticos e culturais – “Entre os quais, para mencionar um único: o próprio Quixote” (Borges, 1998).

No entanto, se por um lado o texto de Borges confirma hiperbolicamente o desalinhamento entre forma e sentido de que antes suspeitávamos, por outro abre portas que demandam cuidado: se toda leitura é releitura, podemos cair na prisão da análise caso a caso, que poderia nos levar a crer que nenhum estudo seria possível uma vez que a flutuação de sentido seria de tal modo infinita que a determinação da ocorrência do plágio seria inviável, e isso, mais que qualquer outra coisa, nos impulsionaria rumo à atitude cética, ao abandono de qualquer

crença na possibilidade de identificação de dois textos como semanticamente idênticos.

E aqui mais uma vez, ao termos seguir esse caminho e sermos forçados a abandonar esta pesquisa, nos deparamos com a força que representa essa “ameaça cética”. O que aconteceria se lançássemos o texto de Menard no famoso software de detecção de plágio *Plagiarism finder?* – podemos perguntar. A condenação seria inevitável. E, se não pudéssemos encontrar nenhum outro argumento para a não condenação de Menard, que o valha a defesa de que, fosse a significação algo de tão estável como quereriam os adeptos da visão objetivista, no mínimo, jamais poderíamos ter o prazer de ler um conto tão genial. Mas fato é que há sim outros fatores além da preservação do prazer da leitura do conto de Borges para que não se condene sumariamente o (re)escritor de Quixote. No momento, podemos eleger a nossa vontade em apontar que não se trata de um caso de escolha entre condenação sumária e ceticismo: a questão parece pertencer mais à região daquilo que conta para nós como *o mesmo* (e sobre isso discutiremos no próximo capítulo). Por enquanto, parece mesmo é haver algo que faça com que Pierre Menard possa ser ora um criminoso, ora um autor e, mais que isso, os fatores que levam a um julgamento ou a outro não parecem nem obedecer à fixidez objetivista nem à fluidez cética absoluta.

4

Sobre a noção de *critério* em Wittgenstein (ou como lidar com a ameaça cética)

4.0

No presente capítulo, continuaremos o debate teórico acerca de nosso objeto, experimentando uma outra via a que nos pode levar a renúncia à tese tradicional da imanência do sentido. Pretendemos aqui buscar no pensamento do segundo Wittgenstein elementos que nos ajudem a indicar que a adoção de uma atitude cética quanto à identidade do plágio não é a única e obrigatória opção quando deixamos de crer que o significado de uma palavra ou de um texto seja algo preso à letra. Fundamental nessa exploração, conforme já se disse, é a discussão wittgensteiniana acerca da noção de *critério*, de que passamos a falar agora.

4.1

Do conceito de *critério*

Começemos então por observar algumas ponderações acerca do conceito de *critério* feitas a partir da obra de L. Wittgenstein e de escritos de alguns dos seus mais importantes comentadores, notadamente Stanley Cavell, Hans-Johann Glock, Frédéric Nef, Newton Garver e Stephen Mulhall.

O verbete “critérios” do *Dicionário Wittgenstein*, de Glock, se inicia da seguinte maneira: “[critérios] são modos de determinar se algo satisfaz o conceito X ou evidências que corroboram que algo é X” (Glock, 1998, p.116). Nota-se nessa definição um sabor aparentemente essencialista; se substituíssemos a palavra “critérios” pela expressão “propriedades essenciais”, por exemplo, o conceito se encaixaria com perfeição em uma visão essencialista do significado.

No entanto, como pretendemos deixar claro ao longo deste capítulo, o *critério* wittgensteiniano em momento algum equivalerá ao tradicional feixe de propriedades metafísicas que, desde a Antiguidade, foi, com tanta frequência, tomado como a chave para se determinar “se algo satisfaz o conceito X”.

Estabelecendo-se desde logo o que a noção *critério não é* em Wittgenstein, cabe, como pré-requisito para um entendimento de suas reflexões mais positivas sobre o tema, fazermos uma observação que nos parece fundamental: em relação a *critério* vale também o que já experimentamos ao avaliarmos possíveis “definições” para o objeto da nossa investigação: ou seja, podemos enumerar elementos e declarações que indiquem aquilo que costuma ser entendido como *critério* na filosofia de Ludwig Wittgenstein; no entanto, considerar essa compilação de indicações como uma definição cabal é algo que se confrontaria com posicionamentos básicos que assumimos ao experimentarmos a visada não-imanentista wittgensteiniana sobre a linguagem. Assim sendo, o acesso aos *critérios* de Wittgenstein se dará por meio de sua relação com outros conceitos, como os de *jogos de linguagem, formas de vida, semelhança de família, gramática, regra*, já apresentados no capítulo 2.

Essa exploração do conceito de *critério* deve ser ainda precedida de uma justificativa geral para o lugar de destaque que este ocupa no presente trabalho. A principal justificativa é que boa parte das reflexões que Wittgenstein desenvolve sobre o conceito de *critério* se articulam centralmente às suas reflexões sobre o *ceticismo*¹. Voltando-se sobretudo para a manifestação mais caracteristicamente moderna do ceticismo – a dúvida cética acerca da existência de outras mentes –, Wittgenstein nos oferece um caminho para contornar a atitude cética com respeito a perguntas como “como é que eu sei de verdade que essa criatura ao meu lado tem uma mente como a minha?”, “como é que eu posso saber se ela está mesmo sentindo dor?”. Como vimos, a pergunta que mais nos interessa aqui – “Como é que eu sei se estou diante de um caso de plágio?” – abre igualmente espaço para a atitude cética. Na tentativa de uma terceira via, que permita evitar a saída cética sem reincidir na opção imanentista tradicional, o exame da noção wittgensteiniana de *critério*, crucial em sua discussão do ceticismo, apresenta-se como um caminho promissor. Exploremos então esse caminho.

¹ Cf. Cavell (1969), Mulhall (1996), Glock (1998).

Como vimos anteriormente, para Wittgenstein a linguagem é entretecida com as práticas humanas, não havendo portanto possibilidade de dissociação entre um plano lingüístico e um extralingüístico – pelo menos não do modo como normalmente propõem pensadores de inclinação objetivista, que crêem na existência de uma dimensão autônoma que conteria entidades essenciais e seria anterior à linguagem. Com isso em mente, podemos mais bem apreender a caracterização sintética e geral do *critério* wittgensteiniano que nos oferece S. Mulhall (1996, p.5), com a qual nos parece adequado começar esta exposição:

O que são critérios? São as especificações lingüísticas em termos de quais falantes competentes julgam se algo se enquadra em um conceito específico; por conseguinte ligam os seres humanos entre si e os alinham com o mundo. Contudo critérios não simplesmente controlam a maneira de que falamos dos objetos: eles também determinam sua natureza essencial. [...] e já que os critérios determinam o que é algo ser água, um carro, uma cadeira e assim por diante – já que a essência é expressa pela gramática de acordo com Wittgenstein – uma investigação gramatical pode-nos dizer tanto sobre o mundo quanto sobre a linguagem”².

Fica claro aqui o deslocamento proposto por Wittgenstein das reflexões acerca do significado. Ele aponta provocadoramente um novo lugar para as “essências”: a gramática. Ao afirmar, no §371 de suas *Investigações filosóficas*, que “A essência está expressa na gramática”, Wittgenstein não está naturalmente, com a palavra *essência*, referindo-se aos absolutos metafísicos que tanto se empenhou em combater. Pois a gramática, como vimos no capítulo 2, não é tributária de qualquer estrutura metafísica da realidade ou da mente. Reforça-se aí, antes, a idéia de que, como nos diz Wittgenstein no §435 das *IF*, “não há nada oculto”, nada anterior ou exterior às nossas práticas lingüisticamente articuladas: a estrutura do mundo não está por ser descoberta, mas nos é dada na superfície do tecido (cambiável) da linguagem, na sua gramática – e é nesse sentido que Mulhall afirma que “uma investigação gramatical pode nos dizer tanto sobre o mundo quanto nos diz acerca da linguagem”. A esse respeito, Cavell (1979, p.177-8) diz com propriedade:

² What are criteria? They are the linguistic specifications in terms of which competent speakers judge whether something falls under a specific concept; they therefore link human beings with one another and align them with the world. But criteria do not simply control the way we talk about objects: they also determine their essential nature. [...] and since criteria determine what it is for something to be water, a boat, a chair and so on – since essence is expressed by grammar as Wittgenstein has it – a grammatical investigation can tell us as much about the world as it does about language.

Ao “aprendermos uma língua” não aprendemos apenas quais são os nomes das coisas; mas o que é um nome; não apenas a forma para expressar um desejo, mas o que é expressar um desejo; não apenas qual é a palavra para “pai”, mas o que é um pai; não apenas a palavra para “amor”, mas o que é o amor. Ao aprendermos uma língua, não aprendemos somente a pronúncia dos sons ou sua ordem gramatical, mas as “formas de vida” que fazem desses sons as palavras que são, que fazem com que realizem os feitos que realizam – nomear, chamar, apontar, expressar desejo ou afeição, indicar uma escolha, uma recusa etc. E Wittgenstein vê as relações entre essas formas também como gramaticais³.

Os conceitos de *gramática* e *critério* são, como sugere a passagem de Mulhall, intimamente relacionados⁴. A estreita relação existente entre os dois termos pode ser verificada em importante passagem do *Livro azul* (1992, p.56), quando Wittgenstein nos diz que

É parte da gramática da palavra “cadeira” que *isto* é o que chamamos “sentar-se numa cadeira”, e é parte da gramática da palavra “sentido” que *isto* é o que chamamos “explicação de um sentido”; da mesma maneira que explicar o meu critério do que é uma dor de dentes de outra pessoa consiste em dar uma explicação gramatical sobre a expressão “dor de dentes” e, neste sentido, uma explicação respeitante ao sentido da expressão “dor de dentes”.⁵

Crítérios permitem-nos responder à pergunta “como é que você sabe que é este o caso?”. Se me perguntam “como é que você sabe que ele está com dor?”, posso responder algo como “sei, porque ele está se contorcendo e gemendo, com a mão na barriga”. E é *isso* o que nós *chamamos* estar com dor. Se alguém objetar dizendo algo como “mas ele pode estar fingindo”, posso retrucar, wittgensteinianamente, afirmando “certo, mas, para que possa fingir, precisa, em todo caso, conhecer os critérios de que nos valem para atribuir dor a alguém em nossas práticas históricas e culturais; precisa, em outras palavras, conhecer a

³ “[...] In learning language you learn not merely what the names of things are, but what a name is; not merely what the form of expression is for expressing a wish, but what expressing a wish is; not merely what the word for father is, but what a father is; not merely what the word love is, but what love is. In learning language, you do not merely learn the pronunciation of sounds and their grammatical orders, but the forms of life which make those sounds they are, do what they do – e.g., name, call, point, express a wish or affection, indicate a choice or an aversion etc. And Wittgenstein sees the relations among these forms as grammatical also.” Tradução de Helena Martins (2000, p.31).

⁴ Ver sobre isso Garver, N. *This complicated form of life – essays on Wittgenstein*, 1994, Open Court: Illinois. p.177-196.

⁵ It is part of the grammar of the word “chair” that *this* is what we call “to sit on a chair”, and it is part of the grammar of the word “meaning” that *this* is what we call “explanation of a meaning”; in the same way, to explain my criterion for another person’s having toothache is to give a grammatical explanation about the word “toothache” and, in this sense, an explanation concerning the meaning of the word “toothache” (Wittgenstein, 1969, p.24).

gramática da palavra *dor*”. É nesse sentido que Mulhall diz que os critérios são especificações lingüísticas: se eu digo algo como “meu amigo está caído no chão gemendo e se contorcendo com a mão na barriga, portanto vou verificar se ele está com dor”, isso sugere que desconheço a gramática da palavra *dor*. Esse ponto será retomado adiante.

O conceito de gramática – e, portanto, também o de *critério* – está, como vimos no capítulo 2, profundamente entrelaçado com outros elementos fundamentais para uma *visão wittgensteiniana de linguagem*. A gramática de uma palavra está, é claro, fortemente relacionada ao fato de ser a linguagem, segundo Wittgenstein, um fenômeno *regulado*: a validade de nossos lances mais e menos arriscados nos jogos de linguagem depende das **regras de uso**, das regras gramaticais para o emprego de uma dada palavra. Conforme esclarece Glock (1998, p.193), salientando a distinção entre a abordagem wittgensteiniana e a tradição metafísica,

as “regras gramaticais” são padrões para o uso correto de uma expressão, que “determinam” seu significado. [...] O termo “correto” aqui não significa “verdadeiro”, uma vez que se pode utilizar um termo de acordo com regras lingüísticas sem que se diga que algo é verdadeiro. Entretanto, se aplicado a objetos aos quais não poderia aplicar-se verdadeiramente, um termo terá seu uso destituído de significado.

O conceito de **regra** é, pois, constitutivo do de **gramática**, fazendo também um elo entre este último e o de **jogos de linguagem**, como nos mostra Nef (1995, p.149):

Por “gramática da palavra dor” entendem-se pois as regras de uso da palavra, que tornam o seu emprego apropriado. O conceito de gramática tem em comum com o de jogo, o de regra. [E o que] Wittgenstein tem em vista é o aspecto simultaneamente **constutivo e ilusório** da constituição da regra ou das regras.

A gramática e as regras que a constituem nos dão elementos que nos possibilitam, mesmo diante da inexistência de uma estabilidade (à moda imanentista) dos significados, usar as palavras, reconhecê-las e projetá-las em diferentes contextos. Embutidos nos sistemas de regras gramaticais estão os critérios, que nos possibilitam aferir “se algo satisfaz o conceito *X*” (Glock, 1998, p.116). A caracterização que Nef faz da gramática como *constitutiva e ilusória* salienta o fato de que ela é o que nos dá o chão necessário às nossas práticas, que fixa o sentido das palavras, traçando limites no momento em que abandonamos a crença no objetivismo lingüístico. E essa estabilidade é, para o autor, ao mesmo

tempo ilusória, já que as regras e os critérios não são fixos e nem podem ser analisados aprioristicamente.

O conceito de critério, bem como as relações que este mantém com outros conceitos correlatos, são investigados por Newton Garver, importante leitor da obra wittgensteiniana, em seu *This complicated form of life*. Na seção de seu livro dedicada aos critérios, ele faz uma elucidativa enumeração de algumas características distintivas dos mesmos⁶. Comentaremos a seguir alguns desses pontos, em que se recapitulam, se esclarecem e se desenvolvem aspectos presentes na discussão feita até aqui.

Um primeiro e importante item do exercício descritivo desenvolvido por Garver (1994, p.181) é a identificação dos critérios como **instrumentos humanos**, que não têm, portanto, existência autônoma, só podendo ser bem compreendidos se são levados em conta “os papéis característicos que desempenham nos assuntos humanos”. Ao indicar para que servem tais instrumentos, o teórico enfatiza o ponto, já visto, de que os critérios **governam o uso das expressões lingüísticas**: se usamos uma palavra como *plágio*, é porque temos critérios que indicam se ela cabe ou não em um dado contexto. Ao refletir sobre os critérios que determinam, por exemplo, se alguém está lendo, Wittgenstein se refere ao fato de que tais critérios governam o uso de expressões como “A está lendo”. Nas palavras de Garver (1994, p.182):

O que os critérios determinam não é o fato empírico relacionado a A estar lendo ou não, mas o “significado” de “A está lendo”. Desta maneira formam parte da “gramática” de expressões tais como “A está lendo” ou *leitura*⁷.

Essa passagem indica, pois, que os critérios fixam o sentido das expressões e não a verdade factual das coisas.

Outro ponto enumerado por Garver é o fato de que “**critérios são sempre critérios de alguém ou de algum grupo**”. Ao refletir sobre isso, o autor enfatiza que os critérios não são impostos, determinados *a priori*; são, como veremos mais

⁶ Fazemos aqui referência a esse texto por ser ele claro e elucidativo, mas não podemos deixar de destacar que o próprio autor, em edição mais recente desse trabalho, reconhece que em vários momentos associou pontos do pensamento do “segundo” Wittgenstein à teoria lógica de forma pouco adequada (Cf. Garver, 1994, p.177).

⁷ What criteria determine is not the empirical fact whether A is reading but the “meaning” of “A is reading”. In this way they form part of the “grammar” of such expressions as “A is reading”, or of *reading* (Garver, 1994, p.182).

adiante, resultado de um acordo frágil, de um compartilhamento de *formas de vida*. Lembrando Cavell, ele diz:

Stanley Cavell (1979, p.20) diz que a busca por critérios é uma busca por comunidade. Essa é uma maneira maravilhosa de colocar este ponto. Ela enfatiza que critérios são os critérios de algum grupo ou outro e enfatiza ao mesmo tempo seu status frágil e tênue. Não podem ser impostos, **devemos procurá-los**. Quando estão no lugar, representam um tipo de realização, a realização de ter chegado ao tipo de acordo de julgamento que constitui o começo da comunidade (Garver, 1994, p.186)⁸.

É importante ressaltar que não se trata aqui de um acordo deliberado de *opiniões*; como enfatiza Wittgenstein (IF § 241), é “na linguagem que os homens estão de acordo”, sendo este um acordo de “forma de vida”, Isso se articula a outra característica dos critérios wittgensteinianos sublinhada por Garver: o fato de que **critérios não são necessariamente razões para seguirmos esta ou aquela regra**. Nas palavras de Wittgenstein (1992, p.57):

É possível prosseguir e perguntar: “Como sabe que ele tem dor de dentes quando segura a face?”. A resposta poderia ser, “Sei que ele tem dor de dentes quando segura a face porque seguro a face quando tenho dor de dentes”. Mas, e se fosse ainda colocada a questão: – “E qual o motivo que o leva a supor que a dor de dentes corresponde ao facto de ele segurar a face, simplesmente porque a sua dor de dentes corresponde ao facto de você segurar a face?” Sentir-se-ão atrapalhados para responder a esta pergunta, e verificarão que deixaram aqui de poder argumentar, isto é, ter-se-ia chegado às convenções⁹.

Não necessitamos de ter uma razão para obedecer à regra como o fazemos. A cadeia de razões tem um fim (Wittgenstein, 1992, p.87)¹⁰.

Garver soma isso à análise do fato de serem os critérios de tal forma entretrecidos com as práticas lingüísticas, que freqüentemente **não somos capazes de enumerá-los ou descrevê-los**. Para o autor,

⁸ Stanley Cavell (1979, p.20) says that the search for criteria is a search for community. That is a wonderful way to put this point. It stresses that criteria are the criteria of some group or other, and it stresses at the same time their tenuous and fragile status. They cannot be imposed, **we have to search for them**. And where they are in place, they represent a kind of achievement, the achievement of having arrived at the kind of agreement in judgment that constitutes the beginning of community (Garver, 1994, p.186).

⁹ Now one may go on and ask: “How do you know that he has got toothache when he holds his cheek?” The answer to this might be, “I say, *he* has toothache when he holds his cheek because I hold my cheek when I have toothache” But what if one went on asking: – “And why do you suppose that [his] toothache corresponds to his holding cheek just because your toothache corresponds to your holding cheek?” You will be at loss to answer this question, and find that here we strike rock bottom, that is we have come down to conventions (Wittgenstein, 1979, p.24).

¹⁰ We need have no reason to follow the rule as we do. The chain of reasons has an end.

[O] fato de que os critérios estão mais incrustados na prática do que na doutrina diz respeito à opção que Wittgenstein faz de começar pelas atividades humanas, e não, como no caso de Descartes e Hume, o pensamento. Como nos jogos de linguagem simples do começo das *Investigações filosóficas*, fazemos coisas; no curso de fazermos coisas, falamos; e no curso de falarmos, os critérios emergem (Garver, 1994, p.189)¹¹.

Retomando a declaração wittgensteiniana de que “*Não necessitamos de ter uma razão para obedecer à regra como o fazemos*. A cadeia de razões tem um fim.”, Garver (1994, p.189) destaca que os **critérios são “tão precisos quanto é necessário para a comunicação humana”**; são “parte da forma de vida que compartilhamos”, nem mais nem menos precisos e transparentes, portanto, do que as nossas práticas. E esta é, para Wittgenstein, a medida da precisão necessária à sua descrição.

Essa relativa (im)precisão, liga-se o fato de que **“critérios pressupõem circunstâncias de aplicação”** (Garver, 1994, p.190), isto é, os critérios variam em diferentes contextos. Wittgenstein, no §164 das *Investigações*, diz “E em diferentes circunstâncias aplicamos critérios diferentes para a leitura de uma pessoa”¹². Podemos dizer, por exemplo, de uma criança de 5 anos que já está lendo, quando pronuncia em voz alta os dizeres de um cartaz de rua sobre algum tema complexo que escape ao mundo instituído pelas práticas de que é capaz de tomar parte; em outras circunstâncias, podemos dizer que sabemos que alguém leu um texto porque, ao contrário do que ocorreria com essa criança, é capaz de parafraseá-lo. A idéia de que critérios pressupõem circunstâncias de aplicação pode também ser interpretada de modo mais amplo: os critérios de que nos valemos supõem uma certa configuração em nossas práticas. Tal configuração não é jamais *necessária* e eventuais mudanças aí implicam a possibilidade de a aplicação dos termos sofrer deslocamentos, capazes inclusive de ameaçar sua identidade.

Um exemplo wittgensteiniano oportuno lembrado por Garver a esse respeito é o dos conceitos de *pessoa* e *personalidade*, que aparece no Livro Azul (1992, p.109):

¹¹ The fact that criteria are embedded in practice rather than in doctrine is an aspect of Wittgenstein’s beginning with human activity rather than, as in the case of Descartes e Hume, with thought. As in the simple language-games at the beginning of the *Philosophical Investigations*, we do things; in the course of doing things we speak, and in the course of speaking criteria emerge (Garver, 1994, p.189).

Existem muitos usos da palavra “personalidade” que nos podemos sentir inclinados a adoptar, todos eles mais ou menos aparentados. O mesmo se aplica quando definimos a identidade de uma pessoa recorrendo às suas memórias. Imaginem um homem cujas memórias nos dias pares da sua vida incluíssem todos os acontecimentos de todos os dias pares, omitindo completamente o que tinha acontecido nos dias ímpares. Por outro lado, ele lembra-se num dia ímpar do que aconteceu em dias ímpares anteriores, mas a sua memória omite, nesse caso, os dias pares, sem qualquer sensação de descontinuidade. Se o quisermos, poderemos também supor que ele apresenta aspectos e características alternadas nos dias ímpares e pares. Seremos obrigados a afirmar que existem duas pessoas no mesmo corpo? Isto é, será correcto dizer que elas existem e errado dizer que não existem, ou vice-versa? Nem uma coisa nem outra. Com efeito, o uso *vulgar* da palavra “pessoa” é o que se poderia chamar um uso misto, apropriado em circunstâncias vulgares. Se eu supuser, como faço de facto, que estas circunstâncias são modificadas, a aplicação do termo “pessoa” ou “personalidade” será, desse modo, alterada; e se desejar preservar este termo e dar-lhe um uso análogo ao seu uso inicial, poderei escolher entre muitos usos, isto é, entre muitos tipos diferentes de analogia. Poderia dizer-se, num tal caso, que o termo “personalidade” não tem apenas um herdeiro legítimo.

Os critérios para um mesmo conceito podem, portanto, *em tese* entrar em conflito. Mas se isso acontece, em face de mudanças que incidam nas circunstâncias comuns que respondem pelo “uso misto da palavra”, a aplicação do termo terá mudado, e o conceito assim como o conhecemos se terá desfeito. Para Garver, a posição aparentemente paradoxal a que isso nos leva – critérios para um conceito podem entrar em conflito em tese, mas quando entram, deixam de ser critérios para *este* conceito –, se dissolve quando lembramos que “critérios são instrumentos humanos com usos característicos, que sua aplicação pressupõe circunstâncias que de fato comparecem com relativa frequência, e que, onde quer que não compareçam, os critérios não se aplicam e, portanto, deixam de existir” (Garver, 1994, p.181).

Em muitos casos, a imprecisão dos critérios a que nos referimos há pouco pode se confundir com a flutuação entre *critérios* e *sintomas* (cf. Wittgenstein, 1979, p.25). Para tentar esclarecer esse ponto – e por serem tanto a imprecisão dos critérios quanto a flutuação entre estes e os sintomas questões relevantes à nossa pesquisa – cuidaremos a seguir de levantar alguns pontos-chave sobre a relação entre esses dois conceitos.

O conceito de critério ganha um refinamento importante na filosofia de Wittgenstein, a propósito, a partir de uma tentativa do pensador de evitar uma

¹² “And in different circumstances we apply different criteria for a person’s reading.”

confusão terminológica entre *critério* e *sintoma*. Vejamos as palavras de Wittgenstein (1992, p.57-8):

Introduzamos, de modo a evitar certas confusões elementares, dois termos antitéticos: respondemos, por vezes, à questão “Como sabe que é isto que se passa?” indicando *critérios* e às vezes *sintomas*. Se a ciência médica chama angina a uma inflamação provocada por um bacilo particular, e nós perguntamos, num caso particular, “por que afirma que este homem tem anginas?” então a resposta “encontrei o bacilo da angina no seu sangue” fornece-nos o critério, ou o que podemos chamar de critério de definição da angina. Se, por outro lado, a resposta fosse, “a sua garganta está inflamada”, isto poderia indicar-nos um sintoma da angina. Chamo “sintoma” a um fenómeno cuja coincidência, de uma ou de outra maneira, com o fenómeno que constitui o nosso critério de definição, nos foi revelada pela experiência¹³.

No *Livro azul*, pois, como afirma Glock, *sintomas* são definidos como evidências empíricas que “sustentam uma conclusão por meio de teoria e indução”; por outro lado, um *critério* para uma afirmação constitui um fundamento para sua verdade, “não como uma evidência empírica, mas sim por conta de regras gramaticais” (Glock, 1998, p.117).

Assim definidos, interligados à gramática e distintos dos sintomas, os critérios têm uma aplicação fundamental no funcionamento da linguagem: são eles que permitem a um só tempo a elasticidade e a estabilidade necessárias para que façamos projeções e possamos utilizar – ou reconhecer – uma mesma(?) expressão lingüística em diferentes contextos, reconhecer quando algo satisfaz o conceito X, ou *conta* como X. Sobre isso, Mulhall esclarece um ponto bastante importante, de inspiração cavelliana (1996, p.6):

[...] os critérios nos dizem o que conta – mas esta palavra tem aqui um sentido duplo. Em primeiro lugar, os critérios são critérios de individuação: ao determinar o que conta *como* uma cadeira ou uma mesa, determinam aquilo que distingue uma cadeira de uma mesa. Em segundo lugar, os critérios manifestam o que conta *para* nós: ao determinar os modos como individualizamos as coisas, traçam distinções e conexões que são importantes para nós – aquelas que contam. A estrutura dos nossos conceitos é pois uma expressão dos interesses humanos, dos aspectos do

¹³ Let us introduce two antithetical terms in order to avoid certain elementary confusions: To the question “How do you know that so-and-so is the case?”, we sometimes answer by giving ‘criteria’ and sometimes by giving ‘symptoms’. If medical science calls angina an inflammation caused by a particular bacillus, and we ask in a particular case “why do you say this man has got angina?” then the answer “I have found the bacillus so-and-so in his blood” gives us the criterion, or what we call the defining criterion of angina. If on the other hand the answer was, “His throat is inflamed”, this might give us a symptom of angina. I call “symptom” a phenomenon of which experience has taught us that it coincided, in some way or other with the phenomenon which is our defining criterion (Wittgenstein, 1969, p. 24-5).

mundo que nos parecem suficientemente importantes para que desejemos apreendê-los; e o acordo criterial sobre o qual repousa essa estrutura é uma expressão da sintonia que há entre os nossos interesses e as nossas reações às coisas do mundo. O acordo de critérios reflete um compartilhamento de rotas de interesse, de formas de reagir, de nosso senso de semelhança, importância, ultraje e assim por diante”

Trata-se, como observa Martins (2004), de uma “sintonia delicada” e volátil, que é mais bem compreendida se levamos em conta a ênfase wittgensteiniana no entrelaçamento entre linguagem e práxis. Enquanto a tradição pensou os critérios apenas como mecanismos de distinção e individuação, Wittgenstein abre um caminho para compreendermos a identidade dos critérios a partir de sua importância sócio-cultural. A passagem de Mulhall parece, pois, bastante esclarecedora quanto à função e ao impacto dos critérios sobre os significados e sobre o funcionamento da linguagem como um todo.

Vemos aqui que a base dos nossos conceitos e dos nossos critérios é algo dinâmico e contingente, sujeito à suspensão do consentimento por parte de quem esteja envolvido no jogo em questão. Assim sendo, a vagueza aparece no pensamento do segundo Wittgenstein como “uma característica essencial da linguagem” (Glock, 1998, p.127). Mas o termo vagueza aqui não deve ser compreendido como uma flutuação sem limites dos significados, nem como a possibilidade de ser qualquer expressão utilizada de qualquer modo (afinal, como vimos, há critérios, há regras, há a gramática); deve sim ser bem entendido como uma abertura à possibilidade de dúvida ou de questionamento em relação à utilização de uma expressão lingüística. Como nos explica Glock, o segundo Wittgenstein não faz uma “apologia” da vagueza: “apenas resiste à exigência dogmática da determinabilidade do sentido, isto é, à insistência na idéia de que a *possibilidade* da dúvida ou do desacordo quanto à aplicação de uma expressão deva ser eliminada” (Glock, 1998, p.117).

E aqui cabe termos o cuidado de esclarecer um ponto. A abertura para a possibilidade da dúvida ou para a suspensão de consentimento poderia mais uma vez abrir caminho para o ceticismo; se há sempre a possibilidade da dúvida, então como poderemos dizer que cabe dizer X em um dado contexto A? As passagens abaixo parecem deixar claro que Wittgenstein prevê como condição básica à execução de qualquer jogo a suspensão da dúvida a respeito de alguns pontos. Vejamos:

392. O que tenho de mostrar é que uma dúvida não é necessária, nem mesmo quando é possível. Que a possibilidade do jogo de linguagem não depende de se duvidar de tudo o que se preste a dúvidas (1990, p. 111)¹⁴.

[...]

337. Uma pessoa não pode fazer experiências se não houver coisas de que não duvide. Mas isso não significa que confie em certos pressupostos. Quando escrevo uma carta e a ponho no correio, parto do princípio de que ela chegará ao destino – espero-o.

Se faço uma experiência, não duvido da existência do aparelho que está diante dos meus olhos. Tenho muitas dúvidas – mas não *essa*. Se faço um cálculo, creio, sem qualquer dúvida, que os números no papel não mudam de espontaneamente e também confio na minha memória durante toda a operação, confio sem reservas. A minha certeza aqui é semelhante à de nunca ter estado na Lua (1990, p. 97)¹⁵.

[...]

345. Se pergunto a alguém “Que cor vê agora?” a fim de saber que cor há ali naquele momento, não posso perguntar ao mesmo tempo se o interrogado percebe inglês, se me quer enganar, se a minha memória não falha quanto ao significado do nome das cores etc. (1990, p. 99)¹⁶.

[...]

346. Quando no jogo xadrez procuro dar mate a alguém, não posso ter dúvidas sobre se as peças poderão mudar de posição por motu-próprio e se minha memória me prega partidas e eu não me apercebo delas (1990, p. 99)¹⁷.

Todos os trechos acima, retirados da obra *Sobre a certeza*, parecem apontar que o fato de *podermos* duvidar não implica a *necessidade* da dúvida. Os exemplos parecem bastante elucidativos nesse sentido, advertindo-nos quanto ao que há de descabido no impulso de “cortar o galho sobre o qual estamos sentados” (IF §55).

Abrir mão da precisão absoluta não é, enfim, incorrer na dúvida absoluta. No *Livro azul*, Wittgenstein faz uma analogia esclarecedora a esse respeito,

¹⁴ What I need to shew is that a doubt is not necessary even when it is possible. That the possibility of the language-game doesn't depend on everything being doubted that can be doubted.

¹⁵ One cannot make experiments if there are not some things that one does not doubt. But that does not mean that one takes certain presuppositions on trust. When I write a letter and post it, I take for granted that it will arrive – I expect that.

If I make an experiment I do not doubt the existence of the apparatus before my eyes. I have plenty of doubts but not *that*. If I do a calculation I believe, without any doubts, that the figures on the paper aren't switching of their own accord, and I also trust my memory the whole time, and trust it without any reservation. The certainty here is the same that of my never having been on the moon.

¹⁶ If I ask someone “what colour do you see at the moment?”, in order, that is, to learn what colour is there at the moment, I cannot at the same time question whether the person I ask understands English, whether he wants take me in, whether my own memory is not leaving me in lurch as to the names of colours, and so on.

¹⁷ When I am trying to mate someone in chess, I cannot have doubts about the pieces perhaps changing places of themselves and my memory simultaneously playing tricks on me so that I don't notice.

comparando a delimitação inexata dos limites do significado de certas expressões aos limites da luz de um candeeiro:

[S]ão muitas as palavras que não têm um significado preciso. Mas isto não é um defeito. Pensar o contrário seria como afirmar que a luz do meu candeeiro não é uma luz verdadeira porque não tem um limite bem definido (1969, p.61).

Ao longo desta seção, vimos alguns dos principais traços do conceito wittgensteiniano de critério e suas relações com as bases da filosofia desse pensador. Vimos que os critérios (a gramática, as regras) fixam a maneira como podemos falar das coisas, a despeito da não-fixidez dos significados. Vimos que, apesar de uma primeira sensação de abertura absoluta à flutuação semântica, o não-imanentismo de Wittgenstein aponta parâmetros que, por meio das práticas humanas, indicam a aplicação apropriada ou não de uma expressão lingüística, e que esses parâmetros passam pelos critérios. Vimos que essa elasticidade não é, pois, absoluta. Como nos diz Cavell (1996),

apesar de a linguagem – o que chamamos de linguagem – ser tolerante, de permitir projeção, não é qualquer projeção que será aceitável, isto é, comunicará. A linguagem é igualmente, definitivamente, intolerante – como o amor é tolerante e intolerante a diferenças, como materiais ou organismos o são a estresse, como comunidades o são a divergências, como as artes ou as ciências o são a variação¹⁸.

Por essa via, e munidos desse instrumental teórico, parecemos habilitados a seguir em nossa investigação e a tentarmos ver de que maneira esses conceitos podem indicar caminhos para pensarmos sobre a questão: “O que conta como um plágio?”.

Na próxima seção, veremos quais seriam e como se constituiriam critérios para a identificação de uma coisa como *a mesma* que outra, com vistas a aplicar, assim, o conceito wittgensteiniano ao nosso tema – o plágio textual. Interessa-nos aqui explorar especialmente o modo como a noção de critério abre, em Wittgenstein, caminhos para lidarmos com a “ameaça cética”.

¹⁸ “though language – what we call language – is tolerant, allows projection, not just any projection will be acceptable, i.e., will communicate. Language is equally, definitively, intolerant – as love is tolerant and intolerant of differences, as materials or organisms are of stress, as communities are of deviation, as arts or sciences are of variation” (Cavell, 1996).

4.1.1

A mesma dor?

Ao nos confrontarmos com casos de plágio e com os debates que normalmente neles se envolvem, notamos que há algo de central seja qual for a perspectiva adotada: de um modo ou de outro, identificar o plágio implicaria reconhecer um texto como *o mesmo* que outro. Começamos a examinar essa questão na segunda parte do capítulo 3 e agora nos concentraremos em continuar esse trajeto, à luz do debate apresentado na seção anterior.

A passagem a seguir foi retirada do verbete *identidade* do dicionário de Glock e nos parece um ótimo começo para a discussão de que nos ocuparemos em seguida:

[...] Wittgenstein mostra que a identidade de um objeto consigo mesmo não nos fornece um paradigma absoluto para decidir o que conta como “fazer o mesmo” ao seguirmos uma regra. Somente no contexto da regra é possível determinar o que pode ser considerado como estar fazendo o mesmo; portanto, a noção de fazer o mesmo não pode, por si só, prover um padrão independente: o fato de eu dizer “6” depois de “2, 4” é algo que poderá ou não ser considerado como estar fazendo o mesmo, dependendo de eu estar seguindo a série $y = 2x$ ou a série $y = x^2$. Não há uma única maneira, independente do contexto ou do propósito para determinar o que pode ser considerado como estar fazendo o mesmo. Em termos gerais, só faz sentido falar em identidade com relação a uma prática, que determina técnicas para estabelecer com quantas coisas se está lidando, e para especificar se algo com que agora nos defrontamos é ou não a mesma coisa com que nos defrontamos anteriormente. Tais critérios diferem conforme o tipo de coisas com que lidamos (Glock, 1998, p.203).

Os critérios para a determinação *do mesmo*, portanto, variam de acordo com o tipo de objeto com que nos deparamos e dependem do contexto da regra. Essa compreensão é fundamental para a nossa investigação, que prevê discutir em que sentido podemos dizer que um texto é *o mesmo* que outro e, mais que isso, em que contexto um critério é válido para chegarmos à conclusão de que algo *conta como* um plágio. Como vimos no capítulo 3, no caso do plágio, *o mesmo* não é um parâmetro absoluto. Dois autores apresentarem um mesmo texto é algo que pode em alguns casos envolver uma cópia condenável de obra alheia e em outros identificar uma referência que aceitamos como apropriação literária de uma influência. Em qualquer dos casos, o que contará como o mesmo será não uma convicção íntima e individual, respondendo antes ao acordo na forma de vida.

O movimento que vemos no pensamento wittgensteiniano de crítica à existência de critérios subjetivos e internos culmina com a aplicação do conceito de critérios a conceitos psicológicos, notadamente em suas reflexões acerca da dor. A esse respeito, diz Martins (2004, p. 5):

Convencido de que a perspectiva representacionista da linguagem é a raiz de toda sorte de doenças filosóficas (como, por exemplo, o ceticismo e o solipsismo), Wittgenstein nos convida a considerar sua alternativa radicalmente pragmática – e toma um interesse especial em demonstrar a adequação dessa alternativa no domínio das sensações, em que a tese rival parece a princípio tão particularmente atraente.

E se até mesmo para aquilo que normalmente vemos como algo de mais pessoal e subjetivo, mais preservado da determinação cultural, como a dor os critérios se mostram públicos e coletivos, não nos parece haver impedimentos para a extensão dessa crença na intersubjetividade criterial para o caso do reconhecimento de um texto como cópia (aceita ou não) de outro.

O fim do capítulo 3 nos deixou uma questão em aberto, que ficou por ser encaminhada mais adiante. Deparemo-nos agora com ela: naquele momento de nossa investigação, vimos que duas saídas pareciam se apresentar para o plágio textual: uma saída objetivista, que poderia chegar ao extremo de restringir a questão à comparação formal entre dois textos, e uma saída cética, que tenderia ao abandono da discussão por ver, de um lado, a insuficiência da solução objetivista e, de outro, uma flexibilização extrema da significação lingüística sustentada em uma visada não-imanentista da linguagem, o que inviabilizaria a investigação, levando mesmo ao questionamento da existência de algo que se reconheça como plágio.

Pudemos também naquela seção sentir a força que essa ameaça cética representa, quando passamos a encarar a significação lingüística como algo não totalmente estável, não-fixo e variável. A discussão das sensações promovida por Wittgenstein é especialmente oportuna também, aqui uma vez que, além de mostrar que os critérios são também aí públicos e intersubjetivos, repisa além disso a idéia de que tais fatos não necessariamente representam uma abertura ao ceticismo, ainda que o reconhecimento dessas características dos critérios tenha historicamente tendido a excitar, no caso das sensações e da dor, a dúvida cética.

Por conta da verificação do peso e da riqueza das considerações que levariam ao ceticismo em relação ao nosso objeto é que agora – no momento em

que pretendemos seguir por uma via alternativa ao caminho cético a que o não-imanentismo, acreditamos, também pode nos levar – optamos por fazer referência a um texto de Stanley Cavell, que mostra como a abordagem wittgensteiniana nos dá boas chances de superar as ansiedades do cético, a partir de uma compreensão interna das reflexões céticas, respeitando-as.

Referimo-nos ao texto *Knowing and Acknowledging*, no qual Cavell trata do ceticismo – em especial do debate acerca da existência de outras mentes. Nele, além de apontar para elementos da visada wittgensteiniana que nos levariam a superar alguns dos impasses apontados pelo cético acerca da existência de outras mentes, ele levanta pontos relevantes para este trabalho, ao indicar certos equívocos em análises feitas por outros comentadores da obra de Wittgenstein.

Um deslocamento específico faz desse texto um instrumento ainda mais profícuo para a nossa investigação sobre o plágio textual: Cavell pondera acerca da dúvida sobre a relação do ser humano com respeito à *dor do outro* e a identifica não com a esfera do *conhecimento*, mas sim com a do *reconhecimento*, conceito que, como veremos, seria uma inflexão do conhecimento, representando o lugar ocupado pelo conhecimento e da dúvida na gramática dos nossos conceitos psicológicos. A respeito desta noção cavelliana, vejamos as palavras de Mulhall:

Cavell [...] mostra como ele [o conceito de reconhecimento] surge no lugar dos conceitos de conhecimento e dúvida a respeito de conceitos psicológicos como potente síntese das reflexões wittgensteinianas. Para Cavell, a relação que cada um de nós tem com a dor do outro é mais bem caracterizada em termos de reconhecimento; como a incorporação daquele termo neste sugere, o reconhecimento não é mais que o conhecimento, mas uma inflexão deste – uma maneira de se enfatizar o fato de que a dor do outro reclama algo em mim¹⁹.

A análise do teórico sobre a dor indica que a dor do outro reclama algo em mim. Posso diante dela reagir manifestando empatia (conforme se espera em nossa forma de vida) ou recusando-me a agir, não manifestando empatia portanto. Posso colocar sob a dúvida cética a experiência que vivo, sentindo que “eu não tenho como saber *ao certo* que a criatura diante de mim tem uma mente como a

¹⁹ Cavell [...] shows how it [the concept of acknowledgment] emerges as an apt summation of Wittgenstein’s remarks on the place of knowledge and doubt in relation to the grammar of psychological concepts. For Cavell, the human individual’s relation to another’s pain is best characterized in terms of acknowledgment rather than knowledge; as the embodiment of the latter

minha; não tenho como saber se tem *a mesma* coisa que eu tenho quando tenho dor”. Se, como vimos, os critérios que garantem a identidade das coisas – da dor, do plágio – se fundam exclusivamente em nossa forma de vida, sendo, portanto, cambiáveis e voláteis, então eles estarão *sempre* vulneráveis à suspensão do consentimento, à “retirada cética”. E aqui está mais um ponto de extrema importância no pensamento wittgensteiniano e na leitura dele feita por Cavell: se eu me recuso a agir, se, por exemplo, não manifesto empatia diante da dor do outro, não significa que tenha havido uma falha *cognitiva*, sinaliza mais, talvez, um cansaço ou um vazio espiritual ou qualquer coisa do gênero. Isso é um ponto importante: significa que, em uma perspectiva wittgensteiniana, lidar com a ameaça cética não é necessariamente refutá-la teoricamente e de forma cabal, eliminar a sua possibilidade – é talvez, antes, sublinhar o seu esvaziamento – lembrar que o próprio jogo da dúvida pressupõe o da certeza, o que parece ser o empenho de Wittgenstein em seu *Sobre a certeza*, conforme atestam as passagens citadas um pouco acima.

A nossa habilidade para reconhecer a dor do outro ou a nossa própria dor estaria pois totalmente ligada ao que aprendemos em nossas práticas; o que aprendemos sobre a dor é como o que aprendemos sobre mesa, papel, caneta, plágio, ou seja, aprendemos o que é dor, mesa, caneta ou plágio juntamente com as palavras “mesa”, “caneta”, “plágio”, “dor”, no interior das práticas de que tomamos parte.

Cavell desenvolve sua argumentação na tentativa de indicar que alguns filósofos da linguagem ordinária fazem alegações de certeza contra a posição cética que são tão equivocadas quanto o posicionamento que pretendem rebater. Para Cavell, um ponto falho da crítica feita pelos filósofos da linguagem ordinária ao ceticismo é a crença que têm na tese de que a mera reiteração dos critérios refutaria o cético. Para Cavell, isso seria um equívoco uma vez que o cético questiona a *existência* das coisas, ao passo que os critérios determinam a sua *identidade*. O reconhecimento da força do questionamento cético e da necessidade de que tratemos do assunto com o devido respeito a esse posicionamento leva Cavell a não classificar como descabida a dúvida cética em torno do tipo de

term in the former suggests, acknowledgment is not something other than knowledge but an inflection of it – a way of emphasizing the fact that another’s pain makes claim upon me.

estabilidade que seria garantida pelos critérios, uma vez que estes se fundam tão somente em nossas formas de vida.

De acordo com o teórico, alguns comentadores de Wittgenstein promoveriam um descarte da posição cética de maneira por demais ligeira. O respeito que Cavell nos convida a dispensar à posição cética pode ser identificado na recapitulação feita por ele de um princípio básico da própria filosofia (em particular da filosofia da linguagem ordinária), a saber, “você não sabe melhor do que os outros o que alega saber; no que tange aos dados para a filosofia nossas posições se equivalem” (Cavell, 1996, p.48).

O descarte rápido demais, promovido por alguns pensadores e identificado por Cavell, se basearia, de acordo com este último, em alguns argumentos falhos. O primeiro que ele aponta seria o de que o que o cético diz vai contra a linguagem ordinária. Esse argumento não se sustenta, para Cavell, uma vez que o cético *reconhece* esse desvio. Nas palavras de Cavell (1996, p.48):

Quando o cético repudia algo que todos diríamos ser a coisa certa [...] ele imediatamente admite, por exemplo, que “por propósitos práticos” eu estou certo e que “de certo modo” eu posso ver isso – concessões que registram exatamente seu conhecimento de que suas conclusões são incompatíveis com o que deveria comumente ser dito e que deixam o que é comumente dito praticamente intacto, se um tanto envergonhado²⁰.

Esse argumento se estende, chegando os críticos a dizer que o cético não poderia estar falando sério, que o que diz é por demais absurdo. Ao que Cavell rebate: se assim é, por que os críticos se dariam o trabalho de respondê-los?

A crítica feita pelos filósofos analisados por Cavell parece se basear na idéia de que o recurso à linguagem ordinária equivaleria a uma defesa do senso comum. Sobre isso, Cavell alerta (1996, p.49): “um apelo às coisas que diríamos não é o mesmo que um testemunho daquilo em que todos acreditamos”. Apenas se acreditarmos equivocadamente que o recurso à linguagem ordinária equivale a um testemunho daquilo é que o consideraremos um instrumento eficiente para refutar o cético.

²⁰ When the skeptic repudiates something we would all say is the correct thing [...] he immediately goes on to concede, for example, that “for practical purposes” I am certain and that “in a sense” I can see it – concessions which exactly register his knowledge that his conclusions are incompatible with what should ordinarily be said, and which leave what is ordinarily said quite intact, if somewhat abashed (Cavell, 1996, p.48).

E aqui Cavell nos fornece um outro interessante deslocamento. Para ele o recurso à linguagem ordinária deve servir a outro fim, como vemos em suas palavras:

Mas o meu interesse em retomar o que eu diria em tal e tal situação [...] não é o de preservar as minhas crenças. [...] pode-se dizer que meu interesse está em descobrir o sentido das minhas crenças, o solo particular que elas ocupam. Isso não equivale a fornecer evidências para minhas crenças. Seria mais uma questão de torná-las evidentes (Cavell, 1996, p.49).

Tendo tido seus argumentos desarmados, estariam os críticos à mercê do cético? Cavell diz que a resposta para essa pergunta tem duas faces. Por um lado, sim, estão, uma vez que o teste final para a crítica feita por eles seria o improvável reconhecimento, por parte dos céticos, de que os argumentos de seus adversários sejam pertinentes – já que os céticos têm, como se viu, a mesma autoridade que seus críticos. Por outro lado, não; o desmonte dos argumentos listados acima não indicaria a impossibilidade de uma *reação* ao posicionamento cético e sim a inviabilidade de *refutá-lo*. Não se trata de fazer com que os céticos e seus críticos concordem, mas de lançar luz sobre um solo comum de que depende qualquer acordo ou discordância.

O passeio que fizemos por esses pontos centrais do texto cavelliano nos confirma o peso dos questionamentos céticos e a necessidade de respeitá-los – até porque não parece tarefa simples descartá-los. No diálogo crítico que Cavell estabelece com os filósofos da linguagem ordinária em seu texto, uma dessas interlocuções específicas merece menção aqui: trata-se do diálogo mais direto com um renomado comentador do pensamento wittgensteiniano, N. Malcolm. Concentrado em questões como “Quem é o cético?” e “Qual a força de suas posições?”, Cavell contrasta seus argumentos com os de Malcolm.

O artigo de Malcolm (1967, p.129-58) tem como objetivo refutar o ceticismo quanto à existência de outras mentes e a idéia de que “só eu sei da minha dor”, bem como suas conseqüências céticas e solipsistas. Ele pretende demonstrar em espírito wittgensteiniano que duas pessoas podem ter *a mesma* dor. Para tanto, ele se propõe investigar, a partir da gramática da expressão *o mesmo*, os critérios de identidade disponíveis. A partir dessa investigação, ficaria evidente que diferentes objetos possuem diferentes critérios de identidade: sensações – cores, doenças, estilos – seriam identificadas descritivamente, ao passo que outros

objetos (principalmente os materiais) poderiam ser identificados, por exemplo, pela localização, pela integridade física. Estabelecendo-se isso, estaria aberto o caminho para refutar a idéia cética de que duas pessoas não podem ter a mesma dor. Cavell, no entanto, tenta demonstrar que isso não seria suficiente para refutar o questionamento cético uma vez que, segundo o autor, tipos de objetos e critérios de identidade não se dispõem de forma tão organizada quanto parece pressupor Malcolm. Mais que isso, determinados tipos de objeto aceitarão mais de um tipo de critério.

Com o intuito de explorar o lugar da dor entre dois critérios de identidade – o numérico e o qualitativo –, somos apresentados a um primeiro experimento de pensamento, que pretende investigar a seguinte pergunta: “Como duas coisas podem ser *a mesma coisa*?” (Cavell, 1996, p.51).

Da frase “Eu e ela temos *o mesmo* carro”, fica demonstrado que o termo *o mesmo* pode se aplicar, para objetos materiais, *numérica* (um mesmo carro) ou *qualitativamente* (dois carros da mesma marca). No caso das cores, temos em “O meu carro e o dela têm *a mesma* cor” há ausência de ambigüidade, uma vez que aqui só se aplicaria a identidade qualitativa. Já no caso da cor, Malcolm sustenta que não cabe falarmos em identidade ou diferença numérica (o vermelho de um carro sendo numericamente diferente do mesmo tom de vermelho em outro carro). Malcolm estende esse raciocínio para o caso das dores, alegando não haver sentido, também aí, falar em identidade numérica. Enfatiza que, no caso da dor, o critério descritivo é suficiente, o que tornaria descabida a dúvida cética quanto à dor do outro.

Cavell, contudo, questiona essa afirmação, retrucando que no caso da dor (e não no da cor) parece sim haver algum sentido em falar em *duas* dores numericamente distintas: eu tenho a minha e você tem a sua; se eu tomo uma aspirina, não é a sua dor que passa. Para Cavell, o filósofo da linguagem ordinária incorre paradoxalmente no problema que busca superar na filosofia tradicional: afasta-se de usos comuns de linguagem que são perfeitamente legítimos, para forçar a plausibilidade de uma posição filosófica.

Cavell mostra enfim que Malcolm não consegue demonstrar que não faz sentido falar em identidade numérica no caso da dor. Dor e cor são descritivamente identificadas, o que também pode acontecer no caso do objeto material *carro*, quando dizemos, por exemplo, “Eu e ele temos o mesmo carro”.

Contudo, a frase citada possui uma ambigüidade que não comparece no caso da cor. Assim, para dor, bem como para carro, a identidade descritiva não parece excluir a possibilidade da diferença numérica.

Ao buscar um aspecto da gramática de *o mesmo* que nos possibilite afirmar que “Nós temos a *mesma* dor”, Malcolm deixa de reconhecer um ponto muito contundente do argumento cético, a saber, a idéia de que, em certa medida, estamos em isolamento, separados uns dos outros. A estratégia utilizada por Malcolm para confrontar o cético, a partir da afirmação de que “podemos ter a *mesma* dor” é falha e “perpetua a idéia de que *poder ter a mesma dor* é relevante para saber o que o outro está sentindo” (Cavell, 1996, p.56).

E aqui parece útil relembrarmos uma observação feita por Martins (2004, p.6):

[...] os critérios são em certo sentido critérios de individuação. E esses critérios embutidos na língua manifestam também “o que conta” no sentido daquilo que é importante para os seres humanos ou para uma comunidade lingüística.

Ou seja, os critérios de que nos valem são de identidade (o que conta como dor?), mas são também de importância (Como a dor conta na nossa vida?). No caso específico da dor, parece que o critério de importância se sobrepõe ao da identidade numérica, isto é, parece mais relevante *reconhecer* que temos dor do que identificar se ela é a mesma ou diferente da que outra pessoa sente (ou até da que nós sentimos).

Por fim, Cavell examina o argumento de Malcolm de que em “Eu sei que estou com dor” a expressão “Eu sei” não desempenha qualquer dos seus papéis normais –“alegar motivos, autoridade e posição privilegiada”²¹. Para Cavell, no entanto, todas essas funções estariam associadas à esfera da certeza, havendo outros papéis para a expressão *saber*, das quais ele destaca especialmente o do *reconhecimento*. A esfera do reconhecimento se distancia de uma certeza cognitiva. A armadilha do ceticismo residiria em atermo-nos sempre a sentidos de *saber* que se prendem à esfera da certeza. Quando pensamos em *reconhecimento*, desfaz-se essa ameaça. O recurso à esfera do *reconhecimento* acomoda o fato de que existe sempre a possibilidade do não-reconhecimento, uma vez que não se

²¹ “claiming grounds, authority and privileged position”.

trata de uma questão de certeza; se eu não reconheço a dor do outro, isso não se deve, no entanto, como vimos no início desta seção, a uma falha cognitiva.

4.1.2

O mesmo texto?

O passeio pela análise cavelliana sobre o ceticismo e os recursos por ele apresentados para a superação de ansiedades céticas auxilia-nos a trazer para o nosso objeto as reflexões wittgensteinianas. Como poderíamos responder à propensão à dúvida que surge no confronto do cético com a inexistência de uma ligação objetiva entre palavra e sentido, levando-o a questionar mesmo a existência de algo que pudesse ser reconhecido como plágio?

Sob o ângulo wittgensteiniano, à pergunta cética “O plágio existe?” não pode ser *refutada* com a afirmação de algum critério metafísico absoluto de individuação. Pode, no entanto, ser talvez *rebatida* se consideramos que os critérios de que nos valem para determinar se algo como algo são também critérios de *importância*: encontramos nas nossas práticas cotidianas um lugar para chamarmos algumas coisas de plágio; verificamos a existência de leis que tentam regulamentar casos de “cópias condenáveis”, o desenvolvimento de *softwares* que tentam detectar e punir plagiários. Sublinha-se, sob essa perspectiva, menos a impossibilidade da pergunta e mais o seu relativo esvaziamento.

A descrença em uma definição única e absoluta para o plágio, algo que lhe assegure o aprioristicamente significado e o reconhecimento, não nos leva, pois, à descrença na sua existência. Critérios determinam que tipos de cópias ou referências são aceitas nesse ou naquele contexto. Como vimos, a continuidade de um jogo, depende de novos e válidos lances feitos pelos seus participantes; por vezes uma influência será vista como uma bela releitura, em outros contextos, no entanto, será classificada como apropriação indevida de obra alheia.

O que vemos ao tentarmos identificar o que conta como um plágio é sim uma oscilação entre sintoma e critério talvez um pouco mais intensa do que no caso de outros tipos de objetos, um ponto que mereceria um espaço maior do aquele que poderá ter aqui. Os critérios para a identificação daquilo que conta

como uma caneta parecem mais estáveis, deixam talvez a sua arbitrariedade um pouco mais à sombra, do que, por exemplo, aqueles utilizados para determinar se um dado lance que ocorreu na pequena área de um campo de futebol foi um pênalti ou não. No caso do plágio, esses critérios parecem ter também uma variação mais ampla e uma determinação mais nitidamente arbitrária, considerando-se, por exemplo, a recorrência com que, nesses casos, os jogos de linguagem precisam ser interrompidos impondo-se refletir sobre o que afinal conta como plágio. O que, no entanto, não nos levaria, ainda assim, a uma atitude cética quanto à identidade do plágio, uma vez que, como vimos na análise cavelliana, a *possibilidade* da dúvida, do não-reconhecimento, não implica a sua *necessidade*.

E o risco é, como vimos, uma característica fundamental da linguagem; por vezes, damos lances que não são válidos em um determinado jogo, e isso é totalmente normal, já que não temos acesso às regras antes de nos tornarmos participantes do jogo; não nos é permitido olhar de fora para dentro, estudar o funcionamento de uma dada prática para depois nos tornarmos parte dela. Aprendemos, como vimos, o que conta como um plágio, juntamente com a palavra plágio, a partir das nossas práticas.

Como foi visto, critérios associam-se à individuação e à importância. Quando nos perguntamos: “É importante reconhecer instâncias individuais de plágio em nossas práticas?”, responderemos que sim ao pensarmos, por exemplo, no caso da produção acadêmica, nas leis dos direitos autorais etc. – quando é relevante para nós determinarmos se, em um dado contexto, uma coincidência detectada deve ser punida, ignorada, reverenciada etc. Isso não impede, no entanto, que reconheçamos, como foi visto no capítulo 3, o caráter circunstancial e historicamente determinado dessa importância, saliente quando contrastamos o momento contemporâneo com épocas em que a questão da autoria não recebia a ênfase de que passou a desfrutar após a criação da indústria gráfico-editorial.

Neste capítulo levantamos uma série de pontos acerca do conceito wittgensteiniano de critério, destacando o modo como nos auxilia a pensar na questão da identidade do plágio para além da ameaça cética. Agora que mergulhamos na investigação acerca dos critérios e os relacionamos ao plágio

textual, parece útil passarmos à análise de algumas situações associáveis ao fenômeno plágio trazendo a discussão precedente para um plano mais concreto. É a isto que se dedicará o próximo capítulo.

5

Sobre a identidade do plágio textual

Neste capítulo, explora-se a identidade do plágio textual em uma perspectiva wittgensteiniana da linguagem, a partir de um exercício descritivo envolvendo situações associáveis ao universo desse fenômeno. Serão retomadas nesse exercício as seguintes perguntas que freqüentaram centralmente os capítulos anteriores: O que conta como plágio? Trata-se de uma noção obsoleta, a ser encarada com ceticismo em face da pertinência de visões não-immanentistas do sentido?

O capítulo se divide em três partes. Na primeira, apresentaremos circunstâncias potencialmente associáveis ao fenômeno do plágio, que nos auxiliem a trazer para um plano mais concreto os elementos da discussão precedente. Na segunda, analisaremos tais situações retomando as características da noção wittgensteiniana de critério apresentadas no capítulo anterior, e explicitando como podem ser proveitosamente convocadas no debate acerca da identidade do plágio. Na terceira parte, ainda à luz do exame das situações concretas consideradas, concluiremos o exercício ilustrando de que modo a abordagem não-immanentista de Wittgenstein nos permite lidar com a ameaça cética no campo específico do plágio.

5.1

Situações para um exercício descritivo

Situação A

Em um concurso de crônicas sobre o futebol brasileiro, verifica-se, entre os textos de diferentes candidatos, a recorrência de frases idênticas como “Bola na trave não altera o placar”; “O jogo são 11 contra 11”; “O futebol é uma caixinha de surpresas”; “A partida se decide dentro das quatro linhas”.

Situação B

Ao lançarmos no *site* de buscas Google™ a frase “Descartes was a dualist”, obtemos 248 resultados os mais diversos, incluindo enciclopédias, artigos acadêmicos, colunas de jornal, *blogs*, *sites* de ioga, revistas de direito etc.

Situação C

Em *Os filhos do anjo torto*, número 35 do boletim eletrônico *Drummond: 100 anos*, Carlos Machado reúne três das inúmeras apropriações do *Poema das sete faces*:

Quando eu nasci / um anjo louco muito louco / veio ler a minha mão / não era um anjo barroco / era um anjo muito louco, torto / com asas de avião / eis que esse anjo me disse / apertando a minha mão / com um sorriso entre dentes / vai bicho desafinar / o coro dos contentes / vai bicho desafinar / o coro dos contentes/ let's play that.

[Torquato Neto (musicado por Jards Macalé) Let's play that]

Quando nasci veio um anjo safado / O chato dum querubim / E decretou que eu tava predestinado / A ser errado assim / Já de saída a minha estrada entortou / Mas vou até o fim.

[Chico Buarque, *Até o fim*, Polygram, 1978]

Quando nasci um anjo esbelto, / Desses que tocam trombeta, anunciou: / Vai carregar bandeira. / Cargo muito pesado pra mulher, / Esta espécie ainda envergonhada.”

[Adélia Prado. Com licença poética. *Poesia Reunida*, São Paulo, Siciliano, 1991.]

Situação D

Uma matéria da Folha de São Paulo (Cobos, 2005) narra:

Carlos Alberto Parreira, um dos teóricos mais aclamados do futebol, faz suas idéias de outros. Páginas e páginas de seu livro, a plataforma do que ele anunciou como escola brasileira de futebol, são cópias literais da obra "Soccer Tactics and Teamwork", escrita há 32 anos por Charles Hughes, ex-funcionário do segundo escalão da federação inglesa. Recém-lançado, “Evolução Tática e Estratégias de Jogo” traduz de forma literal parágrafos e até capítulos quase inteiros do livro do inglês. A obra de Parreira, 62, foi concebida para ser o principal material didático do primeiro curso da Escola Brasileira de Futebol, parceria entre CBF e Fifa.

Situação E

Um professor da Washburn University, é surpreendido ao navegar pela grande rede e deparar-se com um texto seu copiado quase integralmente por uma estudante de pós-graduação. Desejando transformar isso em uma ferramenta de ensino, produz um quadro para ilustrar o que NÃO deve ser feito ao se escrever um artigo acadêmico. Uma pequena parte desse quadro é reproduzida abaixo (em versão graficamente alterada e parcialmente traduzida ao português):

Trechos do trabalho apresentado pela aluna (as passagens sublinhadas marcam acréscimos e as riscadas subtrações em relação ao original)	Trechos do artigo "Electronic Fences or Free-Range Students: Should Schools Use Internet Filtering Software?" de David Powell and Gerald Bailey	Observações de David Powell
There is little argument that students should not be exposed to some types of information such as pornography, hate <u>speech</u> , slander and violence (<u>Katz, 1996</u>)	There is little argument that students should not be exposed to some types of information such as pornography, hate, slander and violence.	Essas são palavras nossas e não de Katz.
Fear is a major factor in the decision to use filters. Parents and educators have a fear for the safety and well-being of students. "Libraries for <u>and</u> schools} are not as safe a place as they used to be," pointed out <u>says</u> Sandi Zappa of Keep Internet Decent and Safe (Taaffe, 1997, p. 4).	Fear is a major factor in the decision to use filters. Parents and educators have a fear for the safety and well-being of students. "Libraries [or schools] are not as safe a place as they used to be," pointed out Sandi Zappa of the group known as K.I.D.S. (Keep Internet Decent and Safe). (Taaffe, 1997, ¶. 4).	Essas palavras são nossas. O medo não é mencionado na fonte citada. A expressão [or schools] foi acrescentada por nós; não fazia parte da citação original. Nota-se a coincidência absoluta de citações.

(Ver original em <https://www.ksu.edu/honor/students/plagiarismexample.html>)

Situação F

Um professor pede que seus alunos realizem individualmente uma pesquisa, a ser entregue por escrito. Um de seus alunos costuma entregar bons trabalhos e tirar boas notas; outro deles tem um histórico acadêmico mediano. Ao receber o material de cada um deles, o professor nota que seus trabalhos possuem alguns trechos idênticos e outros muito semelhantes.

Situação G

Uma jovem aspirante a escritora mostra um conto inédito a um amigo, outro jovem aspirante a escritor. Um ano depois, este ganha um concurso literário com um conto que a agora ex-amiga reconhece como plágio descarado de seu próprio texto.

Situação H

Colegas de faculdade, encarregados de fazer um trabalho em grupo, distribuem entre si partes da pesquisa a ser feita. Para que a redação não fique fragmentada, acertam que um dos membros do grupo se encarregará de reunir em um texto único os resultados de sua própria pesquisa e os das demais. Ao corrigir o trabalho, a professora destaca a qualidade do texto e quer saber qual dos membros ficou responsável pela redação final. Antes que o aluno em questão possa apresentar-se, um outro membro do grupo se adianta, mentindo ter sido ele o responsável pela redação final.

Situação I'

Um estudante de uma das muitas universidades americanas que hoje recorrem a softwares para detecção de plágio processa um professor que decidiu reprová-lo depois de passar um trabalho seu pelo crivo de um desses programas eletrônicos: alega que o professor só poderia tê-lo feito com seu expresso consentimento, uma vez que alunos detêm o *copyright* de seus próprios trabalhos.

Situação J

Sobre a célebre relação entre Laurence Sterne e o plágio, o poeta inglês Mark Ford nos diz:

¹ Situação baseada em fatos narrados em *Plagiarism – details*, de Geroge MacDonald Ross, 2004, disponível em <http://www.prs-ltsn.leeds.ac.uk/plagiarism/gmrphilplag.html>.

Entre as mais eloqüentes denúncias do plágio está aquela feita por Tristram Shandy. “Será que ficaremos para sempre escrevendo novos livros como os boticários fazem novas misturas, tirando sempre de um frasco o líquido a derramar no outro?”, pergunta ele. “Estaremos para sempre condenados a torcer e retorcer a mesma corda?” Foi somente depois da morte de Laurence Sterne, em 1768, que se verificou que esta passagem foi ela mesma plagiada de *The Anatomy of Melancholy*, em cuja introdução Robert Burton faz um ataque aos imitadores literários. “Como boticários”, observa Burton ali, “fazemos novas misturas todos os dias, derramando líquidos de um frasco para o outro... Tecemos ainda a mesma teia, ficamos sempre a torcer a mesma corda”. Sterne reconhecia os empréstimos que fez de Cervantes ou Montaigne, mas fazia um curioso silêncio em torno daquilo que roubava de Burton.

[Love and Theft, *London Books Review*, vol. 26, n.23]

5.2

Tornando evidentes os nossos critérios

Wittgenstein está, como vimos, sempre pronto a nos provocar a reconhecer que o significado está no uso. Em uma dessas ocasiões, ele nos diz, “Todo signo *sozinho* parece morto. *O que lhe dá vida?* – No uso, ele *vive*. Tem então a viva respiração em si? – Ou o *uso* é a sua respiração?” (IF §432).

As situações descritas acima podem nos servir de base para, por assim dizer, “auscultar” a respiração da palavra *plágio*, sem, no entanto, buscar qualquer coisa específica que ela tenha *em si*². Ao fazermos essa *investigação gramatical*, no sentido de Wittgenstein, caminharemos na direção de explicitar o que conta como plágio. No espírito wittgensteiniano, bem capturado por Cavell em passagens já citadas no capítulo anterior, trata-se de descobrir “o solo particular” que as nossas crenças ocupam, o que seria menos uma questão de “fornecer evidências” para tais crenças é “mais uma questão de torná-las evidentes”. É em parte isso o que pretendemos fazer aqui, sem esquecer que, nesta descrição dos jogos de linguagem envolvendo o plágio, “um apelo às coisas que diríamos não é o mesmo que um testemunho daquilo em que todos acreditamos” (Cavell, 1996, p. 48-49).

Se os critérios de que nos valem para decidir o que conta como algo são tomados como instrumentos humanos destituídos de existência autônoma, e não como absolutos metafísicos, então um passeio pelas situações acima descritas nos

² A passagem citada, bem como a metáfora da descrição gramatical como “auscultação” me foram sugeridas por Helena Martins, em comunicação pessoal.

leva, não a concluir, mas antes a *constatar* que *há* critérios para o plágio. A “sintonia delicada” que envolve, como vimos, o “compartilhamento de rotas de interesse, de formas de reagir, de nosso senso de semelhança, importância, ultraje e assim por diante” – em outras palavras nosso pertencimento a esta forma de vida – se manifesta na provável convergência de juízos que nos levaria a caracterizar como casos de plágio, por exemplo, o texto “traduzido” de Parreira (situação D) e a cópia do artigo do professor americano (situação E), mas *não* os clichês das crônicas futebolísticas (situação A) ou a frase repetida à exaustão “Descartes was a dualist” (situação B) ou as releituras do poema de Drummond (situação C).

Dizer que os critérios são instrumentos humanos é reconhecer que eles só são compreensíveis se levados em conta os papéis característicos que desempenham em nossas práticas. A articulação entre critério e práxis humana nos faz enxergar a questão da utilização de detectores automáticos de plágio por uma via um pouco mais clara: tais programas, inumanos que são, levam em conta um único sintoma de plágio, a saber, a coincidência formal entre fragmentos de textos escritos. Não se negam aqui a utilidade e a existência de um lugar específico para os softwares deste tipo nos jogos de plágio, mas óbvias limitações da máquina, aqui, sublinham a humanidade dos critérios.

Se, como dissemos há pouco, tendemos a *chamar* de plágio algumas das situações aqui descritas e outras não, essa convergência de juízos, além de reforçar o fato de que nós temos critérios, de atestar sua existência, enfatiza aquela que é, como vimos no capítulo anterior, uma das características mais centrais dos critérios na perspectiva wittgensteiniana: o fato de eles expressarem uma convergência *na linguagem*, de fixarem o sentido das palavras e não a verdade factual das coisas.

Nas nossas práticas, a utilização de clichês (situação A), o diálogo com textos consagrados (situação C), o recurso a um dado de conhecimento geral (situação B) são expedientes normalmente aceitos como característicos da escrita. A medida dessa aceitabilidade é dada no tecido da linguagem: *chamamos* algumas plágio, mas não estas. O que significa que a *identidade* (lingüísticamente construída) do plágio parece em parte se dar pelo contraste que esta prática e esta palavra mantêm com práticas e palavras afins.

Nossas práticas lingüísticas não afiançam, no entanto, como se disse, a *existência* factual do plágio ou de qualquer outra coisa em situações concretas;

determinam apenas o sentido da expressão Traçando um paralelo com o exemplo wittgensteiniano da angina³, podemos dizer que, se eu chego a dizer “A roubou e apresentou como seu um trabalho que foi escrito por B”, não faz sentido que eu acrescente “Vou agora verificar se houve plágio”; isso porque o critério embutido na gramática da palavra *plágio* inclui justamente *esta* especificação lingüística: “apresentar como se fosse seu um trabalho alheio”. No caso da angina, seria como se, constatado que o paciente está com angina, perguntássemos “Será que podemos encontrar o bacilo em seu organismo?”; tal pergunta seria igualmente descabida, uma vez que é a existência do bacilo no organismo o que, no curso de nossas práticas, se converteu no critério que hoje fixa o próprio sentido da palavra *angina*. Tal critério não garante, no entanto, a existência factual da angina; novas descobertas da medicina podem, é claro, “aposentar” este critério, demovendo-o ao estatuto de mero sintoma.

O que nos auxiliará no entendimento do que conta como plágio de um ponto de vista wittgensteiniano será também, portanto, a consciência de não haver feixes de propriedades que garantam por si a *existência* do plágio; critérios apenas fixam pelo menos parcialmente a *identidade* dessa palavra.

Assim sendo, temos de reconhecer que não há um traço ou conjunto de traços na realidade cuja existência garanta a ocorrência real do plágio. O que podemos identificar são conjuntos de traços ou sintomas que, em nossas práticas, pertencem ao jogo do plágio. Alguns desses são: autoria original comprovada, coincidência de forma, coincidência de idéias, indícios de má intenção, discrepâncias súbitas de estilo, entre outros. E aqui parece, portanto, útil retomarmos metáfora apresentada por Glock (1998, p. 327), e anteriormente mencionada neste trabalho acerca da noção de semelhança de família: o “que sustenta o conceito, conferindo-lhe sua unidade, não é um ‘fio único’ que percorre todos os casos, mas, por assim dizer, uma sobreposição de diferentes fibras, como em uma corda”; não há, pois, um único “fio o percorrer”.

Desse modo, vemos que, por exemplo, nos clichês e nas frases expressivas de conhecimento de domínio público (situações A e B) ocorre entre dois ou mais textos uma coincidência total de forma e de idéias, sem que reconheçamos tais circunstâncias como circunstâncias de roubo de texto alheio. A intertextualidade

³ Cf. Capítulo 4 da presente dissertação.

ilustrada na situação C, vista tão freqüentemente como um recurso legítimo ou mesmo necessário da escrita, permite que haja em alguma medida uma coincidência de idéias sem que isso, contudo, configure plágio. A referência ao famoso texto de Drummond é tão eficiente quanto, por exemplo, a inserção de uma referência formal normalmente exigida em casos de citação.

No caso do livro de Carlos Alberto Parreira, descrito na situação D, a coincidência formal é inteiramente eliminada pelo expediente da tradução. No entanto, a coincidência de conteúdo – que reconhecemos porque nossas práticas históricas e culturais incluem *chamarmos* algumas atividades de *tradução* sob o critério de “reproduzir um texto escrito em uma língua em outra língua” – não deixa muitas dúvidas quanto ao plágio ali representado, nem torna muito difícil a comprovação da apropriação indevida do texto alheio.

A situação E, envolvendo plágio acadêmico, nos traz um caso em que há, como nos clichês e frases expressivas de conhecimentos de domínio público, coincidência de forma e conteúdo, mas aqui a tendência é reconhecermos uma ocorrência mais ou menos inequívoca de plágio. Aqui, como em D, temos em favor da comprovação do roubo de palavras e a idéia a *autoria comprovada*, publicada e registrada dos textos originais. No caso da aluna, entra em jogo um recurso, também mencionado anteriormente em nossa pesquisa, como muito comum aos plagiários: o *disfarce*, como nos diz Vieira Mando, citado por Christofe (1996, p.32-33):

[...] O disfarce é, mesmo, o meio mais usado pelo plagiário, para tentar enganar não apenas o público em geral, mas, principalmente, o titular dos direitos autorais sobre a obra plagiada. No entanto, o plágio se apura muito mais em função das semelhanças, do que das diferenças, de modo que o próprio disfarce termina sendo a melhor demonstração do dolo, no plágio. O disfarce deixa à vista, claramente, a intenção de fraudar (Viera Mando, 1987, p.86).

Entra em questionamento aqui a *intencionalidade*; a partir do momento em que se identificam no texto apresentado e suspeito de cópia indevida tentativas de mascarar o roubo ocorrido, fica mais evidente a intenção do plagiador. É também pela via escorregadia da intencionalidade que normalmente os acusados de plágio tentam ser inocentados; argumentam não terem tido tal intenção, estarem desinformados quanto à correta maneira de formular citações ou paráfrases, ou terem sido induzidos a isto por circunstâncias outras – cabe aqui lembrar que

Parreira, por exemplo, argumentou não ser plagiário uma vez que a escritura de seu livro tinha lhe sido encomendada por uma organização e que, como tal, tinha finalidade única de disponibilizar, em língua portuguesa, material didático sobre assunto ainda pouco tratado por autores brasileiros; tratava-se, portanto, de uma apostila, de uma compilação de informações sobre uma disciplina, sendo tal característica de um valor tamanho e tão nobre que se sobreporia a qualquer questionamento quanto ao fato de tal “compilação” ter se restringido a uma única fonte de consulta.

O que a consideração das situações acima nos mostra, enfim, é a possibilidade de reconhecermos o que conta e o que não conta como plágio sem que para isso precisemos lançar mão de um conjunto de propriedades essenciais que compareçam em *todas* as circunstâncias, sem que possamos responder de antemão a essa exigência metafísica.

A perspectiva wittgensteiniana prevê, naturalmente, por outro lado, que, no jogo de linguagem do plágio, como em qualquer outro, haja espaço para lances duvidosos. Os critérios embutidos na gramática da palavra *plágio* não nos dão segurança para julgar se houve plágio em qualquer situação. Ilustram situações duvidosas as ocorrências descritas em F, G, H, I e J, casos em que é difícil estabelecer ou comprovar que tenha ocorrido apropriação indevida de texto alheio.

A situação F nos mostra uma “saia justa” bastante recorrente no meio acadêmico: como o professor pode afirmar categoricamente que tenha ocorrido plágio? Se houve, um aluno copiou o trabalho do outro ou teriam os dois copiado de uma mesma fonte? Nesse caso nos deparamos mais concretamente com o fato de os critérios serem de *identidade* e não de *existência*. Há sim aqui uma abertura à dúvida. Vários dos indícios de plágio de que falamos aparecem representados neste caso; pode, portanto, o professor punir seus alunos? E no caso de ele achar que houve cópia entre seus alunos, ele deverá culpar somente aquele que possui pior histórico escolar?

A situação G, envolvendo os dois aspirantes a escritor, sublinha a importância da visibilidade institucional da figura do autor em nossas atribuições de plágio. Em contraste com os casos da tradução de Parreira e da cópia do artigo do professor americano (situações D e E), em que os autores dos textos originais já tinham visibilidade institucional, aqui, a suspeita se refere a dois autores desconhecidos do grande público e a um texto não publicado anteriormente.

Diante de tais circunstâncias, que argumentos o autor que se sentiu roubado poderia usar contra o seu provável plagiário? O de que houve má fé na atitude de seu colega? O acusado sempre poderia responder que sequer se lembrava do conto da ex-amiga, que qualquer possível influência teria sido inadvertida. Em outros tempos, em que, por exemplo, uma “palavra de honra” ocupava um lugar mais importante nas nossas práticas, a situação poderia se apresentar de forma menos duvidosa.

Em H, no caso dos colegas que se reúnem para fazer um trabalho em grupo, a questão da autoria torna a aparecer. Sendo este um caso de *autoria coletiva*, o que teria efetivamente sido roubado do membro do grupo que se responsabilizou pela redação final do trabalho? Teríamos aqui um caso de roubo de estilo? Sabemos o que seria isso? A má intenção do aluno que diz para a professora ter sido o responsável pela redação final comprovaria o plágio? Situações como esta são interessantes porque sublinham o ponto enfatizado por Wittgenstein e já explorado no capítulo anterior, de que “as explicações chegam a um fim”. Em casos duvidosos como este, somos confrontados com os limites de nosso próprio entendimento acerca das regras que governam as nossas práticas.

Na situação I, envolvendo plagiador legalmente assessorado, vemos que a saída atualmente muito utilizada no meio acadêmico para livrar o professor da citada “saia justa” de ser ele o responsável por punir ou não um possível aluno plagiário – a saber, o recurso a um “objetivo” detector eletrônico de plágio – pode gerar uma outra situação de difícil solução. Neste caso, o aluno reivindica seus direitos de autor sobre o trabalho entregue ao professor e se diz indignado por ter tido seu texto submetido a uma investigação de tal tipo. Temos aqui que a restrição desses softwares, que se reportam a um único dos muitos traços envolvidos em casos de plágio, faz com que este seja um recurso legítimo, mas de forma alguma suficiente para que se eliminem problemas como o descrito nesta situação. A indignação que a atitude do aluno poderia despertar em muitos, somada à constatação de que são as nossas próprias práticas de proteção à autoria que lhe abrem espaço, pode provocar-nos também a reconhecer a parcialidade com que compreendemos as “razões” dos nossos jogos de linguagem.

A situação J, nos traz dados instigantes: por que Laurence Sterne reconheceria o recurso a fontes como Montaigne e Cervantes e deixaria de dar os créditos a Burton? O fato de a ausência de referência se dar, no exemplo citado,

quando Sterne retoma palavras de Burton justamente para falar de plágio nos sugeriria mais uma provocação acerca da noção de autoria, como aquela feita por Borges com o seu *Menard*? Ou pensaria ele ser a alusão tão clara, que tornaria a referência de tal modo auto-evidente (como no caso da intertextualidade apresentada na situação C)? Teria havido má intenção?

Todas essas dúvidas quanto à existência efetiva do plágio nesta e em outras situações não serão tomadas como um abalo à identidade do plágio, se compreendermos que a própria pergunta *isto é plágio?* supõe em si o reconhecimento dessa identidade. Conforme já se disse no capítulo anterior, para Wittgenstein, o jogo da dúvida pressupõe o da certeza.

Situações como as apresentadas em F, G, H e J, em que a dificuldade de estabelecer apropriação indevida de palavras alheias comparece, confirmam, além disso, que a precisão dos critérios não são um dado definitivo: eles são precisos na medida de nossas práticas. E são também transparentes e coerentes apenas na medida dessas práticas; acomodam, como vimos, uma boa medida de opacidade e incoerência.

Os critérios, como pretendemos mostrar com este breve exercício descritivo, pressupõem circunstâncias de aplicação; variam, portanto, em diferentes contextos. Esperamos que tenha ficado claro o modo como a perspectiva wittgensteiniana nos permite pensar a identidade do plágio. A constatação de todos os traços aqui apresentados, somada aos fatos de que os critérios não podem ser impostos *a priori*, de que são resultado de um acordo frágil, de que são sempre os critérios de um grupo, pode, no entanto, ser motivo de inquietação. A ameaça de que a originalidade não seja em última instância, mais do que caso de “plágio não detectado” é algo que pode sim ser visto como por demais arbitrário. Por esse motivo, passaremos a ver, na próxima seção, como fica esse tipo de inquietação, que ao longo de nosso trabalho temos identificado com a atitude cética, diante do quadro aqui desenhado acerca dos critérios disponíveis para a identificação do plágio.

5.3

Plágio e ceticismo

Se pensarmos na relativa volatilidade e precariedade de noções como *autor*, *original*, *intenção*, *interpretação*, importantes no jogo de linguagem do plágio, e se estivermos inclinados a adotar uma perspectiva não-imanentista do sentido que de fato nos faz repensar a estabilidade dessas e de outras noções, então podemos ser tentados a tomar uma atitude cética com respeito ao plágio, a promover, nos termos de Cavell, uma “retirada do consentimento”.

No artigo “Plágio utópico, hipertextualidade e produção cultural eletrônica”, do grupo *Critical Art Ensemble*, vemos, de fato, uma manifestação contemporânea de tal inclinação:

O plágio tem sido há muito considerado um mal no mundo cultural. Tipicamente, tem sido visto como um roubo de linguagem, idéias, e imagens executado pelos menos talentosos, freqüentemente para o aumento da fortuna ou do prestígio pessoal. No entanto, como a maioria das mitologias, o mito do plágio pode ser facilmente invertido. Talvez aqueles que apóiam a legislação sobre representação e a privatização da linguagem sejam suspeitos. Talvez as ações dos plagiadores, em determinadas condições sociais, sejam as que mais contribuem para o enriquecimento cultural (2001, p. 83-105).

A constatação de que a valorização excessiva da autoria, encarnada na preocupação com o plágio, é fruto de uma configuração histórica e cultural específica nos parece pertinente. Pertinente também, em princípio, é a atitude crítica em relação a tal configuração e o empenho político em alterá-la. A caracterização do plágio como um *mito*, no entanto, pode insinuar, de forma nem tão pertinente assim, a existência de uma outra “verdade”, superior àquilo que identificamos como plágio nas nossas práticas cotidianas.

Como esperamos que a investigação wittgensteiniana aqui empreendida tenha deixado claro, a adoção de uma perspectiva não-imanentista da linguagem *não* leva necessariamente a encarar o plágio como um *mito*. A descrença em uma relação objetiva entre palavra e sentido não leva necessariamente à suspensão do consentimento. A atitude cética a que se atrelaria essa suspensão parece ser paradoxalmente solidária, antes, a uma perspectiva essencialista da significação lingüística: é porque não contamos com uma definição essencial de plágio, que se conclui que o plágio não existe, é por isso que é demovido à categoria de mito. Mas dizer que tal definição essencial não comparece é o mesmo que dizer que o

plágio não existe? Na sugestão de Wittgenstein, somente quando mantemos no horizonte a expectativa essencialista.

Se adotamos uma visão wittgensteiniana do fenômeno da significação, essa suspensão parece, no mínimo, um tanto apressada. A possibilidade de duvidarmos em relação a um caso de suspeita de plágio – o fato de serem os critérios tão precisos quanto nossas práticas, de não serem fixos, de serem humanos, de não serem feixes de propriedades que garantem a existência do plágio – não nos leva obrigatoriamente a dúvidas quanto à identidade do roubo de palavras. Como vimos mais cedo em nosso trabalho, a possibilidade da dúvida não implica a necessidade da dúvida.

Lidar com essa abertura à dúvida é lidar com o fato de que critérios não são necessariamente razões. E é lidar com o fato de os critérios serem, como vimos, sempre critérios de um grupo. Por que chamamos algumas coisas de plágio em nossas práticas? Às vezes a resposta é “porque sim”; “a gente faz assim nessa tribo”.

Nada nos impede, no entanto, de dizer criticamente que “o plágio *não deveria* ser importante” na nossa tribo. Assim como nada nos impede também de refletir sobre algumas razões de por que *seria* importante; porque, afinal, como bem nos esclarece Cavell, “the search for criteria is the search for community” (apud Garver, 1994, p.186). Nessa busca da comunidade, a importância de reconhecer o plágio pode se associar, por exemplo, à importância de reconhecer “o percurso dos sentidos e a identidade do outro” (cf. Christofe, 1996, p. 40). O cético de plantão pode objetar que o “outro não está lá”, que “não há como ter acesso a ele”. Mas, de um ponto de vista wittgensteiniano, esse tipo de ansiedade só se verifica se temos expectativas metafísicas quanto a palavras como *outro* e *acesso*. Do contrário, continua a fazer perfeito sentido falar em *palavras alheias* e *roubo de palavras*.

Qualquer que seja nossa atitude crítica em relação à prática do plágio, no entanto, esperamos ter deixado claro que há pelo menos um ângulo sob o qual é razoável dizer que a atitude cética não ameaça por si a identidade do plágio. Sob a ótica wittgensteiniana, o cético que põe o plágio em dúvida ainda precisa usar a palavra *plágio* em suas discussões, e isso respeitando a sua gramática, uma gramática que, por arbitrária que seja, não lhe é facultado alterar. Como vimos no capítulo anterior, as circunstâncias que constituem o “em torno” do *plágio* podem

mudar, assim como, na observação de Wittgenstein, podem mudar aquelas que respondem pela identidade da palavra *pessoa*. Se isso acontece, no entanto, a aplicação do termo terá mudado, e o conceito assim como o conhecemos se terá desfeito.

O fato de a natureza da linguagem ser, como nos apontou Cavell⁴, tolerante e intolerante nos remete ao caminho a que tentamos aderir ao longo de nossa investigação, ao mesmo tempo em que fornece não uma refutação mas uma resposta ao cético, a indicação de que há limites quanto ao que conta como plágio. Por isso mesmo, a transferência proposta por Cavell da esfera do conhecimento para a do reconhecimento nos parece tão oportuna; mais do que *saber* o que é plágio, precisamos é *reconhecer* nas nossas práticas o que conta como um plágio, quais são os critérios praticados naquele determinado grupo e gramaticalmente viáveis naquela espécie de jogo.

A pergunta cética “O plágio existe?” parece, pois, suficientemente acalmada pela demonstração de que em muitos casos e em diferentes situações, com diferentes objetos, o critério de importância da prática humana do plágio é satisfeito: há práticas que reconhecemos como plágio, suas regras e seus critérios são elásticos e têm limites; limites estes igualmente indicados pela nossa inclinação de considerar por vezes dois textos como *o mesmo* e, por outras, como dois diferentes.

Códigos de ética, leis de direitos autorais, copyright, todos esses elementos esbarram no obstáculo que é a impossibilidade do controle absoluto, *a priori* e externo das nossas práticas, do conhecimento anterior das regras que governam nossas práticas; esbarram na possibilidade do não-reconhecimento. Fossem esses limites tão rígidos como parecem prever alguns desses manuais, questionamentos como os que apresentamos aqui, como os que verificamos na comparação dos exemplos, realmente não fariam sentido. E fossem eles tão elásticos quanto temeriam os céticos, igualmente nossa investigação estaria inviabilizada, condenada ao *nonsense*.

⁴ Cf. “[...] though language – what we call language – is tolerant, allows projection, not just any projection will be acceptable, i.e., will communicate[...].” (Cavell, 1996).

Considerações Finais

Escrevendo em 14/03/1951 a seu amigo e executor testamentário, Rush Rhees, L. Wittgenstein diz o seguinte, referindo-se a certa resenha crítica de uma coletânea então recentemente publicada:

Wisdom recebia ali um elogio especial por conta de uma observação que vem diretamente de mim. Sempre que vejo um caso óbvio de roubo, acho muito desagradável; embora talvez já devesse estar completamente acostumado.

[*Apud* Schmidt, 1999]

A situação descrita acima nos ajuda a sintetizar o movimento e o resultado da investigação aqui proposta. Tivemos por objetivo analisar o fenômeno do plágio textual sob a ótica do pragmatismo de inclinação wittgensteiniana. Nossa hipótese foi a de que a adesão a perspectivas não-imanentistas pode conviver com a manutenção da crença de que o plágio tem uma identidade diferenciada. A situação descrita acima ilustra essa convivência na própria biografia de Wittgenstein.

Ele que tão bem nos ajuda a entender que o sentido não habita a letra, que aquilo que as palavras significam não é função do que elas representam “*em si*”, fica, no entanto, indignado com a ocorrência de plágios de idéias/palavras *suas*. Como Alfred Schmidt nos lembra, a dificuldade de comprovação da autoria das idéias do citado pensador é enorme, uma vez que “[...] apesar da grande influência que exerceu em Cambridge naquele tempo, não publicou, depois do *Tractatus*, uma única linha dedicada às suas novas idéias. (Schmidt, 1999). O fato de que é difícil estabelecer *na realidade* a autoria de Wittgenstein não nos impede, no entanto, de aplicar nosso conhecimento gramatical acerca da palavra *plágio* – vale dizer nosso conhecimento acerca do lugar do plágio em nossa forma de vida – para dar sentido a esta situação.

E é com a consciência de que os critérios embutidos nessa gramática não têm uma transparência e uma congruência maiores (ou menores) do que as nossas

práticas, que podemos talvez compreender, também, a presença na biografia de Wittgenstein de uma atitude oscilante com respeito ao plágio, patente quando comparamos os prefácios de suas duas maiores obras (cf. Schmidt, 1999): No *Tractatus* ele afirma:

O que escrevi aqui não tem, no pormenor, absolutamente nenhuma pretensão de originalidade; também não indico fontes, porque me é indiferente que alguém mais já tenha, antes de mim, pensado o que pensei.

Já nas *Investigações*, ele nos diz:

Até há pouco renunciara a idéia da publicação do meu trabalho em vida. Tal idéia, contudo, era reavivada de tempos em tempos, principalmente porque tomava conhecimento de que meus resultados, divulgados em preleções, circulavam muitas vezes mal compreendidos, mais ou menos trivializados ou mutilados. Com isso, irritou-se minha vaidade e deu-me trabalho acalmá-la.

A ambivalência entre atitudes semelhantes a essas com respeito à autoria e à originalidade é, como vimos, amplamente testemunhada na história do conceito de plágio. Faz parte do esclarecimento conceitual que se buscou construir aqui perceber, com a ajuda de Wittgenstein, que tanto a indiferença quanto a indignação com respeito ao plágio supõem o *reconhecimento* do lugar que esta prática ocupa em nossos jogos de linguagem. Nesse sentido, ambas as atitudes testemunham a sua identidade.

Retomemos, a título de fechamento, o percurso que nos trouxe até aqui.

Como pano de fundo teórico para a discussão de nosso objeto, começamos por delinear aspectos relevantes da tensão entre imanentismo e anti-imanentismo, presente na história das reflexões sobre o significado pelo menos desde a Antiguidade. Tal pano de fundo, incluiu a caracterização geral de três caminhos de forte tradição na História do pensamento ocidental acerca do funcionamento da linguagem. Destacamos e apresentamos, em seguida, a perspectiva wittgensteiniana de linguagem, que escolhemos para nortear o trabalho, com ênfase na apresentação dos conceitos aqui mais relevantes: *jogo de linguagem*, *forma de vida*, *gramática*, *regras*, *semelhança de família*, *explicação*.

Posteriormente, dedicamo-nos a apresentar o nosso objeto de investigação, o plágio textual, identificando algumas de suas marcantes características, considerados os planos linguístico, histórico e jurídico, bem como suas interpenetrações. Situamos então a discussão do plágio no contexto maior da

tensão entre imanentismo e não-imanentismo anteriormente discutida e apresentada. Destacamos nessa análise a ambivalência com respeito às possíveis atitudes diante do plágio e a abertura para a postura cética associável, entre outras coisas, à disseminação do ideário anti-imanentista.

Com base no conceito wittgensteiniano de *critério* e em discussões desenvolvidas por comentadores da obra deste filósofo, em especial em resposta à ameaça cética – que vimos presente ao longo de toda a nossa pesquisa –, pudemos sentir o peso histórico do questionamento cético e, de certo modo, a sua paradoxal aliança com uma visão essencialista da linguagem, uma vez que a dúvida cética se apresenta como alternativa justamente quando ao colocarmos em xeque o tipo de estabilidade oferecida por essências fixas. Trazendo para o campo da discussão sobre o plágio as reflexões wittgensteinianas sobre critério e ceticismo, vimos, no entanto, que a crença na flutuação dos sentidos e o entendimento dos critérios também como algo não-fixo não nos levam obrigatoriamente à retirada do consentimento, como parecem sugerir os céticos, não inviabilizam o conhecimento ou a comunicação humana, não ameaçam a identidade do plágio.

Pelo contrário, como já se disse, vimos que os critérios têm estabilidade e precisão de igual medida à de nossas práticas. E assim voltamos a reconhecer que o fato de não serem esses critérios feixes de propriedades que garantem a essência de algo (do plágio, por exemplo) pode ser encarado como muito arbitrário, o que, novamente, representaria uma abertura à atitude cética. No entanto, vimos – em muitos momentos, mas especialmente no exercício descritivo com que fechamos o percurso – que o que conta como plágio para nós é algo que tem alguns traços mais ou menos recorrentes, e que esses traços podem variar de acordo com as circunstâncias de aplicação sem comprometer a identidade do plágio.

Esperamos, com esse trajeto, ter sido possível demonstrar o impacto da perspectiva wittgensteiniana sobre a análise específica de nosso objeto, assumindo-se a pertinência de um posicionamento diante da significação lingüística que não prevê uma relação objetiva entre palavra e significado.

Não seria justo terminarmos a presente investigação sem registrar, contudo, que a densidade do objeto analisado e do panorama teórico sob o qual o analisamos é inversamente proporcional em tamanho ao tempo e ao espaço disponíveis para o desenvolvimento deste trabalho. Achamos que o nosso objetivo foi cumprido: fizemos de fato uma investigação *gramatical* sobre o plágio textual

sob o ângulo de uma perspectiva wittgensteiniana, salientando algumas virtudes de se adotar essa perspectiva nas discussões sobre critérios de indentidade para o plágio.

Mas muitas questões ficam a ser desenvolvidas, e aqui registramos alguns desses pontos, para trabalhos futuros: caberia analisar, por exemplo, a flutuação entre critérios e sintomas (especificamente sobre o plágio e de uma forma mais ampla); os deslocamentos em conceitos como os de *autoria*, *referência*, *citação* em tempos em de uma disponibilidade tão ampla de informações; a presença e o impacto do essencialismo no atual movimento de proteção contra o plágio desenvolvido pelas instituições de ensino; os critérios embutidos nos manuais anti-plágio fornecidos pelas universidades com o intuito de reduzir as ocorrências de plágio em tempos de Internet.

Poderíamos citar outros tantos pontos. Nossa contribuição, no entanto, parece ter sua validade confirmada, sobretudo considerando-se que se tratou aqui de um assunto consensualmente polêmico e de importância na contemporaneidade à luz de um arcabouço teórico largamente profícuo em relação ao tema central de nossa pesquisa.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. De Interpretatione. In: ANGIONI, L. (trad./org.) **Ontologia e predicação em Aristóteles**. Campinas: Unicamp, 2000.

ARROJO, R. & RAJAGOPALAN, K. A noção de literalidade: a metáfora primordial. In: **O signo desconstruído**. Campinas, Pontes, 1992.

BAKER, Gordon & Hacker, Peter. **An Analytical Commentary on Wittgenstein's Philosophical Investigations**. Oxford: Blackwell, 1980.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O rumor da lingual**. Lisboa: Edições 70, 1987. URL = <http://www.facom.ufba.br/sala_de_aula/sala2/barthes1.html>.

BORGES, Jorge Luis. **Obras completas vol. 1**. São Paulo: Globo, 1998

CASTRO, Lincoln Antônio de. **Noções sobre direito autoral**. URL = <<http://www.uff.br/direito/artigos/lac-03.htm>> Data de consulta 07 set. 2005.

_____. Knowing and Acknowledging. In: MULHALL, Stephen (org). **The Cavell reader**. Oxford: Blackwell, 1996. p. 31-45.

CAVELL, S. The normal and the natural. In: MULHALL, Stephen (org). **The Cavell reader**. Oxford: Blackwell, 1996. p. 31-45.

CHRISTOFÉ, Lilian. **Intertextualidade e plágio: questões de linguagem e autoria**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CRITICAL ART ENSEMBLE. “Plágio utópico, hipertextualidade e produção cultural eletrônica”. In: **Distúrbio Eletrônico**. São Paulo: Conrad Livros, 2001, p. 83-105. URL = <<http://www.rizoma.net/interna.php?id=163&secao=colagem>>

CUNHA, Antônio Geraldo da, **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 12ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995, p.128-132. URL = <<http://www.eduardostefani.eti.br/bennett/metodos/material1-fichamentos-resenha-parafrase-citacoes.doc>>.

FORD, M. “Love and theft”. In: London Review of Books, vol. 26, Dez. 2004. URL = <http://www.lrb.co.uk/v26/n23/ford01.html>

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992. URL = <http://www.georgetown.edu/faculty/irvinem/english016/texts/foucault.html>.

GARSCHAGEN, Bruno. Universidade em tempos de plágio. In: No mínimo, 29-01-06. URL = <http://nominimo.ibest.com.br/notitia/servlet/newstorm.notitia.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1&pageCode=54&textCode=20715&date=currentDate&contentType=html>.

GARVER, Newton. **This Complicated From of Life: Essays on Wittgenstein.** Chicago: Open Court, 1994.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein.** Tradução Helena Martins; revisão técnica Luiz Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HARRIS, Roy & TAYLOR, Talbot. **Landmarks in Linguistic Thought I.** New York: Routledge, 1989.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário da língua portuguesa.** 2ª ed. (19ª impressão). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, A. & VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** – versão eletrônica. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. Disponível em: <http://hoauiss.uol.com.br/busca.jhtm>. Acesso em 23 set. 2005.

MALCOLM, N. “The privacy of experience”. In: Avrum Stroll, ed. **Epistemology: New essays in the thory of knowledge.** New York: Harper & Row, 1967.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da Filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Chrisitna (orgs.) **Introdução à Linguística vol. 3 - Fundamentos Epistemológicos.** São Paulo: Cortez, 2004, p. 439-473.

_____. Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein. In: **Veredas – revista de estudos lingüísticos Universidade Federal de Juiz de Fora**, v. 4, n. 2. Juiz de Fora: Editora UFJF, jul/dez 2000.

_____. “Undestanding and Explaning”, 2005. (Trabalho inédito apresentado no 9th International Pragmatics Conference).

_____. “Tradução e ceticismo”, 2004 (Trabalho inédito apresentado no IX Congresso Nacional e III Encontro Internacional de Tradutores).

MONTOYA, Roberto Hernández. **El plagio como consagración intelectual**, 1998. URL = <<http://www.analitica.com/Bitblio/roberto/plagio2.asp>>

_____. **Elogio del plagio**, 1996. URL = <<http://www.analitica.com/Bitblio/roberto/plagio.asp>>.

MULHALL, Stephen. Introduction. In: Mulhall, Stephen (org). **The Cavell reader**. Oxford: Blackwell, 1996.

NEF, F. **A linguagem: uma abordagem filosófica**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

NIETZSCHE, F. **Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral**. tradução e notas, Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974 [1873]. (Coleção Os Pensadores).

NORMAN, M. “The privacy of experience”, in Avrum Stroll, ed. *Epistemology: New essays in the theory of knowledge* (New York: Harper and Row, 1967), pp. 129-58.

PERISSÉ, Gabriel. **O Conceito de Plágio Criativo**. URL = <<http://www.hottopos.com/videtur18/gabriel.htm>>.

PLATÃO. **Diálogos de Platão: Teeteto – Crátilo**. tradução, Carlos Alberto Nunes. Vol. IX. Belém: Ed. Universidade Federal do Pará, 1973 (Coleção Amazônica).

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Local: Editora, 1997.

PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar. A tentação do plágio. In: **Revista Espaço Acadêmico**, ano III, nº 24, maio de 2003. URL = <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24wlap.htm>>.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Lei nº. 9.610, 19 fev. 1998. URL = <http://www.mct.gov.br/legis/Leis/9610_98.htm>. Data de consulta: 27 abr. 2005.

RORTY, Richard. Antirepresentationalism, ethnocentrism, and liberalism. In: **Objectivity, Relativism, and Truth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 1-17.

ROSS, G. M. “Plagiarism ins Philosophy: Prevention better than cure”, 2004. URL = <http://www.prs-ltsn.leeds.ac.uk/plagiarism/gmrphilplag.html>.

SANVITO, Wilson. **A má reputação do plágio**. URL = <<http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=literatura/docs/plagio>>.

SCHMIDT, A. “Wittgenstein’s letters – or: plagiarism, positivism and a fire-poker”, 1999. URL = <http://www.morgenwelt.de/futureframe/991213-wittgenstein.htm>

SCHNEIDER, Michel. **Ladrões de Palavras: ensaios sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

WIKIPEDIA. **Linguistic turn.** URL = http://en.wikipedia.org/wiki/Linguistic_turn.

_____. **Plagiarism.** URL = <http://en.wikipedia.org/wiki/Plagiarism>.

_____. **A revolução de Gutenberg.** URL = http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_Gutenberg.

WITTGENSTEIN, L. **Da certeza.** Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. **On certainty;** edited by G. E. M. Anscombe and G. H. von Wright. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

_____. **Investigações filosóficas.** Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores).

_____. **O livro azul.** Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. **O livro castanho.** Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. **Notebooks, 1914-1916;** ed. by G. H. von Wright and G. E. M. Anscombe. 2. ed.- Oxford : B. Blackwell, 1979.

WOODMANSEE, M. **Romantic Poets,** 2003. URL = <http://home.cwru.edu/~ijd3/authorship/romantic.html>. Data de consulta: 25 maio 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)